maceió das mulheres

percepções e reflexões urbanas a partir do urbanismo feminista



EDUARDA FEITOSA LEITE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

EDUARDA FEITOSA LEITE

Maceió das mulheres:
percepções e reflexões urbanas a partir do urbanismo feminista.

Maceió–AL
2025

EDUARDA FEITOSA LEITE

Maceió das mulheres:
percepções e reflexões urbanas a partir do urbanismo feminista.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Diana Helene Ramos.

Maceió–AL
2025

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

L533m Leite, Eduarda Feitosa.
Maceió das mulheres : percepções e reflexões urbanas a partir do urbanismo feminista / Eduarda Feitosa Leite. – Maceió, 2025.
113 f. : il. color.

Orientadora: Diana Helene Ramos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 96-102.
Apêndices: f. 103-113.

1. Urbanismo feminista. 2. Perspectiva de gênero. 3. Planejamento participativo. 4. Vida cotidiana. 5. Interseccionalidade. I. Título.

CDU: 711.4:396

Dedico este trabalho,
a todas as mulheres que contribuíram para que eu me tornasse quem sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, ao universo e às forças de outros planos. Aos meus pais, **Regina e Eduardo**, por nunca limitarem meus sonhos, por me ensinarem a correr atrás do que desejo e a manter firmeza nas minhas convicções. Às minhas avós, **Quitéria e Rídina**, por suas jornadas, sacrifícios, cuidado e carinho. Aos meus avôs, **José Quitéria e Amarylis** (em memória), pela proteção e guia. Aos meus irmãos, **Ariana, Junior, Larissa e Fernando**, obrigada por todo apoio e por celebrarem comigo cada conquista. Às minhas tias, **Sônia e Izabella**, por serem minhas inspirações na educação e por todo acolhimento e suporte ao longo da minha trajetória. Aos meus tios, **Luciana e Fernando**, por todo incentivo e auxílio. Aos amigos e amigas de escola — **Isabelle, Lorrane, Mickael, Lucas e Luciana** — por estarem do meu lado todos esses anos. Ao meu namorado, **João Victor**, por toda paciência, amor e carinho. À minha orientadora, **Diana**, minha profunda gratidão pela confiança e entusiasmo desde a monitoria, passando pelo PIBIC, TFG e nos projetos futuros. Obrigada por me mostrar o imenso potencial que uma mulher pode ter — você é exemplo como mãe, professora, pesquisadora, escritora, artista, amiga e muito mais. É um privilégio caminhar ao seu lado e aprender com você. À minha tutora, **Hidaka**, por compartilhar comigo não apenas ensinamentos e orientações, mas também abraços, risadas, broncas, lágrimas, suor, e roupas combinando durante nossa jornada no PET. Mais que uma professora, você foi, muitas vezes, minha segunda mãe, irmã e amiga. Aos petianos(as) e amigo(as) que fiz na salinha — **Adna, Adrielly, Alexia, Alysson, Amanda, Dudu, Euclides, Everton, Gabriel, Giselli, Ítalo, Kayo, Laís, Lara, Leo, Lucas, Marcos, Mari, Mirella, Rods, Rodrigo, João e Rudá** — obrigada por fazerem do PET Arquitetura um porto seguro e por todo o apoio que seguem oferecendo até hoje. Às minhas amizades do PET Ufal, por me mostrarem que é possível voar em bando. Aos meus amigos de turma — em destaque, **Emanuel, Anne, Mayco, Débora, Rogério, Patrick e Isabelle** —, por todas as trocas, risadas e surtos coletivos que tornaram a graduação menos difícil, sem vocês eu não estaria aqui. Às queridas, **Estrela e Vanessa**, que tive a oportunidade de me aproximar durante o PIBIC e hoje sou feliz em dizer que somos amigas, obrigada por sempre acreditarem em mim. Aos colegas do Iplan, especialmente meus chefes **Antonio, Raul e Thaís**, pela confiança e ensinamentos diários; e aos meus companheiros da sala Vergel — **Rosa, Bruno, Emylle, Mickael, Kylan, Leo, Fernando e Camila** — por tornarem o ambiente de trabalho mais leve, divertido e humano. À **Talita**, da Marcha Mundial das Mulheres - Núcleo Ufal, por todo o apoio, colaboração, paciência e, sobretudo, pela empolgação que tornaram possível a realização da oficina. À professora **Flávia**, que acompanhou de perto a construção deste TFG desde o Plano de Trabalho, e que, mesmo não podendo compor a banca final, foi essencial por suas orientações dentro e fora da sala de aula. Às professoras **Zaida Muxí, Caroline Gonçalves e Ana Karolina Corado**, por aceitarem o convite para compor a banca avaliadora; é uma honra contar com a presença e a disponibilidade de vocês neste momento tão importante. E, por fim, **às professoras, professores e toda comunidade da FAU/Ufal**, que foram cruciais na minha formação — não apenas como arquiteta e urbanista, mas também como cidadã. Eu e este trabalho somos frutos de toda essa trajetória. **A todas e todos que cruzaram meu caminho até aqui**, deixo meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo sistematizar e aplicar a metodologia desenvolvida pelo coletivo espanhol Col.lectiu Punt 6, para analisar a vida cotidiana urbana da cidade de Maceió - Alagoas a partir da perspectiva feminista, com foco em adaptar e avaliar essas ferramentas ao contexto local. A pesquisa parte da justificativa de que o planejamento urbano tradicional – androcêntrico, capitalista, racista e colonial – negligencia as necessidades específicas das mulheres, principalmente das mulheres negras e periféricas, invisibilizando suas experiências e práticas cotidianas. Como hipótese central, considera-se que o uso de ferramentas metodológicas feministas pode revelar desigualdades estruturais no espaço urbano e contribuir para melhorar a qualidade de vida das mulheres e outras pessoas vulnerabilizadas. A abordagem teórico-metodológica é qualitativa e interseccional, fundamentada nos princípios do urbanismo feminista, especialmente nas práticas e guias do Col.lectiu Punt 6, tais como *Mujeres Trabajando*, *Entornos Habitables* e *Nocturnas*. A metodologia incluiu revisão bibliográfica; sistematização dos instrumentos do coletivo espanhol; coleta, sistematização e análise de dados secundários sobre Maceió; e uma aplicação empírica por meio de uma oficina participativa chamada "Maceió das Mulheres". Nessa oficina, as mulheres mapearam percepções sobre sua vivência urbana, identificando elementos favoráveis e desfavoráveis à sua mobilidade, segurança e qualidade de vida. Como resultados, o trabalho destaca a carência de infraestrutura básica em bairros com alta concentração de mulheres responsáveis por domicílios, a insegurança nos deslocamentos cotidianos e a desvalorização do trabalho reprodutivo e do cuidado. As ferramentas participativas mostraram-se potentes para tornar visíveis experiências silenciadas e fortalecer um planejamento urbano comprometido com as múltiplas esferas da vida (produtiva, reprodutiva, comunitária e própria). O estudo conclui pela urgência de incorporar a perspectiva feminista no planejamento urbano, promovendo políticas públicas que reconheçam o direito à cidade como um direito de todas e todos.

Palavras-chave: urbanismo feminista; perspectiva de gênero; planejamento participativo; vida cotidiana; interseccionalidade.

ABSTRACT

This work aims to systematize and apply the methodology developed by the Spanish collective Col.lectiu Punt 6, to analyse urban daily life in the city of Maceió - Alagoas from a feminist perspective, with a focus on adapting and evaluating these tools to the local context. The research is based on the justification that traditional urban planning - androcentric, capitalist, racist and colonial - neglects the specific needs of women, especially black and peripheral women, making their everyday experiences and practices invisible. The central hypothesis is that the use of feminist methodological tools can reveal structural inequalities in the urban space and contribute to improving the quality of life of women and other vulnerable people. The theoretical-methodological approach is qualitative and intersectional, based on the principles of feminist urbanism, especially the practices and guides of Col.lectiu Punt 6, such as Mujeres Trabajando, Entornos Habitables and Nocturnas. The methodology included a literature review; systematization of the Spanish collective's instruments; collection, systematization and analysis of secondary data on Maceió; and an empirical application through a participatory workshop called “Maceió das Mulheres” (Women's Maceió). In this workshop, the women mapped perceptions about their urban experience, identifying elements that were favorable and unfavorable to their mobility, safety and quality of life. As a result, the work highlights the lack of basic infrastructure in neighborhoods with a high concentration of women responsible for households, insecurity in daily commuting and the devaluation of reproductive and care work. Participatory tools proved to be powerful in making silenced experiences visible and strengthening urban planning that is committed to the multiple spheres of life (productive, reproductive, community and self). The study concludes that there is an urgent need to incorporate a feminist perspective into urban planning, promoting public policies that recognize the right to the city as a right for everyone.

Keywords: feminist urbanism; gender perspective; participatory planning; everyday life; intersectionality.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Localização do recorte de estudo..... 14
Esquema 2: As esferas da vida..... 24
Esquema 3: Relação e definição dos espaços de análise..... 37
Esquema 4: Relações dos temas abordados no questionário DUG..... 43
Esquema 5: Eixos da cidade para mulheres..... 92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colagem com algumas autoras que foram fundamentais na construção desse trabalho para refletir criticamente sobre o planejamento urbano e sua relação com raça, gênero e classe (da esquerda para direita: Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Cecília Sardenberg, Angela Davis, Djamila Ribeiro) com a pergunta "A cidade é projetada para quem?"..... 12
Figura 2: Linha do tempo políticas públicas nacionais enquadradas na Área Temática Gênero do Catálogo Políticas Públicas..... 28
Figura 3: Integrantes atuais do Col.lectiu Punt 6..... 32
Figura 4:Histórico e atuação do Col.lectiu Punt 6..... 33
Figura 5: Diagrama sistema de indicadores proposto..... 36
Figura 6: Concepção holística de (in)segurança, percepção de segurança em espaços públicos..... 46
Figura 7: Mapas de análise das piores condições de infraestrutura de Maceió–AL..... 59
Figura 8: Mapa de distribuição percentual de mulheres responsáveis por domicílio por bairros de Maceió–AL..... 59
Figura 9: Mapas de distribuição percentual de locais com menor pavimentação e menor quantidade de calçadas por bairros de Maceió–AL..... 60
Figura 10: Banner de divulgação da Oficina Maceió das Mulheres..... 68
Figura 11: Resumo das inscrições da Oficina Maceió das Mulheres..... 69
Figura 12: Diagramas de análise dos quatro mapas..... 83

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Momento do desenho do Mapa Mental..... 71
Fotografia 2: Momento do desenho do Mapa Mental..... 72
Fotografia 3: Momento do desenho do Mapa Mental..... 72
Fotografia 4: Quadro de elementos favoráveis ao cotidiano das participantes..... 73
Fotografia 5: Quadro de elementos desfavoráveis ao cotidiano das participantes..... 73
Fotografia 6: Elaboração coletiva da "Maceió para mulheres"..... 74
Fotografia 7: Elaboração coletiva da "Maceió para mulheres"..... 74
Fotografia 8: Elaboração coletiva da "Maceió para mulheres"..... 75
Fotografia 9: Mapa 1..... 76
Fotografia 10: Mapa 2..... 77

Fotografia 11: Mapa 3.....79
Fotografia 12: Mapa 4.....81
Fotografia 13: “Maceió para mulheres” elaborada pelas participantes.....89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação quantitativa de políticas públicas nacionais existentes: totais, público-alvo minorias sociais e área temática gênero.....27
Gráfico 2: Pirâmide etária de Maceió–AL.....57
Gráfico 3: População de Maceió por gênero.....57
Gráfico 4: População de Maceió por raça.....57
Gráfico 5: População de mulheres maceioenses por raça.....57
Gráfico 6: Pessoas responsáveis pelo domicílio por gênero (entre população total maceioense).....58
Gráfico 7: Pessoas responsáveis pelo domicílio por raça (entre população total maceioense).....58
Gráfico 8: Mulheres responsáveis pelo domicílio por raça (entre total de mulheres maceioenses).....58
Gráfico 9: Empregados em Maceió/AL por gênero e raça.....61
Gráfico 10: Taxa de frequência escolar (%) - Maceió/AL.....62
Gráfico 11: Distribuição dos casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres em Maceió/AL, entre 2020 e 2024, segundo a cor/raça declarada.....63
Gráfico 12: Número de vereadores(as) eleitos(as) de Maceió, por quadriênio.....64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro resumo de indicadores.....36
Quadro 2: Ferramentas metodológicas Mujeres Trabajando.....42
Quadro 3: Ferramentas metodológicas Entornos Habitables.....48
Quadro 4: Ferramentas metodológicas Nocturnas.....51
Quadro 5: Quadro síntese das ferramentas metodológicas dos guias Mujeres Trabajando, Entornos Habitables e Nocturnas. Fonte: Elaborado pela autora (2025).....54
Quadro 6: Análise comparativa dos quatro mapas.....84
Quadro 7: Listagem dos elementos favoráveis e desfavoráveis.....87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **12**
1.1. Problemática e justificativa **12**
1.2. Objetivo geral **16**
1.3. Objetivos específicos **16**
1.4. Procedimentos metodológicos **16**
1.5. Estruturação **16**
2. GÊNERO E PRODUÇÃO DA CIDADE **19**
2.1. Urbanismo hegemônico androcêntrico **19**
2.2. As esferas da vida **22**
2.3. Políticas públicas de gênero **26**
3. O URBANISMO FEMINISTA DO COL.LECTIU PUNT 6 **31**
3.1. A cidade cuidadora e o Col.lectiu Punt 6 **31**
3.2. Diagnóstico urbano com perspectiva de gênero **34**
3.3. Os guias do Col.lectiu Punt 6 **39**
3.3.1. Mujeres Trabajando (2014) 40
3.3.2. Entornos habitables (2017a) 43
3.3.3. Nocturnas (2017b) 49
3.4. Aprendizados **52**
4. MACEIÓ E AS MULHERES **56**
4.1. Compreensão do território **56**
4.2. Aplicação das ferramentas participativas **65**
4.2.1. Metodologia 65
4.2.2. Realização 70
4.3. Análise e sistematização dos dados da oficina **75**
4.3.1. Análise do Mapa mental individual 76
4.3.2. Identificação dos elementos favoráveis e desfavoráveis 86
4.3.3. A cidade para mulheres 89
5. CONCLUSÕES **94**
REFERÊNCIAS **97**
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E QUESTIONÁRIO PARA PERFILAÇÃO **104**
APÊNDICE B - ESTRUTURAÇÃO DA OFICINA “MACEIÓ DAS MULHERES” **106**
APÊNDICE C - REVISÃO SISTEMÁTICA **108**
APÊNDICE D - METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS MAPAS INDIVIDUAIS **112**

A defesa do comum enfatiza a vida cotidiana, uma vez que nem o Estado nem o mercado podem se aproximar tanto da qualidade de vida do dia a dia, dos cuidados das pessoas e dos espaços de reprodução e da proximidade. (...) E, se a luta pela igualdade é autêntica, ela surge da iniciativa das mulheres: portanto, é feminista (Montaner; Muxí, 2021).

introdução



1. INTRODUÇÃO

1.1. Problemática e justificativa



Figura 1: Colagem de algumas autoras que foram fundamentais na construção desse trabalho para refletir criticamente sobre o planejamento urbano e sua relação com raça, gênero e classe (da esquerda para direita: Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Cecília Sardenberg, Angela Davis, Djamila Ribeiro) com a pergunta "A cidade é projetada para quem?".
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esta pergunta tem sido a força motriz de debates que abrangem perspectivas sociais e políticas, atravessando décadas desde 1960, com questionamentos ao modernismo e ao direito à cidade, até críticas contemporâneas que adotam uma abordagem feminista interseccional[1] (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2017; Crenshaw, 2002; Davis, 2016; Sardenberg, 2015), ou seja, que avançam além do recorte de classe para também abranger os discursos de gênero, sexualidade, raça e colonialidade.

Destaca-se, assim, a perspectiva do feminismo negro, um movimento político e intelectual que surge da necessidade de reconhecer e enfrentar as opressões interseccionais vivenciadas por mulheres negras. O feminismo negro denuncia como as dinâmicas de raça, classe, gênero e outras formas de desigualdade se entrelaçam na produção das violências e exclusões sociais. A partir dos aportes de autoras como Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, o feminismo negro enfatiza que não é possível compreender a realidade sem considerar simultaneamente a articulação entre diferentes sistemas de opressão.

[1] O termo "interseccionalidade" foi inventado na década de 1980 por Kimberlé Crenshaw, que argumentou que se deve considerar as conexões entre vários tipos de desigualdade, como a racial e de gênero, além da disparidade econômica (Crenshaw, 2014). Mas antes dela, muitas mulheres negras já discutiram a interseccionalidade de opressões, como a brasileira Lélia Gonzalez (1983).

Além disso, na cidade capitalista, há uma divisão social do espaço, onde a organização prioriza o território para a reprodução do capital, valorizando a produção e circulação de mercadorias, além do uso do solo para especulação imobiliária e para o lucro. Nesse sentido, se estruturam cidades nas quais os entornos habitacionais, onde se desenrola a essência da vida cotidiana[2], não são valorizados. Ademais, há um processo de abdicação dos espaços livres a favor da maximização de edificações, dessa forma, praças, ruas e outros espaços coletivos não são valorizados. Além disso, residência, trabalho e recreação são gradualmente cada vez mais distanciados, sobretudo a partir do funcionalismo do planejamento urbano modernista. Tais abordagens resultam na desconexão entre casa (*habitat*) e rua (cidade), reflexo de dicotomias que estruturam divisões entre privado/público, doméstico/trabalho, consumo/produção, feminino/masculino, entre outros (Helene et. al, 2021).

Nesse contexto, o urbanismo feminista emerge como uma lente crítica ao urbanismo hegemônico androcêntrico patriarcal[3], um modelo que historicamente moldou as cidades sob uma perspectiva masculina e hierarquizada, perpetuando a divisão de gênero e marginalizando as mulheres dos espaços coletivos e políticos. Assim, vem despontando como uma alternativa para se pensar a cidade, principalmente na busca de uma desconstrução das dicotomias entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva.

A cooperativa Col.lectiu Punt 6, em Barcelona (Espanha), é uma referência nesse sentido. Formada por arquitetas, sociólogas, urbanistas e educadoras, atua na aplicação de uma perspectiva feminista interseccional no planejamento urbano. Com mais de 19 anos de experiência em projetos em diversas cidades da Europa e América Latina, a cooperativa busca redesenhar os espaços domésticos, comunitários e públicos, integrando o cuidado, a segurança e a participação comunitária como eixos fundamentais. O grupo é composto por mulheres de diversas origens e tem como objetivo repensar as cidades, bairros e arquiteturas para reduzir as desigualdades de gênero, promovendo espaços urbanos que promovam a diversidade. Para o Col.lectiu Punt 6, a participação ativa — especialmente das mulheres — é essencial para analisar as experiências cotidianas no

[2] O conceito de vida cotidiana seria o conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer necessidades diárias em diferentes esferas da vida. É muito usado pelo urbanismo feminista de modo a contrapor a forma de se produzir cidades voltada para a produção de mercadorias, e não para reprodução da vida (Ciocoletto, 2014).

[3] O conceito de patriarcado é considerado uma categoria central utilizada pelo feminismo da “segunda onda”, que surgiu a partir da década de 1960, nessa perspectiva, o patriarcado é entendido como um sistema de dominação masculina que situa as mulheres em lugares sociais subordinados em relação aos homens. As novas leituras de gênero também questionam a ideia de uma dominação/subordinação universal, preferindo analisar situações particulares de dominação por meio de estruturas múltiplas e fluidas, onde gênero se articula com outras categorias como raça, classe social, etnia e idade. (Pisticelli et. al., 2009, p. 116-148).

ambiente urbano. Os projetos mais recentes[4] desenvolvidos pela cooperativa evidenciam seu compromisso com uma abordagem urbana orientada por princípios feministas.

A escolha do Col.lectiu Punt 6 como objeto de estudo justifica-se pela ausência, no contexto brasileiro e mundial, de cooperativas/coletivos/escritórios com trajetória equivalente em termos de experiência e produção metodológica voltada à análise urbana sob a perspectiva feminista. A sólida experiência acumulada ao longo de quase duas décadas, aliada à diversidade metodológica desenvolvida pela cooperativa, oferece um referencial prático e teórico imprescindível para a construção de abordagens feministas no campo do planejamento urbano. A proposta deste trabalho é justamente sistematizar este importante referencial, à luz de referências teóricas e metodológicas interseccionais realizadas no Brasil e ao Sul global, para dialogar com as especificidades territoriais, sociais e raciais das cidades brasileiras.

Dessa maneira, a presente pesquisa visa investigar e analisar a perspectiva de gênero na vida cotidiana, com ênfase na cidade de Maceió, município situado no estado de Alagoas (AL), na região nordeste do Brasil (Esquema 1).



Esquema 1: Localização do recorte de estudo.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A construção desse trabalho é fruto da minha trajetória ao longo da graduação em Arquitetura e Urbanismo na FAU/Ufal, com a participação no Programa de Educação Tutorial - PET Arquitetura; no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2020-2021[5]; nas

[4] Entre eles, destacam-se: Coordenação da Rede Mediterrânea de Planejadoras Urbanas Feministas (2022); Avaliação da transversalidade da perspectiva de gênero do Pla Diretor Urbanistic Metropilità de Barcelona (2021); Plano de ação para o planejamento urbano a partir de uma perspectiva de gênero e feminista em Reus (2021); Plano Urbano Estratégico com uma perspectiva de gênero e sustentabilidade em Mediona (2020); e Implementação do Plano de Vizinhança com uma perspectiva de gênero e sustentabilidade em Sant Joan de Mediona (2020).

[5] Realizei uma pesquisa de Iniciação científica intitulada "A CIDADE COMO EXTENSÃO DA CASA: sistema de espaços livres e vida cotidiana", cujo objetivo foi pensar as relações entre o sistema de espaços livres e a vida cotidiana a partir dos conceitos interseccionais entre classe, raça, colonialidade, sexualidade e gênero. A investigação foi conduzida, por meio da análise da relação entre espaços edificados e espaços livres em diferentes conjuntos de habitação social na cidade de Maceió, Alagoas.

monitorias nas disciplinas “Introdução a Projeto de Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo” e “Habitação de Interesse Social e Espaço Urbano”; e nos mais diversos estágios, em especial, na antiga Secretaria de Planejamento Urbano de Maceió - PLANURB; e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió - IPLAN, na diretoria de Pesquisa e Parcerias Inovadoras.

A escolha do tema dá-se a partir da minha vivência na graduação, marcada pela ausência da perspectiva de gênero e pela invisibilização das experiências cotidianas nas disciplinas de Urbanismo. Durante minha trajetória na universidade, conceitos como “pesquisa-ação” e “diagnóstico participativo”, por exemplo, foram apresentados somente durante a realização da minha pesquisa de Iniciação Científica. Além disso, nas disciplinas obrigatórias de Projeto de Urbanismo, a interação com a população restringiu-se a entrevistas pontuais sobre a utilização e a qualidade do espaço público, sem um enfoque específico na perspectiva de gênero ou em outros recortes, como a questão racial. Diante dessa lacuna, surge a motivação para utilização de ferramentas participativas interseccionais, a fim de pensar um planejamento urbano que tenha a vida cotidiana como elemento essencial.

O problema central da pesquisa reside em como incorporar a perspectiva feminista e as experiências cotidianas das mulheres no planejamento urbano de Maceió, de modo a confrontar as desigualdades existentes. Algumas das questões que norteiam esta investigação incluem: Como as ferramentas de análise urbana do Col.lectiu Punt 6 podem ser aplicadas para compreender a vida cotidiana sob a perspectiva de gênero em Maceió? De que maneira uma oficina participativa pode revelar as percepções e reflexões urbanas das mulheres em Maceió a partir do urbanismo feminista?

A justificativa para este trabalho reside na necessidade de confrontar a lógica capitalista, neoliberal, racista e colonial ainda bastante presente em Maceió. Acredita-se que priorizar as atividades de reprodução e cuidado, as relações entre moradia e trabalho, e a cultura comunitária dos/as usuários/as nos processos de planejamento urbano é fundamental. Além disso, embora as mulheres representem mais da metade da população urbana e vivenciem a cidade de maneiras distintas, suas experiências e necessidades seguem sistematicamente ignoradas no planejamento urbano. Incorporar o conhecimento e as experiências cotidianas das mulheres pode apontar os limites do urbanismo desenvolvido na sociedade capitalista atual e contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

1.2. Objetivo geral

Sistematizar e aplicar a metodologia desenvolvida pelo Col.lectiu Punt 6, com foco na perspectiva feminista, visando analisar e compreender a vida cotidiana urbana a partir da adaptação de seus instrumentos ao contexto local da cidade de Maceió, AL.

1.3. Objetivos específicos

- Contextualizar a importância da perspectiva feminista na compreensão da vida cotidiana urbana;
- Explorar as contribuições teóricas e práticas dos guias do Col.lectiu Punt 6, com ênfase na sistematização das ferramentas metodológicas;
- Adaptar e implementar instrumentos de análise do Col.lectiu Punt 6 ao contexto urbano local, a partir da realização de uma experiência prática, avaliando sua adequação e eficácia.

1.4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada nos princípios do urbanismo feminista e nas metodologias desenvolvidas pelo Col.lectiu Punt 6. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica, sistematização de conteúdo, coleta e análise de dados e na realização de uma etapa empírica por meio de uma oficina participativa[6].

.

1.5. Estruturação

A organização do trabalho está dividida em cinco seções principais, que orientam tanto a revisão teórica quanto a aplicação prática da pesquisa.

Na **Seção 1 - Introdução**, são apresentadas a problemática que motiva a investigação, a justificativa, os objetivos geral e específicos, e a metodologia adotada. A **Seção 2 - Gênero e Produção da Cidade** é dedicada à construção teórica. Nela, discute-se o urbanismo hegemônico e androcêntrico, bem como as limitações impostas às mulheres pela organização espacial tradicional.

[6] Este trabalho é vinculado ao Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST) seguindo as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos estabelecida pelo protocolo 55026016.3.0000.5013.

Também são abordadas as esferas da vida e realizada uma análise geral das políticas públicas nacionais voltadas às mulheres.

A **Seção 3 - O Urbanismo Feminista do Col.lectiu Punt 6** apresenta o referencial metodológico central da pesquisa. Esta parte detalha o conceito de cidade cuidadora e o trabalho da cooperativa, descrevendo suas metodologias de diagnóstico urbano com perspectiva de gênero, bem como os principais guias e materiais didáticos produzidos pela organização. A metodologia de análise dos guias e suas ferramentas também é detalhada nessa seção.

A **Seção 4 - Maceió e as Mulheres** corresponde à etapa empírica do estudo. Trata-se da aplicação adaptada da metodologia participativa do Col.lectiu Punt 6 ao contexto da cidade de Maceió-AL.

Por fim, a **Seção 5 - Conclusões** reúne as principais reflexões e considerações finais da pesquisa.

gênero e produção da cidade



2. GÊNERO E PRODUÇÃO DA CIDADE

2.1. Urbanismo hegemônico androcêntrico

A historiografia majoritária no Ocidente tem sido construída e contada por sociedades masculinas, desvelando uma falsa neutralidade e universalidade na transmissão do conhecimento (Muxí, 2018, p. 10). Surge então o urbanismo hegemônico, um urbanismo androcêntrico patriarcal, um modelo que, ao longo da história, molda a configuração das cidades sob uma perspectiva masculina e hierarquizada, baseado na replicação e em soluções com modelos padronizados. É importante destacar que esse modelo não tem um caráter neutro, mas sim responde a prioridades e hierarquias existentes em um sistema com organização econômica capitalista e uma estrutura de ordem social patriarcal/colonial. As críticas feministas a essa lógica destacam sua natureza segregatória e opressiva para as mulheres.

Assim, fundamentado em uma visão masculinizada, essa forma de se fazer a cidade reforça estereótipos e hierarquias de gênero. Ao associar o espaço público com o masculino e o trabalho produtivo, e ao relegar o espaço privado ao feminino e ao trabalho reprodutivo não remunerado, retira as mulheres dos espaços coletivos e políticos da sociedade.

Nas sociedades pré-capitalistas, os papéis de gênero não eram rigidamente definidos como seriam após a Revolução Industrial. Homens e mulheres desempenhavam papéis diversos e complementares em suas comunidades, como por exemplo na Europa Medieval:

> Na sociedade pré-industrial, as mulheres fazem parte do maquinário produtivo da família. Nos núcleos rurais, comerciais ou artesanais, a família é uma unidade de produção autônoma, uma célula econômica na qual a barreira entre o desenvolvimento das atividades produtivas e reprodutivas é muito tênue. Essa falta de limites se reflete no espaço onde as pessoas vivem. O lugar onde se trabalha, come, educa, cuida, dorme, vende, fabrica, etc., é o mesmo. Não há uma separação clara entre o interior e o exterior, entre o que é comum e o que é próprio. Nessas sociedades pré-industriais, a divisão sexual entre trabalho de mercado e trabalho doméstico e de cuidado variava muito de acordo com os contextos econômicos. Isso não significa que não havia papéis de gênero definidos; as mulheres tinham as responsabilidades produtivas e, além disso, tinham de cuidar da casa e dos filhos (Col.lectiu Punt 6, 2019, p. 66, tradução nossa).

No entanto, com a chegada da Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII na Inglaterra e que se expandiu globalmente com o crescimento da abrangência mundial do sistema econômico capitalista, acontecem transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, passa-se a constatar fenômenos como o aumento exponencial da população urbana; o crescimento das desigualdades de classe, raça e gênero e uma alarmante crise ambiental.

> Esta lógica de urbanismo centrada nas atividades econômicas, nas exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis, beneficia prioritariamente os homens brancos e ricos e desvaloriza e explora o trabalho reprodutivo de cuidados, sobretudo executado pelas mulheres empobrecidas e racializadas, produz segregação territorial, desigualdades e vulnerabilidades, cidades violentas e o esgotamento dos recursos naturais (Oliveira, 2021, p.8).

Dentre as transformações estruturais geradas pelo sistema capitalista, se destacam as relações de gênero. Na cidade moderna, o capitalismo e o patriarcado são grandes aliados, contribuindo para uma divisão sexual do trabalho na qual as responsabilidades no âmbito público (trabalho remunerado) são atribuídas aos homens, enquanto as mulheres são associadas ao espaço privado (trabalho não remunerado ou mal pago, casa e família). Dessa forma, a produção da configuração espacial reproduz as dicotomias masculino x feminino, público x privado, trabalho x casa. Assim, conforme Blanca Valdivia (2018, p. 66):

> O desenvolvimento da cidade moderna se sustenta nesse dualismo segundo o qual a cada espaço são atribuídas funções e atividades específicas e onde as atividades produtivas são prioritárias no desenho urbano, inviabilizando as necessidades da esfera reprodutiva. (Tradução nossa)

Segundo Silvia Federici (2017), compreende-se a esfera reprodutiva como aquelas atividades relacionadas à provisão de habitação, nutrição, limpeza e cuidados; o "trabalho reprodutivo" é aquilo que, de forma geral, não é comercializado no mercado, mas exercido opressivamente no meio doméstico. Aquelas atividades denominadas como produtivas, associadas ao trabalho remunerado e realizadas principalmente por homens — vistos como principais provedores capitalistas do lar — em setores industriais, comerciais e de serviço, uma vez que contribuem diretamente para a produção de bens e serviços trocados no mercado, são priorizadas nas sociedades capitalistas, em contrapartida da marginalização das atividades reprodutivas.

O conceito de "trabalho reprodutivo" destaca a exploração e a opressão presentes nas atividades domésticas não remuneradas, já que são limitadas à "esfera privada". Atividades como fazer compras, cuidar das crianças e/ou acompanhar idosos, também chamadas como tarefas cuidadoras, na verdade, ultrapassam o âmbito privado e são essenciais para o funcionamento da sociedade em sua totalidade. Esse conjunto de atividades, conforme Amaia Orozco (2014) garantem a vida e adquirem sentido no contexto das relações interpessoais, tornando-se indispensáveis para a vida cotidiana, consequentemente "sua responsabilidade não deveria ser individual e privada, mas sim social e política" (Carrasco, Borderías e Torns, 2011).

Além disso, é importante destacar o conceito de direito à cidade, idealizado por Henri Lefebvre (1991). Ele se configura como um direito humano fundamental que garante aos cidadãos o poder de produzir, transformar e usufruir da cidade de forma plena e igualitária. No entanto, como já dito anteriormente, historicamente, as mulheres foram relegadas à esfera privada, restringindo seu papel na sociedade, sua atuação política e limitando seu direito à cidade.

Por conseguinte, essas desigualdades são refletidas na produção do espaço. As mulheres enfrentam uma série de barreiras em seu cotidiano urbano, sejam elas físicas, sociais, econômicas ou simbólicas. Conforme Clara Greed (1997), a cidade não oferece suporte físico para o "desenrolar cotidiano". São diversos problemas presentes nas diferentes escalas do território que afetam negativamente o dia a dia de mulheres: zonas segregadas e/ou com poluição ambiental em seus entornos domésticos; escassez de transporte público, de comércio e de espaços de lazer pensados para o cotidiano de cuidados; falta de equipamentos para reprodução da vida e de oportunidades de emprego; maior vulnerabilidade à violência urbana; e problemas decorrentes da acessibilidade e do cuidado com crianças e outros dependentes.

Dessa maneira, a vida das mulheres é marcada por desafios e inseguranças, a falta de acessibilidade e a constante ameaça configuram um panorama desolador. Por meio da pesquisa "Violência contra mulheres em 2021", é possível perceber esse cenário que escancara as desigualdades de gênero. Em 2021, o Brasil registrou um estupro a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas, evidenciando a brutalidade da violência contra a mulher no país. O número de estupros contra mulheres (incluindo vulneráveis) chegou a 56.098, um aumento de 3,7% em relação ao ano anterior. No mesmo ano, 1.319 mulheres foram vítimas de feminicídio, a maioria delas negras, em idade adulta e assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros em casa (Brasil, 2022).

Nesse contexto, a dicotomia público-privado é uma construção social materializada na arquitetura e no urbanismo das cidades que limita a participação das mulheres na vida pública, relegando-as ao espaço privado e inviabilizando seu trabalho. A dificuldade das mulheres em conciliar trabalho remunerado e atividades domésticas também são ilustrativos dessa problemática[7], assim como a falta de representatividade feminina na esfera pública[8].

[7] Conforme o Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística-IBGE (2022), em 2022, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos — 21,3 horas semanais contra 11,7 horas dos homens. Essa diferença é particularmente relevante porque impacta diretamente a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a taxa de participação feminina na força de trabalho foi de 53,3%, em contraste com 73,2% entre os homens.

[8] Segundo o Movimento Pessoas à Frente (2024), apenas 38% dos cargos de alta liderança no Executivo Federal são ocupados por mulheres, evidenciando uma sub-representação persistente nos espaços de poder.

Diante dessa realidade, é fundamental repensar os modelos urbanos hegemônicos e superar a dicotomia público-privado. Assim, o urbanismo com perspectiva feminista, como uma alternativa de mudança no sistema de valores que estrutura a ordem social e simbólica das cidades, busca observar a realidade a partir de prismas diferentes dos usuais, o que permite gerar novas questões a serem resolvidas nos projetos urbanos e arquitetônicos, levando a respostas diferentes (Muxí, 2018, p. 20).

2.2. As esferas da vida

De acordo com Shirley Santos (2017, p.105), mesmo gradualmente muitas mulheres tenham conseguido romper com as barreiras sócio-culturais e históricas, "saindo de casa e alcançando o mercado de trabalho, elas ainda não têm posse da cidade e não fazem uso dos espaços urbanos da mesma maneira que os homens sempre fizeram".

Dessa forma, é essencial colocar o cotidiano sob a perspectiva de gênero como um ponto central de análise de percepção urbana. Esse conjunto de interações e experiências que ocorrem no ambiente urbano, desde as tarefas domésticas e de cuidado até o deslocamento pela cidade, o acesso aos serviços públicos, o trabalho e o lazer, são influenciadas pela organização do espaço urbano, pela distribuição de recursos e equipamentos públicos, e pelas normas sociais e culturais que regem a vida na cidade.

Esse posicionamento é muito utilizado pelo urbanismo feminista de modo a contrapor a forma de se produzir cidades voltada para a produção de mercadorias, e não para reprodução da vida (Ciocoletto, 2014). Nele, busca-se a ruptura da dicotomia de esfera pública e privada e trabalham-se as quatros esferas da vida[9], sendo elas: produtiva, reprodutiva, comunitária e própria[10]. A partir do livro "Urbanismo Feminista" (Col.lectiu Punt 6, 2019), é possível compreender as definições dessas esferas e como essa abordagem urbanista trata cada uma delas.

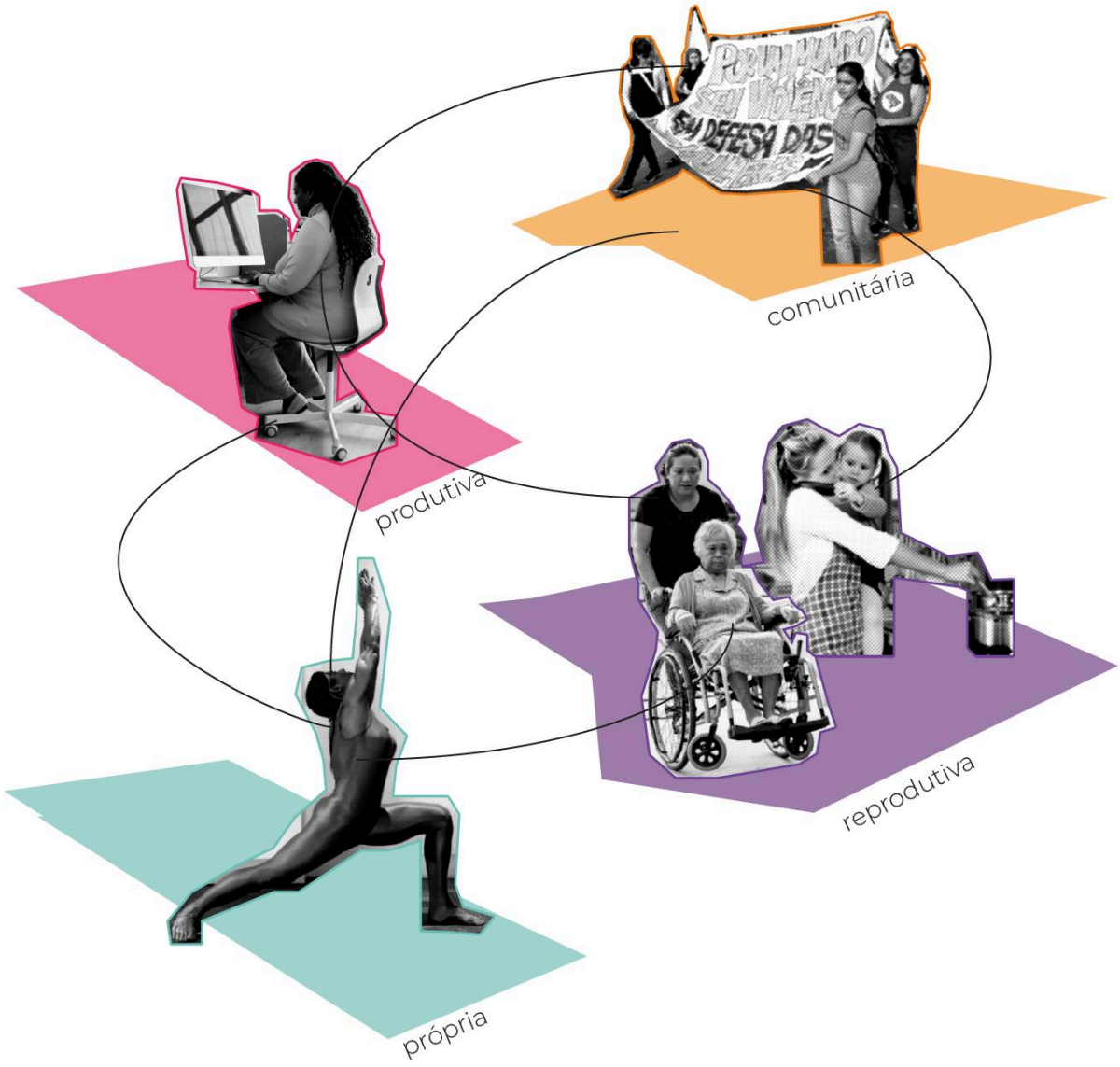
As esferas produtivas e reprodutivas seguem os conceitos feministas apresentados anteriormente. Na **esfera produtiva**, o urbanismo feminista busca revalorizar o trabalho das mulheres e garantir que as cidades sejam planejadas para atender as necessidades dos

[9] Na obra "A condição humana", Hannah Arendt (2007) diferencia três atividades do ser-humano: o trabalho (manutenção da vida); a obra (produção de algo novo); e ação (vida pública, política). Estas três atividades fazem parte da *vita activa*: a vida humana. Dessa maneira, surge as quatro esferas da vida trabalhadas pelo urbanismo feminista.

[10] Em algumas literaturas, é comum se referir às esferas comunitária e própria como política e individual, respectivamente.

trabalhadores e trabalhadoras. Quanto à **esfera reprodutiva**, na perspectiva feminista, é preciso socializar o cuidado e garantir que a cidade ofereça infraestrutura e serviços (escolas, creches, centros de cuidado para idosos, etc.) e espaços públicos adequados e seguros para todas as idades.

Já a **esfera comunitária** é entendida como aquilo que envolve a participação em atividades sociais, culturais e políticas voltadas para fundamentação e conservação da comunidade e cria condições para a continuidade das gerações, para a memória e para a história. Finalmente, a **esfera própria** é possível quando inclui todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada pessoa. Esta esfera abrange a vida social, o esporte, o lazer e o descanso. O urbanismo feminista propõe a promoção da participação das mulheres na vida da comunidade, garantindo que os espaços públicos sejam seguros e completos para todos e que as mulheres tenham oportunidades de liderança e participação política. Assim, as esferas da vida se sobrepõem e interagem entre si (Esquema 2), tornando a vida cotidiana complexa e um conceito que rompe as barreiras das esferas pública e privada.



Esquema 2: As esferas da vida.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme Daniela Cota (2019), “uma esfera interfere na outra e que sem as atividades da esfera reprodutiva, provavelmente as outras tarefas das outras esferas não poderão desenvolver-se”. Portanto, se destaca a continuidade entre os espaços públicos e privados que permeiam as quatro esferas e também a necessidade da visibilidade das tarefas domésticas e a promoção destas sejam de responsabilidade coletiva e pública. Ainda se entende que o espaço urbano tem que ser flexível para atender as diferentes demandas das esferas da vida. Dessa forma, se propõe uma mudança na ordem de prioridades — baseadas na satisfação de necessidades

vinculadas com o produtivo e benefício econômico —, a fim de promover a sustentabilidade da vida e proporcionar suporte físico para o desenrolar da vida cotidiana.

Em suma, o urbanismo feminista defende que colocar a vida cotidiana no planejamento urbano permite-nos: reconhecer o valor social do trabalho não remunerado e promover uma distribuição equitativa das esferas e, sobretudo, das tarefas reprodutivas, vistas como uma responsabilidade social e pública; reconhecer que nos espaços urbanos atuais é cada vez mais difícil desenvolver e organizar estas atividades no cotidiano e são as mulheres que suportam o maior peso; e tornar visíveis as estratégias de apoio mútuo e social que as mulheres têm desenvolvido para fazer face à sua dupla e tripla presença nos espaços.

Ademais, incorporar o conhecimento e as experiências cotidianas das mulheres no planejamento urbano, "é capaz de apontar os limites do urbanismo desenvolvido na sociedade capitalista atual" (Czytajlo; Siqueira; Silva, 2022). Apesar das dificuldades, são as mulheres que mais se utilizam da cidade, são elas que mais usam transporte público e fazem mais percursos a pé, estão presentes nas praças, nas ruas, e se locomovem em movimentos poligonais, pois, na maioria das vezes, são responsáveis por tarefas que envolvem diversos destinos ligados ao ambiente doméstico (Helene; Tavares, 2017). Dessa maneira, a experiência das mulheres deveria ser a chave para encontrar e solucionar os problemas da cidade moderna. Ao considerar as vivências femininas, é possível identificar e compreender melhor as diversas formas de discriminação e opressão que elas enfrentam em diferentes aspectos de suas vidas.

Ao entender que há mulheres de diferentes idades, cores, classes sociais, limitações físicas, gostos, padrões, desempenhos; e que as cidades são "palco, cenário e agente transformador das dinâmicas sociais" (Santos, 2017), uma abordagem que reconhece as mulheres como solução também considera os espaços inter-relacionados nos quais elas vivem e atuam. Isso inclui não somente o espaço privado e doméstico, onde as relações de gênero são frequentemente mais evidentes, mas também o espaço público, onde as mulheres enfrentam desafios como assédio, violência e acesso desigual a recursos e oportunidades.

Ao abordar esses espaços de maneira interconectada, o urbanismo feminista se depara com uma abordagem interseccional, focando na erradicação de desigualdades das diferentes opressões (classe, raça e gênero), e na transformação social e física. Ao valorizar as experiências das mulheres, sobretudo das mulheres negras, e promover sua participação ativa na transformação social, essa abordagem contribui para a construção da emancipação social, política e econômica de mulheres e outras pessoas vulnerabilizadas.

2.3. Políticas públicas de gênero

Políticas públicas podem ser definidas como diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público, possuindo intencionalidade pública e buscando responder a questões entendidas como coletivamente relevantes. Embora o Estado figure como ator central, atores não estatais também podem protagonizar o estabelecimento de políticas públicas quando o problema é de natureza pública. Essas ações, geralmente elaboradas dentro do aparato institucional-legal, existem em diversos níveis — estratégico, intermediário e operacional — incluindo os âmbitos municipal, regional e estadual. Elas visam tratar problemas em múltiplos setores como saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, habitação, entre outros. Ao mesmo tempo, o campo das políticas públicas também envolve a análise dessas ações e a proposição de mudanças quando necessário (Secchi, 2014). Conforme Celina Souza (2006), a formulação das políticas públicas é o estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações concretas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Após serem desenhadas e formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas.

O Brasil possui uma sólida base legal e institucional para a promoção da igualdade de gênero, incluindo a Constituição Federal de 1988, que garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), que estabelece medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, o país possui órgãos governamentais específicos voltados para a promoção dos direitos das mulheres, como a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que desempenham um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas de gênero.

A partir da busca pela igualdade na cidade, abordando as disparidades de gênero e garantindo que as necessidades específicas das mulheres sejam consideradas e atendidas de maneira adequada, as políticas públicas voltadas ao gênero pretendem promover a equidade entre os gêneros em diversas esferas da sociedade, incluindo o espaço urbano. O Catálogo de Políticas Públicas, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta a área temática “Gênero” da seguinte maneira:

Políticas públicas de gênero visam atender a necessidades e demandas das mulheres ou pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais), em razão das desigualdades de oportunidades e das desvantagens estruturais e culturais que pesam sobre essas populações. São políticas de natureza transversal e é esperado que existam ações dessa área em todas as áreas de governo, desde saúde até agropecuária, passando por justiça e segurança pública. Foram encontradas 24 políticas públicas nessa área (IPEA, 2024).

Certamente, embora haja avanços no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o gênero no Brasil, é importante reconhecer que ainda existe um déficit significativo nesse campo. Até o momento, somente uma pequena parcela das políticas públicas nacionais aborda diretamente questões de gênero. Conforme os dados encontrados no Catálogo de Políticas Públicas[11] , foi percebido que, de um total de 711 políticas públicas catalogadas, somente 45 tem como público-alvo as minorias sociais (negros, mulheres, comunidade LGBTQIA+[12] e pessoas com deficiência) e 24 são especificamente voltadas para o gênero (Gráfico 1). Esse número notavelmente baixo sugere não haver espaço para um desenvolvimento mais abrangente e sistemático de políticas públicas que abordem as questões de gênero de maneira mais eficaz. A Figura 2 apresenta a evolução de 21 anos de políticas públicas nacionais voltadas ao gênero.

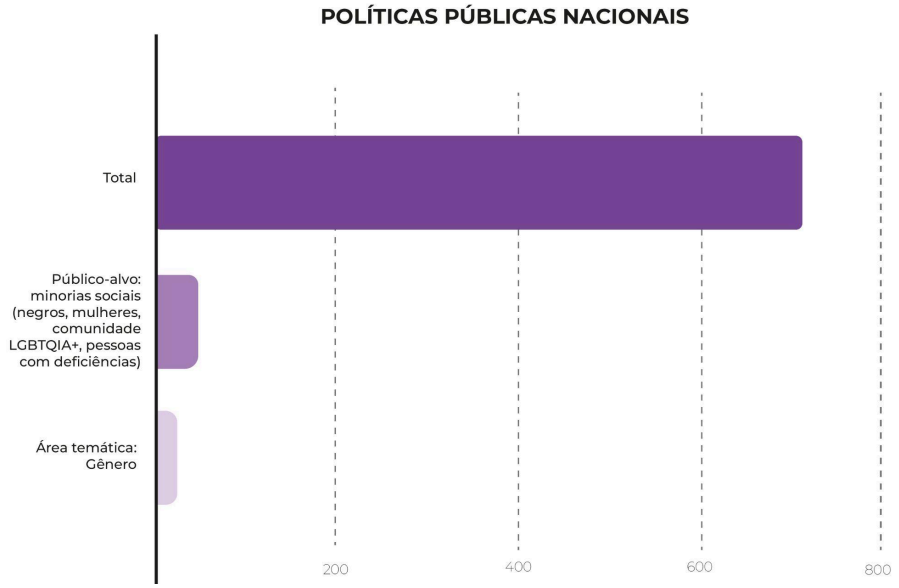


Gráfico 1: Comparação quantitativa de políticas públicas nacionais existentes: totais, público-alvo minorias sociais e área temática gênero.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme IPEA (2024).

[11] O Catálogo de Políticas Públicas, lançado em 2022, é uma plataforma virtual que reúne informações sobre as políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, no âmbito do Poder Executivo Federal. Está disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/.

[12] LGBTQIA+ é uma sigla que representa a evolução para designar diversas minorias sexuais e de gênero. O termo é uma resposta ao tamanho do espectro e das demandas da comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo por mais visibilidade.



Figura 2: Linha do tempo políticas públicas nacionais enquadradas na Área Temática Gênero do Catálogo Políticas Públicas.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme IPEA (2024).

A ausência de mulheres nos espaços de decisão reflete essa situação, pois impede que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências consideradas na formulação de políticas públicas. Como resultado, frequentemente as medidas tomadas falham em atender às demandas específicas das mulheres, e ajuda a perpetuar desigualdades e discriminações.

> Se existe um espaço onde é clara a exclusão que o sistema patriarcal exerce sobre as mulheres, é o da política, o espaço da máxima representação do poder visível. (...) Obviamente, não é suficiente ser mulher para exercer uma política diferente; apenas uma política feminista pode marcar a mudança (Montaner; Muxí, 2021, p.51).

Assim, o urbanismo feminista surge como uma abordagem que reconhece a importância da participação das mulheres na formulação e implementação das políticas públicas. Alejandra Massolo (2005) destaca a importância de reconhecer a diversidade intrínseca nas experiências das mulheres e abrir um debate público sobre a complexidade do processo de reprodução e seu papel na estrutura social.

Baseado numa ruptura de valores, o urbanismo feminista busca compreender as necessidades das pessoas, incluindo as das mulheres a partir de uma perspectiva diferente da tradicionalmente dominante (Col.lectiu Punt 6, 2019). Ele enfatiza a importância de não somente analisar as diferenças urbanas, mas também diminuir as desigualdades de gênero. Isso envolve a promoção de espaços públicos acolhedores, o combate ao assédio sexual nas ruas e a criação de programas de capacitação e empoderamento para mulheres em área urbana.

Além disso, existe a busca por desconstruir normas de gênero e padrões sociais que perpetuam a segregação e discriminação no ambiente urbano. É necessária uma conduta que reconheça e valorize a diversidade de experiências das mulheres e busque mudanças estruturais para promover uma vida urbana mais integrada. Em síntese, a participação das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas, aliada a uma abordagem do urbanismo feminista, é fundamental para a construção de cidades mais justas, seguras e igualitárias para mulheres de todas as origens e identidades. Essa abordagem não se limita a beneficiar as mulheres, mas também contribui para a construção de comunidades cuidadoras.

o urbanismo feminista do col.lectiu punt 6



3. O URBANISMO FEMINISTA DO COL.LECTIU PUNT 6

3.1. A cidade cuidadora e o Col.lectiu Punt 6

O termo “cidade cuidadora” foi desenvolvido pela socióloga Blanca Valdivia (2018) por meio do artigo “*Del urbanismo androcentrico a la ciudad cuidadora*”. Organizada a partir do viés do urbanismo feminista, se apresenta como uma das alternativas para o enfrentamento e combate das assimetrias e desigualdades produzidas pela sociedade patriarcal e seu urbanismo (Oliveira, 2021). Em síntese, a proposição de Valdivia é uma cidade onde todas as pessoas podem satisfazer suas necessidades cotidianas e onde os cuidados e a sustentabilidade da vida estejam no centro das decisões urbanas.

Tendo Valdivia como uma de suas integrantes e alinhado a essa ideia, o Col.lectiu Punt 6 afirma que é necessário repensar os diferentes espaços para romper com segregações e hierarquias. A partir da perspectiva feminista, o grupo se propõe a trabalhar os espaços domésticos, comunitários e públicos, colocando o cuidado, a percepção de segurança e a participação comunitária como eixos transversais.

Constituído como uma cooperativa de trabalho formada por arquitetas, sociólogas e urbanistas de diversas formações (Figura 3), o Punt 6 surgiu em 2005 em Barcelona. O trabalho do grupo é voltado para dinamização de oficinas, preparação de guias, formação, investigação, realização de consultas urbanas, auditorias e outros diversos projetos e ações voltados para a priorização da vida (Figura 4).

> Entre seus objetivos está o de repensar os diferentes espaços a partir de novos paradigmas, a fim de eliminar a discriminação e as hierarquias com vistas à transformação social. Elas estão comprometidos com a economia solidária como um modelo que prioriza a vida das pessoas no desenvolvimento e na concepção de seus projetos; a perspectiva interseccional de gênero para tornar visíveis as diferentes posições de poder e como elas influenciam o uso e a configuração dos espaços; bem como a ação comunitária para promover a diversidade social. (Laurino, 2019, p. 195, tradução nossa)



Roser Casanovas
Sócia fundadora

Arquiteta pela ETSAB (2008). Mestrado em Laboratório de Habitação do Século XXI pela FPC (2010) com a tese "*La gestió de la vida quotidiana a les colònies tèxtils catalanes*" e o Mestrado em Planeamento Urbano e Ordenamento do Território pela UPC (2017) com a tese "*Viure la utopia. Aprenentatges per la gestió de la vida quotidiana*".



Adriana Ciocoletto
Sócia fundadora

Arquiteta e urbanista pela FADU-UBA (1997), mestre pela Universidade de Barcelona (2003) e doutora (2014) pela Universidade Politécnica da Catalunha (2014) com a tese "*Urbanismo para la vida cotidiana: Herramientas de análisis y evaluación urbana desde la perspectiva de género*".



Marta Fonseca Salinas
Sócia fundadora

Arquiteta pela Universidade Nacional de Medellín, Colômbia (1988). Especialista na implementação e aplicação da perspetiva interseccional de gênero no projeto de arquitetura e urbanismo desde 2004 e em áreas específicas e transversais destas disciplinas como o design, a participação, a advocacia e a investigação.



Sara Ortiz Escalante
Sócia fundadora

Socióloga pela Universidade Autônoma de Barcelona (2000), Possui graduação em Relações de Gênero pela Universidade Nacional Autônoma do México (2005), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Illinois (2009) e doutorado em Planejamento pela University of British Columbia (2019) com a tese "*A Feminist Participatory Action Research with women nightshift workers*".



Blanca Valdivia Gutiérrez
Sócia fundadora

Socióloga urbano pela Universidade Complutense de Madrid e doutora em Gestão e Avaliação Urbana e Arquitetónica pela Universidade Politécnica da Catalunha com a tese "*La ciutat cuidadora. Qualitat de vida urbana des d'una perspectiva feminista*".



Karina Díaz Abanto

Contadora – Administrativo pela "Universidad Peruana los Andes" (2015) e pelo "Instituto Público Tecnológico Argentina" (2007). Desde 2021 faz parte da equipe Punt 6.



Sara Carbonell Curralo

Integradora Social (2015), Educadora Social (2020) e pós-graduada em Saúde Mental Comunitária (2021). Formada em perspectiva de gênero e violência de gênero, entre outros temas, desenvolveu a vida profissional em torno da educação em saúde, especialmente nas áreas de saúde sexual e reprodutiva, uso de substâncias e saúde mental.



Magda Isart Bosch

Arquiteta formado em Arquitetura pela Escola de Arquitetura de Barcelona (UPC).



Ainara Navarrete

Socióloga pela Universidade de Barcelona (UB) e mestranda em Estudos e Planejamento Territorial (METiP) pela UAB. Tem colaborado com Col·lectiu Punt 6 desde 2016.

Figura 3: Integrantes atuais do Col.lectiu Punt 6.
Fonte: Site Col.lectiu Punt 6 (2025)

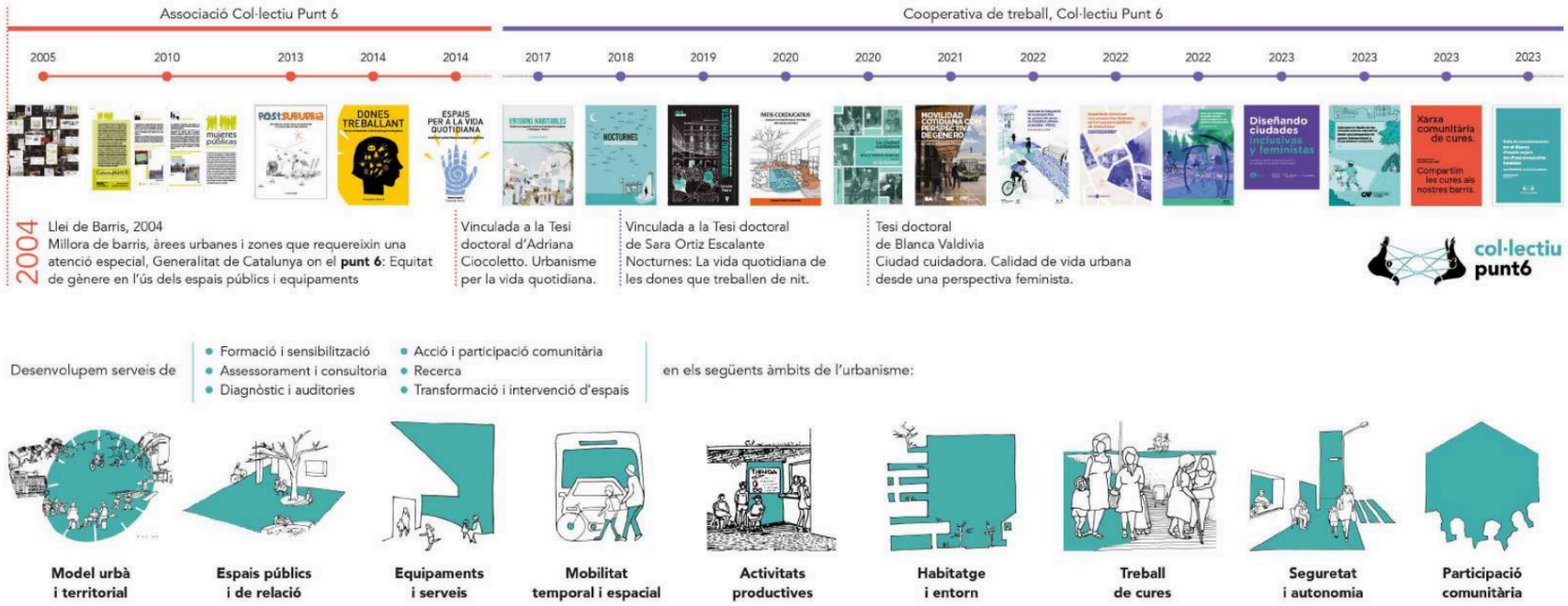


Figura 4:Histórico e atuação do Col.lectiu Punt 6.
Fonte: Site Col.lectiu Punt 6 (2025)

Dentro desses anos de trabalho, a cooperativa desenvolveu metodologias próprias (quantitativas, qualitativas e participativas) que se adaptam ao contexto e às pessoas. A participação é colocada como ferramenta essencial, combinando o conhecimento técnico com o uso de metodologias participativas para integrar a experiência das pessoas que vivem no território.

Nessa perspectiva, essas abordagens integram as chamadas políticas feministas apresentadas por Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2021) — esta última uma das fundadoras do Col.lectiu Punt 6 —, que se fundamentam em formas de cooperação em vez de competição, promovendo processos coletivos nos quais o conhecimento é construído e compartilhado de maneira integrada para compreender a complexidade da realidade. Ao mesmo tempo, buscam soluções construídas em conjunto — que não são fórmulas prontas nem impostas —, mas que valorizam o direito à vida.

3.2. Diagnóstico urbano com perspectiva de gênero

O diagnóstico é uma etapa importante para o planejamento urbano, mas quando alinhado ao urbanismo hegemônico, reflete uma "perspectiva totalizadora e baseada no "interesse geral" – que, justamente por se pretender generalista, não dá conta de especificidades de grupos específicos como as mulheres" (Ezquiaga, 1997; Santoro, 2007 *apud*. Harkot, 2018), portanto, se baseia em necessidades masculinas e capitalistas (Valdivia, 2018).

De forma geral, acaba por se distanciar das pessoas e do cotidiano, além de obter limitações na compreensão das desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade. Há a necessidade de novas metodologias que consigam incorporar essa complexidade, assim, torna-se essencial reconhecer o cotidiano, as experiências e as resistências como elementos fundamentais na produção do conhecimento (Helene, Tavares, 2017).

Com objetivo de obter uma perspectiva mais integral dos processos e da dinâmica da cidade, o Col.lectiu Punt 6 propõe uma metodologia que abrange os aspectos sociais, físicos e funcionais a partir de uma aplicação transversal da perspectiva de gênero na análise urbana. Propõe-se a utilização de metodologia qualitativa a partir de uma abordagem participativa e de gênero, aplicando uma abordagem interseccional que permita conhecer as necessidades e aspirações da população de acordo com gênero, idade, etnia e nível de renda (Ciocoletto, 2014). Este tipo de avaliação urbana é chamada pela cooperativa como "*Auditoria de Qualitat Urbana amb*

perspectiva de Gènere" (Auditoria de Qualidade Urbana sob perspectiva de Gênero - AQUG), de acordo com Ciocoletto e Col.lectiu Punt 6 (2014, p. 7):

> Em geral, nos diferentes níveis de planejamento urbano, falta uma interpretação abrangente na tomada de decisão e a experiência das mulheres como usuárias e profissionais na transformação dos lugares onde vivemos não tem sido considerada. Por essa razão, a Auditoria propõe uma avaliação transversal incorporando diferentes agentes e conhecimentos. A falta de inclusão nas decisões urbanas das pessoas que vivem em bairros muitas vezes fez com que a realidade não se ajustasse às diversas necessidades do cotidiano das pessoas de acordo com suas diferenças de gênero, sexo, idade, origem e cultura, situação socioeconômica e diversidade funcional. (Tradução nossa).

Essa forma de realizar análises urbanas avalia-se pela necessidade de contar com ferramentas facilmente utilizáveis, que permitam a aplicação de critérios de qualidade e avaliação das transformações urbanas por uma perspectiva de gênero (Ciocoletto; Valdivia, 2012, p. 469-470).

Essas ferramentas, sendo construídas para incorporar a dimensão cotidiana que o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero aborda, são estruturadas na escala do bairro em primeiro lugar. Essa escala de aproximação é formada por quatro espaços de análise que abarcam diferentes âmbitos do dia a dia, sendo elas: **espaços de relação, equipamentos, redes de mobilidade e entorno cotidiano**. Dentro de cada espaço de análise, existem características espaciais de alguns aspectos identificados como prioritários que devem ser cumpridos para incorporar a perspectiva de gênero, são: **proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade** (*ibidem*, p. 475).

> Os indicadores propostos surgem da necessidade de contar com ferramentas que permitam analisar e avaliar, na medida de que os elementos físicos dos diferentes espaços respondem às necessidades de quem os habita, incluindo dados qualitativos necessários para compreender a realidade e de forma que possam ser medíveis e comparáveis. (*ibidem*, p.470)



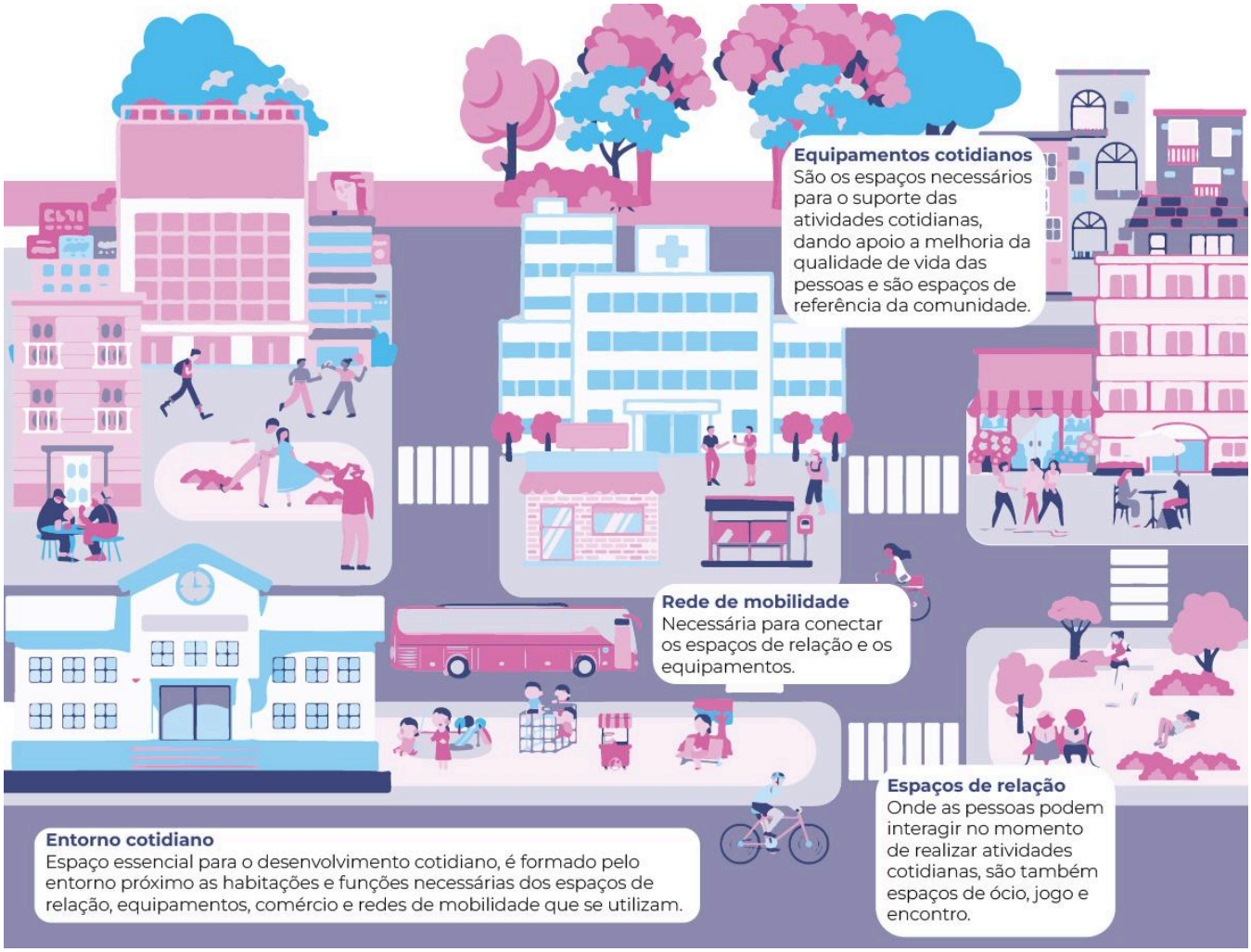
Figura 5: Diagrama sistema de indicadores proposto.
Fonte: Ciocoletto; Valdivia, 2012.

	Proximidad	Diversidad	Autonomía	Vitalidad	Representatividad
Espacios de relación	1.1 Conectividad con otros usos y pertenencia a la comunidad	1.2 Variedad de actividades y personas en el espacio	1.3 Autonomía de las personas en el uso del espacio	1.4 Espacios Dinámicos	1.5 Visibilizar a las mujeres en los espacios de relación
Equipamientos cotidianos	2.1 Equipamientos cotidianos cercanas	2.2 Equipamientos cotidianos conciliadoras	2.3 Equipamientos cotidianos seguros y accesibles	2.4 Dinamizar ("dar vida") al entorno	2.5 Visibilizar a las mujeres en los equipamientos cotidianos
Redes de movilidad	3.1 Conexión cotidiana intermodal	3.2 Transporte público y redes peatonales ajustadas a las necesidades cotidianas de las personas	3.3 Movilidad segura	3.4 Dinamizar la calle	3.5 Visibilizar a las mujeres en las redes de movilidad
Entorno cotidiano	4.1 Red cotidiana	4.2 Diversidad y mezcla física y social	4.3 Entorno seguro	4.4 Calles con vida	4.5 Visibilidad de las mujeres en el barrio

Quadro 1: Quadro resumo de indicadores.
Fonte: Ciocoletto; Valdivia, 2012.

Os indicadores propostos foram definidos pensando em um modelo de cidade compacta e na combinação de usos, que favoreça o desenvolvimento das atividades cotidianas em um entorno próximo às habitações. No Esquema 3, é possível perceber como os espaços de análise interagem nesta escala, sendo os **espaços de relação** compostos por praças, parques, ruas, esquinas e outros espaços livres; o **equipamento cotidiano** constituído por escolas, unidades de saúde, equipamentos

de esporte, cultura ou lazer, e centros comunitários; a **rede de mobilidade** composta por ruas, transportes e espaços necessários para cumprir sua função; e por fim, o **entorno cotidiano** que é o componente crucial para o bem-estar individual e coletivo, proporcionando infraestrutura, serviços e oportunidades.



Esquema 3: Relação e definição dos espaços de análise.
Fonte: Elaborado pela autora conforme Ciocoletto e Valdivia (2012).

Com base no artigo "*Indicadores urbanos espaciales para la evaluación de los espacios cotidianos desde la perspectiva de género*" (Ciocoletto; Valdivia, 2012) e do livro "*Urbanismo feminista: Por uma tranformación radical de los espacios de vida*" (Col.lectiu 6, 2019) foi possível realizar uma leitura completa da conceitualização das características espaciais prioritárias para o urbanismo sob perspectiva de gênero. A partir dessas cinco características, as quais a seguir será definida cada uma, é proposto analisar a avaliar os espaços anteriormente citados.

Quando um espaço está em uma rede que conecta os ambientes prioritários da vida cotidiana (residências, comércio local, equipamentos, paradas de ônibus e outros) há **proximidade**. Também se considera "proximidade" quando os espaços são percebidos como próximos, gerando confiança e sentimento de pertencimento. Além disso, é imprescindível estarem em rotas seguras e acessíveis e que não existam barreiras simbólicas que impeçam seu uso.

A **diversidade** é possível quando um espaço incentiva uma variedade de pessoas, atividades, usos, opções de espaços, equipamentos e mobilidade que responda às diferentes necessidades de cada pessoa, dependendo do seu gênero, idade, raça, diversidade funcional e classe. É fundamental a implantação de elementos que facilitem o uso do espaço (como bancos, mesas, lixeiras, áreas de lazer e bicicletário) e uma pavimentação que permita os diferentes usos e que garanta a acessibilidade.

A **autonomia** e segurança são condições necessárias para utilizar sem restrições os espaços que formam o entorno cotidiano. Existe quando os espaços são fisicamente acessíveis para pessoas com diferentes tipos de diversidade funcional, idosos, crianças e cuidadores. Também quando há acessibilidade econômica, ou seja, espaços de uso gratuito e total ou majoritariamente não comercializados. A autonomia também se refere à percepção de segurança para usar os espaços a qualquer hora. Esses aspectos são primordiais para fomentar a livre circulação e a independência das pessoas.

Com a presença constante e simultânea de pessoas e atividades, surge a **vitalidade**. Espaços com vitalidade incentivam essa dinâmica, integrando diferentes funções e atividades ao longo do dia e do ano, em contraste com áreas residenciais ou comerciais monofuncionais que são somente ativas em determinados horários. Essa propriedade é promovida por meio do desenho urbano que facilita encontros sociais, interação e apoio mútuo entre pessoas. Isso inclui espaços abertos acessíveis durante todo o dia, iluminação para uso noturno, elementos para proteção contra chuva ou sol, e um layout que permite múltiplos usos e usuários.

A **representatividade** é abordada como reconhecimento e visibilidade das atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres e outras pessoas vulnerabilizadas e suas reivindicações históricas. Por meio dos espaços públicos, é possível transmitir reconhecimento à memória e ao patrimônio cultural dos grupos normalmente invisibilizados nestes espaços.. Reconhecer a memória desses grupos, como mulheres e pessoas não brancas ou heteronormativas, por meio da nomeação de espaços públicos, monumentos, marcos históricos e da arte urbana,

contribui para transformar os imaginários e repertórios sociais acerca da construção da memória coletiva por meio da cidade.

A partir do entendimento da essência de cada uma dessas propriedades, compreende-se que elas se conectam, entrelaçam e se completam. Assim, é necessário a aplicação desses indicadores nas etapas de diagnóstico anteriores ao projeto urbanístico para ajustar os novos desenhos às necessidades reais das pessoas (Ciocoletto; Valdivia, 2012, p. 488).

Ao longo do tempo, o Col.lectiu Punt 6 vem elaborando e aperfeiçoando essa metodologia que vem se nutrindo da experiência coletiva acumulada, do conhecimento de todas as mulheres que participaram de oficinas e outros processos participativos, e da aproximação técnica a partir das formações e consultorias realizadas pelo grupo. Um dos objetivos do coletivo é que esta metodologia própria possa ser utilizada para diferentes fins, adaptar aos diferentes contextos e pessoas e que o acesso a este conhecimento seja apropriado de diversas formas.

> Podem ser implementados com diferentes finalidades, por exemplo, ao nível pedagógico, como material para formação ou também se possam utilizar como ferramentas de análise e avaliação nas diferentes fases do planejamento. Podem ser utilizados tanto por pessoas usuárias como por pessoal técnico e profissional vinculados a um projeto urbano determinado para verificar o impacto nos diferentes grupos sociais (*ibidem*, p.472-473, tradução própria).

Portanto, foram desenvolvidas publicações com o intuito de facilitar o desenho e a aplicação de procedimentos para a identificação, revisão e atuação urbana. No presente trabalho, o foco será aqueles com caráter de ferramenta metodológica, métodos participativos e feministas para obter informação sobre os diversos aspectos do contexto, físico e social, e como impactam a vida cotidiana das pessoas.

3.3. Os guias do Col.lectiu Punt 6

Os guias "*Mujeres Trabajando*" (2014), "*Entornos Habitables*" (2017a) e "*Nocturnas*" (2017b), desenvolvidos pelo Col.lectiu Punt 6, representam contribuições fundamentais para o campo do urbanismo feminista, ao abordar as desigualdades de gênero no espaço urbano a partir de perspectivas interseccionais e participativas. Essas publicações destacam a importância de reconhecer as mulheres como agentes transformadoras dos espaços que habitam, promovendo a inclusão de suas experiências cotidianas no planejamento urbano. Cada guia, com seu foco específico — seja no trabalho noturno, na segurança urbana ou na participação comunitária —, evidencia como o sistema patriarcal e as estruturas de opressão moldam a vivência das mulheres

nos espaços públicos e privados. Ao propor metodologias participativas e ferramentas práticas, esses materiais, além de identificar desafios, também oferecem caminhos para o planejamento das cidades.

Esta análise busca explorar as contribuições teóricas e práticas desses guias, destacando suas metodologias e contribuições para um planejamento urbano não tradicional. Assim, foi conduzida com base em um conjunto de questionamentos estruturados, visando a compreensão aprofundada de suas características e finalidades. Como metodologia de classificação do conteúdo, foram consideradas as seguintes questões norteadoras: (1) objetivo principal do guia e proposta central; (2) contexto geral que envolve a sua publicação; (3) base teórica fundamentadora; (4) organização do material; (5) ferramentas participativas propostas. Esses eixos de investigação permitiram uma avaliação sistemática e crítica dos guias, contribuindo para a identificação de suas particularidades e potencialidades.

Para o estudo das ferramentas participativas, foram analisados os objetivos e os resultados obtidos com a aplicação de cada uma delas. A partir dessa análise, os dados foram organizados em quadros individuais, de modo a sistematizar as informações de maneira comparativa. Posteriormente, foi elaborado um quadro síntese, reunindo os principais pontos em comum entre as ferramentas. Essa metodologia buscou, ainda, compreender a essência de cada ferramenta, com o objetivo de aplicá-las posteriormente de maneira adequada ao contexto da pesquisa.

3.3.1. *Mujeres Trabajando* (2014)

O guia "*Mujeres trabajando - Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género*" (Col.lectiu Punt 6, 2014) tem como objetivo central dar visibilidade às mulheres em sua diversidade e suas diversas formas de atuação no campo do trabalho, reconhecendo-as como agentes de transformação urbana. A proposta é reconhecer as desigualdades estruturais que impactam mulheres e outros grupos marginalizados, utilizando suas experiências de trabalho cotidianas como base para repensar o urbanismo e a arquitetura.

Este documento é fruto de um trabalho iniciado em 2005 pelo Col·lectiu Punt 6, desenvolvido com base nas experiências compartilhadas por mais de 1.000 mulheres nas oficinas realizadas no âmbito do programa "*Herramientas de Participación*" do Instituto Catalão das Mulheres[13]. Disponível gratuitamente em espanhol, catalão e inglês, o guia reflete os aprendizados

[13] Foram realizadas mais de 80 oficinas de empoderamento na Catalunha entre os anos 2005 e 2010 (Col.lectiu Punt 6, 2014).

desses processos participativos, que incluem diagnósticos e propostas para melhorar o entorno cotidiano de diferentes realidades urbanas, também se destaca por ser acessível e voltado tanto para comunidades quanto para profissionais da área. A publicação surge como uma retribuição desse conhecimento às mulheres que participaram do projeto e também como uma ferramenta de empoderamento para outras mulheres. Seu propósito é promover a apropriação e o uso das ferramentas em seus bairros, vilas ou cidades, fomentando uma transformação urbana e social com base nas necessidades locais.

O capítulo "*Informémonos*" apresenta conceitos fundamentais de gênero e urbanismo com perspectiva feminista, abordando temas como papéis de gênero, espaços de suporte à vida cotidiana, feminismo, urbanismo com perspectiva de gênero e análise da vida cotidiana. Ele ressalta a importância de compreender essas bases teóricas para impulsionar mudanças transformadoras nos espaços urbanos. Nesse contexto, são propostas duas atividades introdutórias: o grupo de leitura, que busca ampliar o conhecimento por meio de textos e reflexões coletivas, e o grupo de recursos audiovisuais, que promove o aprendizado por meio de filmes, documentários ou palestras sobre urbanismo e gênero.

Uma das lições mais importantes do guia é a valorização do conhecimento cotidiano e do trabalho das mulheres. Ele parte do princípio de que as mulheres têm percepções únicas sobre o funcionamento dos espaços urbanos devido ao seu papel central no cuidado e na gestão da vida cotidiana. No entanto, o guia também alerta para o risco de processos participativos serem reduzidos a ferramentas legitimadoras de administrações públicas. Ele enfatiza que a participação deve ser autêntica e transformadora, com comunidades engajadas em todas as etapas do processo.

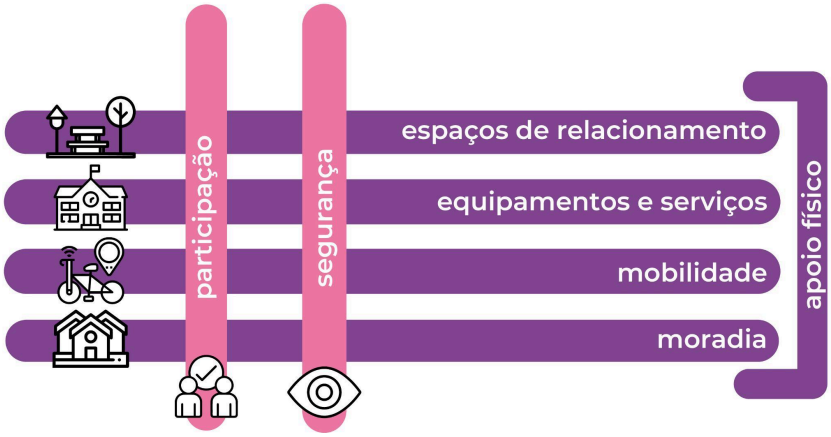
Os processos participativos são organizados em quatro etapas principais, oferecendo uma abordagem progressiva e estruturada. A primeira etapa, o empoderamento, visa promover a valorização do conhecimento cotidiano das mulheres e fortalecer sua atuação como protagonistas. Em seguida, realiza-se o diagnóstico do entorno cotidiano, para identificar e mapear desafios e potencialidades no território. Na terceira etapa, são elaboradas propostas de transformação, voltadas para o desenvolvimento de ações concretas que promovam melhorias físicas e sociais nos espaços urbanos. Por fim, a avaliação busca monitorar e refletir sobre os impactos das intervenções realizadas. No decorrer dessas etapas, o guia oferece diversas ferramentas práticas, que permitem que as mulheres traduzam suas experiências cotidianas em dados e propostas concretas, fortalecendo a conexão entre suas percepções e o planejamento urbano. No Quadro 2 apresenta a síntese da estruturação dessas ferramentas.

MUJERES TRABAJANDO

Técnicas/ferramentas	Objetivos	Informações obtidas
GRUPO DE LEITURA	• Ampliar o conhecimento das relações entre o urbanismo e o gênero por meio de textos escritos sobre o tema	• Fichas bibliográficas dos textos eleitos • Lista de reflexões sobre os textos apontadas pelas integrantes do grupo
GRUPO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS	• Ampliar o conhecimento das relações entre o urbanismo e o gênero por meio de pessoas especialistas que falam sobre o tema	• Fichas de ideias chaves • Lista de reflexões sobre os audiovisuais apontadas pelas integrantes do grupo
QUESTIONÁRIO (DUG)	• Reconhecer, focar e refletir sobre diferentes elementos do nosso ambiente cotidiano	• Questionários (DUG) respondidos; • Observações geradas; • Lista das perguntas mais relevantes; • Chuva de ideias do debate final.
CAMINHADA DE RECONHECIMENTO	• Observar e descrever o entorno cotidiano de uma forma direta e a partir das nossas experiências	• Pontos relevantes que explicam a vida cotidiana do bairro; • Avaliações do que torna a vida cotidiana mais fácil ou mais difícil • fotografias para descrever esses aspectos
FOTOGRAFIA DO NOSSO ENTORNO	• Descrever com palavras os elementos urbanos que, estando fora da moradia, formam parte do nosso cotidiano; • Nomear, classificar, estabelecer relações e avaliar a experiência que temos dos diferentes espaços que habitamos	• Uma votação final listada em elementos favoráveis e desfavoráveis do uso cotidiano; • Um mapa resumido do consenso alcançado entre todas as participantes; • Uma chuva de ideias sobre como melhorar elementos ou aspectos do nosso ambiente.
FICHA DE ITINERÁRIOS COTIDIANOS	• Reconhecer, descrever, e avaliar todas as nossas tarefas diárias, detectar as que nos criam relações de dependência, explicar como são os deslocamentos para realizá-las e distinguir as características dos espaços onde as realizamos	• Fichas cotidianas individuais respondidas; • Mapas de atividades cotidianas individuais com elementos favoráveis e desfavoráveis; • Lista com argumentos que explicam 3 aspectos favoráveis e 3 desfavoráveis, elaborada por grupos de 3 ou 4 pessoas; • Mapa e uma lista resumo dos consensos das participantes • Uma chuva de ideias sobre como melhorar elementos ou aspectos do nosso entorno.
REDE COTIDIANA	• Analisar um entorno focado em temas diferentes; • Obter uma análise completa do entorno selecionado	• Questionários (DUG) respondidos; • Mapas grupais com elementos favoráveis e desfavoráveis por variáveis; • Uma chuva de ideias sobre como melhorar elementos ou aspectos do nosso entorno
CAMINHADA FOTOGRÁFICA	• Registrar, mediantes fotografias, elementos e situações que consideramos importantes para descrever nosso entorno cotidiano • Explicar através da nossa visão a imagem que temos do bairro onde vivemos	• Pontos de interesse que explicam a vida cotidiana do bairro • As fotografias para descrever estes pontos • Materiais para exposição
MAPA COMUNITÁRIO	• Situar com um mapa de grandes dimensões que contém os espaços cotidianos do bairro ou da zona; • Sinalizar, desenhar os elementos que utilizamos e anotar as percepções diretamente no mapa	• Relatório coletivo do bairro a partir da experiência cotidiana • Diferentes argumentos das pessoas do bairro refletidos em um único mapa • Um mapa em formato grande que pode ser usado como exibição ou para trabalhos futuros
MAPAS PERCEPTIVOS	• Visualizar os limites físicos ou sociais que limitam ou beneficiam o uso de espaços e para pontuar as qualidades que fazem que possamos utilizar e desfrutar com autonomia e segurança; • Indicar os espaços consideramos proibidos porque dão medo ou apresentam dificuldade para utilizá-lo como também os que frequentamos porque nos são agradáveis e bonitos	• Mapas individuais com a localização das percepções positivas ou negativas dos espaços do bairro que mais usamos; • Uma lista com argumentos dos espaços considerados mais agradáveis e adequados e Dos desagradáveis e proibidos; • Um mapa da comunidade mostrando a localização dos espaços com as diferentes percepções e argumentos

Quadro 2: Ferramentas metodológicas *Mujeres Trabajando.*
Fonte: Elaborado pela autora, conforme Col.lectiu Punt 6 (2014).

O guia também introduz o questionário DUG (Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero) que está presente na maioria das atividades apresentadas. É uma ferramenta elaborada pelo Col.lectiu Punt 6, descrita como "um questionário vivo e em constante evolução" (Col.lectiu Punt 6, 2014, p. 98), que serve para descrever, refletir e analisar o entorno cotidiano. As perguntas estão divididas em 6 temas: a participação, os espaços de relacionamento, os equipamentos e serviços, a mobilidade, a segurança e a moradia. Quatro desses temas — espaços de relacionamento, equipamentos e serviços, mobilidade e moradia — definem o apoio físico onde as atividades cotidianas são desenvolvidas. Enquanto a participação e a segurança são conceitos transversais que permeiam esse apoio físico (Esquema 4).



Esquema 4: Relações dos temas abordados no questionário DUG.
Fonte: Elaborado pela autora conforme Col.lectiu Punt 6 (2014).

3.3.2. *Entornos habitables* (2017a)

O guia "Entornos Habitables - Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno" (Col.lectiu Punt 6, 2017a) apresenta a necessidade de considerar as experiências e necessidades de diversos grupos de mulheres ao analisar e melhorar a qualidade de vida e a segurança em espaços urbanos no entorno das habitações. O guia coloca o tema da violência de gênero no espaço público, sobretudo nos entornos habitacionais, como uma questão social e como objeto de atenção das políticas públicas. Da mesma forma que o guia anterior, enfatiza a importância de incorporar as vozes das mulheres sobre suas vivências na cidade, reconhecendo as diferenças que as atravessam. Para além de sua utilidade prática e instrumental, o guia destaca um aspecto essencial: o trabalho coletivo e comunitário, que articula experiências empíricas, empoderamento territorial e uma abordagem que une o conhecimento de especialistas

ao saber das comunidades locais, utilizando uma linguagem acessível e não técnica para facilitar a apropriação coletiva das políticas públicas.

O material oferece uma série de ferramentas participativas voltadas para governos e planejadores(as) urbanos(as), para integrar as perspectivas de mulheres e meninas nos processos de planejamento urbano. Dessa forma, pretende-se com o guia não somente contribuir para identificar os desafios e lacunas de gênero presentes nas cidades, mas também explorar o potencial transformador de abordagens inclusivas e baseadas em gênero. Ao dar às mulheres e meninas vozes na construção de espaços urbanos, legitima sua posição como usuárias do espaço público e promove a construção de cidades para todas as pessoas.

O guia apresenta a Auditoria de segurança urbana com perspectiva de gênero para habitação e entorno, uma ferramenta de diagnóstico que analisa a segurança urbana a partir de uma perspectiva de gênero interseccional. Essa análise integra aspectos sociais, físicos e funcionais que condicionam a percepção de segurança no espaço público. Por meio de métodos participativos e feministas, são coletadas informações sobre o contexto físico e social e seus impactos na segurança cotidiana.

A Auditoria é fundamentada na experiência do Col.lectiu Punt 6 em projetos voltados para a segurança urbana sob a perspectiva de gênero. O guia foi elaborado no contexto do projeto de cooperação para o desenvolvimento do "Plano de Gestão Urbana para a melhora da segurança a partir de uma perspectiva de gênero"[14] realizado na cidade de Cali, Colômbia. O conteúdo do guia está organizado em sete capítulos, com uma estrutura semelhante a outras publicações do Col.lectiu Punt 6. A introdução aborda os fundamentos do projeto e sua relação com a segurança urbana, enquanto o marco teórico explora os conceitos de segurança e gênero, com ênfase na interseccionalidade. O terceiro capítulo apresenta ferramentas participativas, detalhando metodologias como entrevistas, observações, grupos focais, mapeamentos e oficinas. O quarto capítulo descreve estratégias e intervenções para aprimorar a segurança, enquanto o quinto capítulo apresenta estudos de caso de aplicação prática das propostas. Por fim, o guia conclui com recursos e referências adicionais sobre segurança urbana e gênero, consolidando-se como um instrumento prático e teórico para a transformação dos espaços urbanos.

[14] *Plan de gestión urbana para la mejora de la seguridad desde una perspectiva de género*, projeto coordenado pelo Col.lectiu Punt 6 e no qual o Escritório do Assessor de Gênero e a Secretaria de Habitação da Prefeitura de Cali, Santiago de Cali, Colômbia, participaram como parceiros entre 2015 e 2016.

O capítulo "*Aproximación teórica a unos entornos habitables desde la perspectiva de género*" inicia destacando que a segurança urbana sob a perspectiva de gênero tornou-se um dos temas mais debatidos no campo do urbanismo nas últimas décadas. Entretanto, as abordagens predominantes sobre segurança urbana continuam centradas principalmente na prevenção de crimes, negligenciando a análise da violência de gênero (Wekerle; Whitzman, 1995 *apud*. Col.lectiu Punt 6, 2017a) e ignorando que a percepção de segurança varia significativamente entre homens e mulheres. As estratégias de intervenção no espaço público raramente consideram fatores como gênero, etnia e origem, perpetuando abordagens tradicionais como os programas de "prevenção do crime através do desenho do entorno", originados nos anos 1970. Tais programas, ainda amplamente aplicados, têm sido criticados por criar espaços assépticos e por focar exclusivamente em crimes cometidos em espaços públicos por pessoas desconhecidas, deixando de lado os crimes mais comuns contra as mulheres e análises específicas sobre violência de gênero (*ibidem*).

O movimento feminista propõe uma abordagem mais ampla e complexa da segurança urbana, diferenciando e aprofundando os conceitos de violência de gênero, segurança e percepção de insegurança. Essa perspectiva vai além da tipificação legal de crimes, reconhecendo que a percepção de segurança está condicionada por fatores como sexo, gênero, origem e outros marcadores sociais.

Para as mulheres, o medo e a percepção de insegurança estão diretamente associados à violência exercida sobre seus corpos sexualizados, moldando significativamente a maneira como vivenciam os espaços domésticos, comunitários e públicos (Col.lectiu Punt 6, 2017a). Nesse sentido, o guia destaca a necessidade de incluir a percepção de insegurança nas análises urbanas, destacando como o medo limita a liberdade, a mobilidade, o uso de espaços, o sentimento de pertencimento e a participação ativa das mulheres na vida urbana e doméstica. Essa percepção de insegurança e a violência de gênero estão intimamente relacionadas ao sistema patriarcal que estrutura a sociedade.

A segurança urbana é abordada no guia a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando como diferentes fontes estruturais de desigualdade, que organizam a vida das pessoas, são construções sociais inter-relacionadas e não naturais (Platero, 2014 *apud*. Punt 6, 2017a). Embora as ações propostas no guia priorizem a integridade física das pessoas e a erradicação da violência de gênero, a segurança é entendida amplamente, englobando variáveis como segurança econômica e ambiental.

> Nesse sentido, Ana Falú (2007), aludindo às fortes desigualdades econômicas e sociais que marcam as cidades latino-americanas, refere-se ao fato de que, além dos delitos tradicionais que dificultam a vida cotidiana, como roubo, furto, agressão e estupro, as mulheres também enfrentam fenômenos vinculados à forma como o desenvolvimento urbano é concebido, à falta de participação cidadã, à dificuldade de acesso aos serviços - os mais privatizados -, à desregulamentação... e que todos esses fatores têm um impacto sobre os graus e as formas de delinquência que as mulheres enfrentam (Punt 6, 2017a, p.17, tradução própria).

Na Figura 6, observa-se que a percepção de segurança vai além da criminalidade, abrangendo outras formas de violência, como assédios nas ruas, agressões verbais, violências simbólicas e econômicas. Esse conceito também se aplica a outros aspectos da insegurança urbana, um exemplo são vias em que veículos transitam em alta velocidade, tornando a travessia arriscada para idosos e crianças.

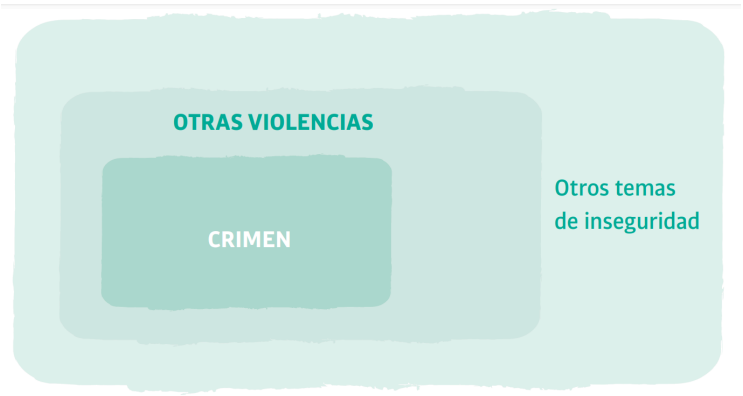


Figura 6: Concepção holística de (in)segurança, percepção de segurança em espaços públicos.
Fonte: Col.lectiu Punt 6 (2017a, p. 18).

Outro ponto central da análise apresentada no guia é a necessidade de questionar a dicotomia imposta pelo patriarcado entre o público e o privado. As mulheres são socializadas a temer os espaços públicos, especialmente à noite ou diante do desconhecido, embora a maioria das agressões que sofrem ocorra no espaço doméstico, frequentemente perpetradas por pessoas conhecidas. Além de ser uma dicotomia que também é baseada numa visão etnocêntrica e ocidental, tem pouco sentido em contextos de habitação informal, devido à maneira como os espaços são utilizados e às dinâmicas sociais que os configuram[15]. Dessa forma, "um conceito como

[15] O ensaio "Epistemologia da laje" explora essa questão, utilizando a laje como um exemplo concreto que embaralha essa distinção. A laje, como elemento da habitação informal, demonstra que as fronteiras entre o que é estritamente privado e o que é público se tornam porosas e contextuais, dependendo do uso, das relações sociais e das necessidades dos moradores. A própria construção e evolução das habitações informais são resultados de um acúmulo e compartilhamento de conhecimento popular, articulando o privado e o bem comum. Portanto, aplicar uma dicotomia rígida entre público e privado nesses contextos obscurece a complexidade e a fluidez das dinâmicas espaciais e sociais. (Freire-Medeiros; Name, 2019).

o ‘lar’ vinculado ao espaço privado separado físico e socialmente do espaço público não existe” (Meth, 2003 apud. Punt 6, 2017a, p.19, tradução nossa).

Por fim, o capítulo ainda aborda a relação entre segurança, desenho habitacional e perpetuação de hierarquias de gênero. A “casa” é apresentada como um espaço historicamente usado para reforçar a divisão sexual do trabalho, refletindo-se na separação das tarefas domésticas em áreas específicas que reforçam estruturas familiares patriarcais. Isso é exemplificado pela desconsideração das necessidades de cuidado e pela homogeneidade do desenho das moradias, que frequentemente ignora a diversidade de formas de convivência, como famílias monoparentais, pessoas solteiras ou grupos de coabitação, além de sua pouca flexibilidade para se adaptar às necessidades variáveis ao longo do ciclo de vida.

Quanto à aplicação da Auditoria de segurança urbana com perspectiva de gênero para habitação e seu entorno, todo processo é detalhado ao longo do capítulo 3 “*Herramientas participativas para analizar el contexto*”. O processo prevê três etapas consecutivas, estruturas com base em diferentes técnicas: 1. Aproximação ao contexto social e físico; 2. Coleta de dados por meio da participação ativa das pessoas envolvidas; 3. Elaboração de um relatório de resultados.

Na primeira etapa, as autoras destacam ser imprescindível envolver as comunidades organizadas, especialmente grupos de mulheres, para as intervenções serem efetivas e relevantes. Todo o processo deve destacar as diferenças entre as experiências femininas, considerando fatores como idade, condição socioeconômica, origem cultural, áreas de residência (urbanas ou rurais), responsabilidades familiares e diversidade funcional. Também faz parte dessa primeira etapa a coleta e análise de dados quantitativos, nesse sentido, é preciso utilizar dados estatísticos desagregados por sexo e, quando possível, por outras variáveis, como idade e localização. Informações provenientes de pesquisas sobre vitimização, violência de gênero, dados policiais, mobilidade urbana e convivência comunitária também são fundamentais para compreender as dinâmicas que afetam mulheres e homens de maneira diferenciada no espaço urbano.

Em seguida, dá-se a etapa de coleta de dados participativos, realizada por meio de dinâmicas participativas. Nesse momento, busca-se promover a colaboração ativa da comunidade, garantindo que as informações obtidas reflitam as experiências e percepções locais de maneira representativa e contextualizada. As autoras apresentam oito tipos diferentes de dinâmicas que podem ser realizadas, cada uma delas é detalhada respondendo o que é, tempo e como, no Quadro 3 mostra-se cada uma delas resumidamente.

ENTORNOS HABITABLES

Técnicas/ferramentas	Objetivos	Informações obtidas
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	• Relacionar o uso social ao espaço físico, a fim de determinar o uso social com o espaço físico para determinar quem, onde, como e com quem ele é usado e a relação entre a configuração física do espaço e o uso social feito dele.	• Anotações e desenhos com as informações registradas; • Fotografias das situações observadas.
ENTREVISTAS COM PESSOAS CHAVES	• Obter informações sobre as experiências das pessoas; Extrair informações mais detalhadas sobre questões mais específicas	• Registro das entrevistas (gravação e anotações)
GRUPOS DE DISCUSSÃO	• Coletar informações sobre um tópico específicos, explorar, compartilhar reflexões; • Coletar informações sobre como diferentes grupos de pessoas percebem a (in)segurança em seus ambientes cotidianos.	• Registro das discussões (gravação e anotações)
OFICINA SOBRE A VIDA COTIDIANA E SEGURANÇA URBANA	• Reconhecer, descrever e avaliar as atividades diárias, detectar aquelas que criam relações de dependência, explicar a locomoção para realizá-las; • Distinguir as características dos espaços as atividades são realizadas e analisar se a percepção de (in)segurança condiciona o desenvolvimento dessas atividades e o uso de determinados espaços	• Fichas de itinerários cotidianos respondidas; • Mapeamentos dos itinerários com elementos favoráveis e desfavoráveis, com argumentos; • Mapa e lista com resumo dos consensos das participantes; • Chuva de ideias sobre ações que podem ser realizadas para melhorar as situações de percepção de insegurança
MARCHA EXPLORATÓRIA E DE RECONHECIMENTO DO ENTORNO	• Registrar, por meio de fotografias, elementos e situações que consideramos importantes para descrever nosso ambiente cotidiano e a percepção de (in)segurança associada a esses ambientes • Explicar por meio da nossa visão a imagem que temos do bairro onde moramos	• Questionários (DUG) respondidos • Fotos dos pontos do bairro que considerem significativos para responder às perguntas • Identificação de elementos que estejam relacionados com a percepção de (in)segurança
MAPAS PERCEPTIVOS	• Tornar visíveis os elementos físicos ou sociais que limitam ou favorecem o uso dos espaços e para identificar as qualidades que nos permitem usá-los e desfrutá-los com autonomia e segurança	• Mapas e listas individuais com espaços favoráveis e desfavoráveis do bairro quanto a segurança, com argumentos • Mapa e lista coletivos com indicação dos pontos positivos e negativos, com argumentos • Chuva de ideias para possíveis soluções aos elementos ou espaços que foram priorizados coletivamente
MAPAS CORPORAIS	• Tornar visíveis os elementos físicos ou sociais que limitam ou favorecem o uso dos espaços e para identificar as qualidades que nos permitem usá-los e desfrutá-los com autonomia e segurança	• Mapas e listas individuais com espaços favoráveis e desfavoráveis do bairro quanto a segurança, com argumentos • Mapa e lista coletivos com indicação dos pontos positivos e negativos, com argumentos • Chuva de ideias para possíveis soluções aos elementos ou espaços que foram priorizados coletivamente
A CASA SEM GÊNERO	• Analisar os papéis de gênero na configuração da moradia e promover mudanças que incorporem a igualdade na definição dos espaços habitados. • Desconstruir a concepção tradicional de moradia, tornando visíveis os papéis de gênero, a hierarquização dos espaços, a diversidade dos moradores, a subvalorização do trabalho doméstico e a relação entre moradia e percepção de segurança.	• Desenho da casa da infância • Análise das atividades domésticas e os espaços da casa • Desenho da casa sem gênero • Chuva de ideias para melhorar os espaços domésticos na percepção da segurança

Quadro 3: Ferramentas metodológicas Entornos Habitables.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme Col.lectiu Punt 6 (2017a).

As estratégias apresentadas no guia derivam de princípios da urbanista feminista Anne Michaud (2002)[16] e são aplicados em três níveis diferentes: unidade habitacional, edifício e entorno imediato. São seis linhas de estratégias para a construção de entornos habitacionais mais seguros e adequados à vida cotidiana, com foco especial na valorização das mulheres como agentes sociais.

Com a abordagem interseccional proposta pelo guia *Entornos Habitables*, é possível compreender fatores como gênero, etnia e classe social moldam a percepção de segurança e o acesso ao espaço urbano, desafiando modelos tradicionais que negligenciam essas dinâmicas. Essa ênfase no conhecimento situado e na participação ativa dos grupos afetados demonstra que a segurança urbana não pode ser reduzida à prevenção de crimes convencionais, mas deve abarcar dimensões mais amplas, incluindo segurança econômica, habitacional e simbólica. Por fim, ao questionar a dicotomia público-privado e a naturalização de espaços urbanos segregados, o guia reafirma o direito à cidade como um princípio fundamental, sobretudo em entornos habitacionais.

3.3.3. *Nocturnas* (2017b)

O guia "Nocturnas - La vida cotidiana de las mujeres que trabajan de noche en el área metropolitana de Barcelona" (Col.lectiu Punt 6, 2017b) tem como objetivo analisar e evidenciar de que maneira o urbanismo, a mobilidade e o planejamento urbano noturno impactam a vida cotidiana das mulheres que trabalham durante a noite na Área Metropolitana de Barcelona (AMB). Tem como propósito identificar desigualdades estruturais, elaborar propostas e influenciar políticas públicas que promovam a segurança e a equidade de gênero no uso do espaço público e no trabalho noturno.

O projeto, desenvolvido entre 2015 e 2017, originou-se como uma extensão da tese de doutorado de Sara Ortiz, vinculada à Universidade British Columbia, em Vancouver, Canadá. No entanto, expandiu-se para incluir a colaboração de organizações feministas, como o Col.lectiu Punt 6, a Secretaria da Mulher e outros grupos. Baseado em uma metodologia feminista e interseccional, o estudo destacou os fatores de opressão estrutural, os múltiplos impactos na saúde, mobilidade, segurança, relações sociais e pessoais das trabalhadoras noturnas, além de envolver uma rede colaborativa composta por 24 mulheres, que atuaram como co-investigadoras e representantes de diversas organizações.

[16] MICHAUD, Anne. *Guide d'aménagement pour un environnement urbain sécuritaire de la Ville de Montréal*. Montreal, 2002.

A estrutura do guia divide-se em cinco capítulos, alinhados à lógica de outras publicações do Col.lectiu Punt 6. Os dois primeiros capítulos introduzem o projeto, sua metodologia e objetivos, além de apresentar o contexto teórico que relaciona gênero, segurança, mobilidade e planejamento urbano noturno. O terceiro capítulo detalha o desenvolvimento do projeto, explicando as etapas, ferramentas participativas e o envolvimento das co-investigadoras. O quarto capítulo analisa os impactos do trabalho noturno sob diferentes perspectivas, como saúde, mobilidade e relações sociais. Por fim, o quinto capítulo propõe ações baseadas nos resultados obtidos, apresentando recomendações para políticas públicas com foco em segurança, mobilidade e na reivindicação dos direitos das mulheres que trabalham à noite.

O problema central abordado pelo guia é que o planejamento urbano noturno tem se concentrado em uma parcela reduzida da vida noturna, reproduzindo uma visão romantizada dos usuários da noite como um grupo predominantemente consumidor de lazer. Essa abordagem ignora que a noite também é um espaço de trabalho, cuidado e reprodução. Além disso, o planejamento urbano noturno negligencia os ciclos noturnos fora dos centros urbanos e não integra a vida cotidiana diurna e noturna das pessoas que trabalham durante a noite, especialmente sob uma perspectiva interseccional. A noite, enquanto espaço de ócio, é majoritariamente dominada por uma cultura masculina e heteropatriarcal, o que reforça a invisibilidade das mulheres e de outras identidades marginalizadas.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de ampliar o campo de pesquisa do planejamento urbano noturno, incluindo tanto as dimensões produtivas quanto reprodutivas da noite, sob uma perspectiva interseccional. Isso permitiria romper com a cultura noturna predominantemente masculina, expandir os estudos para além dos bairros centrais e de lazer, e destacar como a análise integrada da vida cotidiana diurna e noturna pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas. A metodologia de investigação-ação feminista participativa, apresenta-se como uma ferramenta essencial para preencher essa lacuna, ao analisar como o sexo e o gênero, em intersecção com outras variáveis identitárias e formas de opressão, influenciam a maneira como as mulheres utilizam e acessam os espaços urbanos em diferentes horários do dia e da noite. Ao longo do projeto, foram utilizadas sete ferramentas participativas para analisar a vida cotidiana diurna e noturna das trabalhadoras noturnas.

Essas ferramentas permitiram para além de descrever a realidade dessas mulheres, mas também realizar uma análise coletiva e elaborar propostas e recomendações para melhorar suas condições de vida. O Quadro 4 apresenta um resumo detalhado de cada uma dessas ferramentas.

NOCTURNAS		
Técnicas/ferramentas	**Objetivos**	**Informações obtidas**
DIÁLOGOS INDIVIDUAIS	• Criar relacionamentos mais colaborativos com as co-pesquisadoras; • Reduzir as diferenças de poder entre as diferentes pessoas envolvidas; • Trocar ideias sem julgamentos, começar a criar um vínculo entre a coordenadora e as co-pesquisadoras e criar um clima de confiança.	• Revisão dos protocolos e considerações éticas do projeto; • Informações iniciais das experiências relacionadas com o trabalho noturno
CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS	• Acompanhar cada mulher em seu trajeto diário/noturno de ida e volta para o trabalho; • Analisar os elementos que aumentam ou diminuem a percepção de segurança das mulheres	• Gravações das caminhadas em primeira pessoa
REDE DE VIDA COTIDIANA DIURNA E NOTURNA	• Descrever e analisar as diferentes atividades que as mulheres realizam diariamente e durante a noite, os espaços utilizados, o tempo gasto, com quem e como se deslocam; • Analisar e avaliar os espaços onde realizamos a vida cotidiana, como a percepção de segurança condiciona o desenvolvimento dessas atividades e o uso de determinados espaços	• Ficha de itinerários cotidianos respondidas; • Avaliação individual dos aspectos favoráveis e desfavoráveis; • Lista coletiva dos acordos dos elementos favoráveis e desfavoráveis; • Chuva de ideias de possíveis ações que poderiam ser realizadas para melhorar a vida cotidiana.
MAPA DE MOBILIDADE COTIDIANA	• Mapear individualmente a rede da vida diária diurna e noturna de cada mulher; • Desenhar um mapa coletivo os deslocamentos relacionados ao trabalho noturno que cada uma das mulheres faz	• Mapa individual da rede cotidiana com marcações dos espaços que são positivos e negativos; • Lista coletiva dos elementos apontados em comum; • Mapa coletivo de mobilidade noturna
MAPAS CORPORAIS	• Analisar como as emoções, as sensações e outras manifestações físicas e sensoriais são vivenciadas por meio de nossos corpos em relação aos espaços e ambientes que habitamos e ao trabalho noturno, conectando as experiências corporais da esfera mais privada e íntima com o ambiente público e urbano em que vivemos; • Analisar como o ambiente e o espaço público afetam nossos corpos como mulheres e, em particular, como a percepção do medo e da insegurança é vivenciada e sentida corporalmente	• Mapas corporais respondidos; • Reflexão coletiva dos diferentes impactos do trabalho noturno
VÍDEO PARTICIPATIVO	• Analisar as informações coletadas quanto para divulgar os resultados para um público mais amplo.	• Vídeos sobre: ◦ rede de mobilidade e transporte, bem como a percepção de insegurança; ◦ o impacto do trabalho noturno nas relações sociais e familiares e saúde; ◦ a visibilização do trabalho noturno por meio da participação-ação.
OFICINA DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS	• Revisar, validar e analisar coletiva e participativamente as informações coletadas, a fim de, posteriormente, fazer propostas para melhorar a vida cotidiana das mulheres que trabalham à noite; • Compilar e resumir o trabalho realizado e para fazer um diagnóstico inicial da situação	• Organização das informações obtidas durante as atividades anteriores; • Análise das informações; • Elaboração de propostas

Quadro 4: Ferramentas metodológicas Nocturnas.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme Col.lectiu Punt 6 (2017b).

O processo de pesquisa do *Nocturnas* foi guiado por quatro princípios fundamentais: (1) participação ativa, com as trabalhadoras noturnas atuando como co-pesquisadoras em todas as etapas do projeto; (2) produção coletiva do conhecimento, utilizando experiências pessoais para identificar problemas e formular soluções práticas; (3) horizontalidade nas relações, equilibrando os papéis de pesquisadoras e participantes para romper com hierarquias tradicionais; e (4) valorização da vida cotidiana, reconhecendo as experiências diárias das mulheres como fontes essenciais de conhecimento.

A metodologia adotada permitiu identificar desigualdades invisíveis, como o medo noturno e a falta de infraestrutura para mobilidade segura, além de gerar propostas concretas para influenciar políticas públicas que pensem essa problemática.

3.4. Aprendizados

A análise do urbanismo feminista proposto pelo Col.lectiu Punt 6 revela a necessidade de uma mudança paradigmática na forma como os espaços urbanos são concebidos e planejados. A proposta da "cidade cuidadora" desafia o urbanismo hegemônico, que historicamente privilegiou os interesses capitalistas e masculinos, negligenciando as necessidades de mulheres, crianças, idosos e outros grupos marginalizados.

O Col.lectiu Punt 6, por meio de sua metodologia participativa e interseccional, destaca a importância de integrar a experiência cotidiana das mulheres na análise e na formulação de políticas urbanas. Suas ferramentas e auditorias de segurança urbana com perspectiva de gênero evidenciam que os espaços urbanos devem ser planejados para garantir segurança, acessibilidade, diversidade e autonomia. As iniciativas do grupo demonstram que a inclusão das mulheres no planejamento urbano não beneficia esse grupo específico, mas melhora a qualidade de vida de toda a população, tornando as cidades socialmente justas.

Cada um dos guias enfoca aspectos distintos, mas complementares, das dinâmicas de gênero na cidade. O primeiro guia, "*Mujeres Trabajando*" (2014), propõe atividades práticas para identificar desafios e promover mudanças urbanísticas que reflitam as necessidades das mulheres em suas atividades de trabalho diário. Por sua vez, "*Entornos Habitables*" aprofunda a perspectiva de género aplicada especificamente à habitação e ao seu entorno. Após a identificação e compreensão dos aspectos sociais, físicos e funcionais, o guia oferece um conjunto abrangente de estratégias e ações para intervir nos espaços livres que circundam as áreas residenciais. Já "*Nocturnas*" aborda a

invisibilização das trabalhadoras noturnas no planejamento urbano, expondo as desigualdades enfrentadas pelas mulheres ao ocupar a cidade no período noturno. O urbanismo feminista defendido pelos guias transcende a simples adaptação de espaços, sugerindo uma reconfiguração estrutural da forma como as cidades são pensadas e projetadas. A centralidade da participação das mulheres, aliada ao uso de metodologias colaborativas, demonstra que a transformação urbana não pode ocorrer sem a inclusão das experiências e perspectivas dos grupos marginalizados.

Dessa maneira, os guias do Col.lectiu Punt 6 contribuem significativamente para o avanço das discussões sobre gênero e urbanismo. A interseccionalidade, a horizontalidade na produção do conhecimento e a valorização das experiências cotidianas são os pilares fundamentais dessa abordagem, que visa garantir o direito à cidade para todas as pessoas, independentemente de gênero, classe, etnia ou ocupação.

Assim sendo, a pesquisa conduzida pelo Col.lectiu Punt 6 reforça a necessidade de incorporar metodologias feministas e participativas no planejamento urbano para superar as limitações do urbanismo tradicional. Essa ênfase na interseccionalidade permite compreender e abordar as diversas formas de desigualdade que afetam a experiência das mulheres na cidade. Além disso, a cooperativa demonstra que a produção do conhecimento deve ser coletiva e democrática, envolvendo as comunidades na identificação de desafios e na construção de soluções.

Em resumo, os três guias compartilham uma abordagem metodológica que valoriza a participação ativa das mulheres para compreender a sua relação com o entorno habitável, com foco na percepção de segurança, na análise das atividades cotidianas e na identificação de elementos que podem ser melhorados, utilizando diversas ferramentas de coleta e visualização de informações como questionários, caminhadas, mapas, discussões e fotografias. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos pontos em comum encontrados entre as ferramentas metodológicas encontradas:

QUADRO SÍNTESE

MUJERES TRABAJANDO, ENTORNOS HABITABLES, NOCTURNAS

Técnicas/ferramentas	Objetivos	Informações obtidas
MAPAS PERCEPTIVOS	• Investigar e compreender a percepção de (in)segurança; • Identificar elementos favoráveis e desfavoráveis nos espaços cotidianos, visando entender o que facilita ou dificulta a vida das mulheres e sua percepção de segurança.	• Mapas individuais e coletivos com percepções positivas e negativas sobre o uso do espaço, percepção de (in)segurança e experiências cotidianas
FICHA DE ITINERÁRIOS COTIDIANOS	• Compreender e analisar a relação entre as pessoas e o seu entorno cotidiano; • Entender como as pessoas usam os espaços, quais atividades realizam e como se deslocam.	• Mapas, listas de elementos favoráveis e desfavoráveis com argumentos que justificam essas classificações
CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS	• Observar e registrar elementos do ambiente cotidiano; • Coletar informações sobre as experiências das pessoas em seus ambientes cotidianos	• Fotografias, registros de observação e identificação de pontos significativos do bairro relacionados à percepção de (in)segurança e à vida cotidiana
MAPAS CORPORAIS	• Relacionar emoções e segurança com os espaços urbanos	• Registros e reflexões sobre o impacto dos espaços nos corpos das mulheres
GRUPOS DE DISCUSSÃO / OFICINAS	• Coletar percepções sobre (in)segurança e vida cotidiana relacionados a diversos temas	• Registros de discussões, reflexões e consensos sobre os temas abordados
QUESTIONÁRIOS (DUG)	• Levantar dados relacionados às percepções urbanas e (in)segurança	• Respostas individuais e coletivas, além de listas de temas relevantes

Quadro 5: Quadro síntese das ferramentas metodológicas dos guias Mujeres Trabajando, Entornos Habitables e Nocturnas.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Somado a isso, os guias também ressaltam a importância de compartilhar publicamente a experiência e o conhecimento acumulados, tornando esse conteúdo acessível e compreensível tanto para instituições públicas quanto para o público em geral. Essa divulgação ampla tem o potencial de se transformar em uma poderosa ferramenta de empoderamento para as mulheres, ao ampliar o reconhecimento de suas vozes e vivências. Além disso, contribui para a promoção do diálogo entre grupos de base, entidades e organizações sociais e a administração pública, fortalecendo a articulação entre esses diferentes atores e favorecendo a construção de políticas participativas.

Em conclusão, o urbanismo feminista do Col.lectiu Punt 6 apresenta uma metodologia não-tradicional para o enfrentamento das desigualdades urbanas. Sua metodologia reforça a ideia de que cidades mais integradas, seguras e acessíveis só podem ser construídas por meio da participação ativa das pessoas que nelas vivem.

maceió e as mulheres



4. MACEIÓ E AS MULHERES

Esta seção corresponde à aplicação empírica da metodologia descrita nos guias do Col.lectiu Punt 6. Para a realização deste estudo, foram delineadas as etapas:

1. **Compreensão do território**: levantar e analisar os dados estatísticos relacionados à problemática de gênero no município de Maceió, Alagoas[17];
2. **Aplicação de ferramentas participativas**: realizar uma oficina destinada a mulheres, utilizando as técnicas propostas pelo Col.lectiu Punt 6;
3. **Análise e sistematização dos dados da oficina**: analisar as informações obtidas na oficina a fim de levantar as demandas das mulheres na cidade;

4.1. Compreensão do território

A análise dos dados de gênero é fundamental para compreender as desigualdades sociais para além da problemática de classe. Em Maceió, capital do estado de Alagoas, observa-se um cenário dramático em relação às diferenças entre homens e mulheres[18] em aspectos como mercado de trabalho, educação, acesso à saúde e segurança pública.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maceió possui uma distribuição populacional relativamente equilibrada entre os gêneros, com uma leve predominância de mulheres. Essa diferença reflete aspectos estruturais da sociedade, como maior expectativa de vida feminina (Gráfico 2). Além disso, a população maceioense é majoritariamente não branca[19], e esse dado se reflete também na população feminina da cidade, sendo predominantemente composta por mulheres não brancas (Gráficos 3, 4 e 5). Outro aspecto relevante é que a maioria das pessoas responsáveis pelo domicílio em Maceió são mulheres e não brancas (Gráficos 6, 7 e 8), evidenciando a centralidade dessas mulheres no sustento e na organização familiar, muitas vezes

[17] A escolha da cidade de Maceió como recorte territorial, ao invés de um bairro específico, justifica-se pela viabilidade metodológica deste estudo. A obtenção de dados atualizados referentes a bairros, especialmente com recortes de gênero, raça e sexualidade, ainda apresenta limitações. Ademais, a realização da oficina, caso restrita a um bairro, exigiria uma mobilização comunitária mais intensa, o que ultrapassa as condições operacionais disponíveis para a execução desta pesquisa.

[18] Cabe esclarecer que, no presente trabalho, o termo "mulheres" refere-se especificamente a mulheres cisgênero. Essa delimitação deve-se à indisponibilidade de dados que contemplassem, de forma adequada, o recorte de mulheres transgêneros no contexto analisado.

[19] Lê-se como “não-branca”, aquelas que se identificaram como preta, parda, amarela ou indígena.

enfrentando desafios adicionais devido à interseccionalidade entre gênero e raça. No entanto, essa maior representação numérica não se traduz em equidade de oportunidades econômicas e sociais.

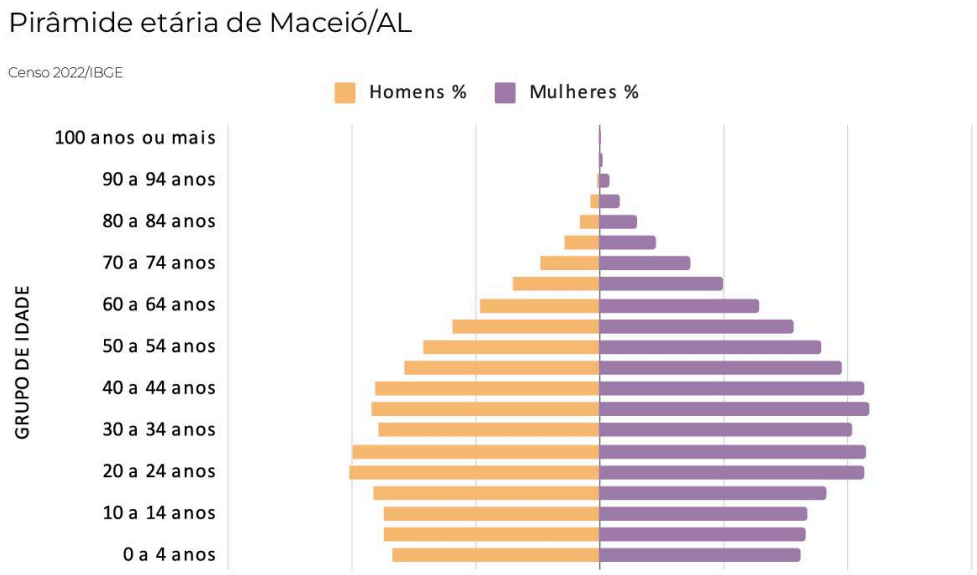


Gráfico 2: Pirâmide etária de Maceió–AL.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE (2022).

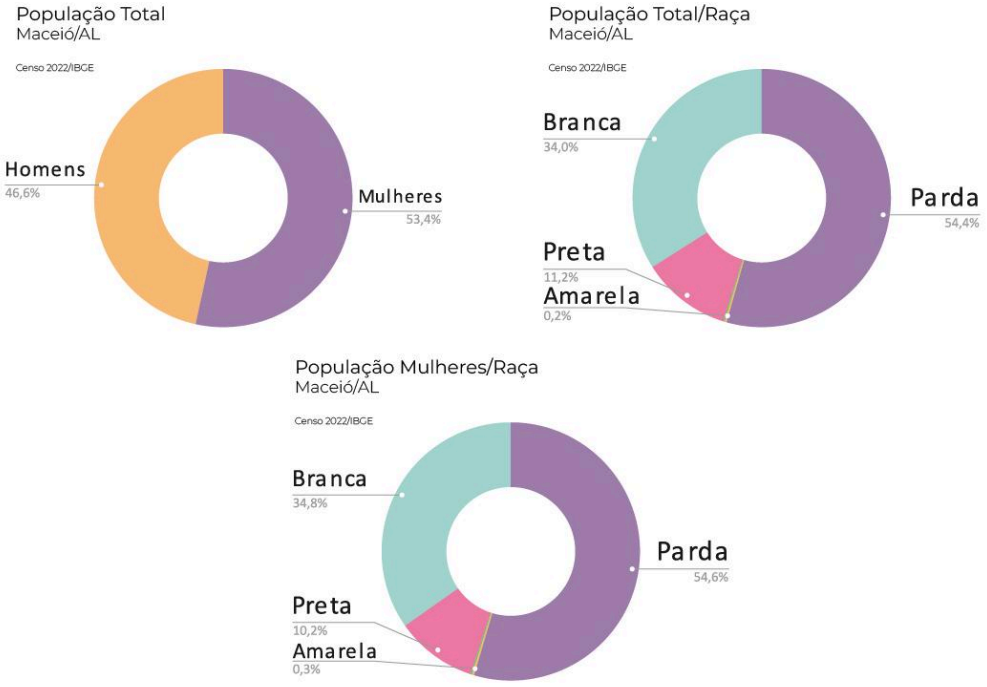


Gráfico 3: População de Maceió por gênero.
Gráfico 4: População de Maceió por raça.
Gráfico 5: População de mulheres maceioenses por raça.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE (2022).

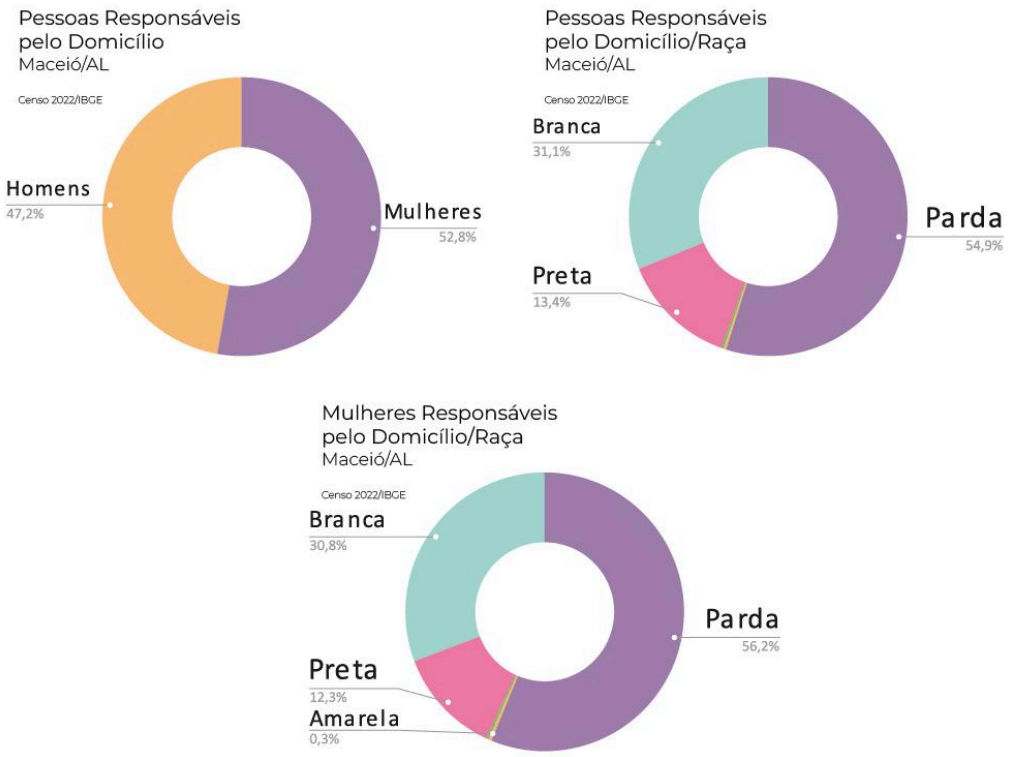


Gráfico 6: Pessoas responsáveis pelo domicílio por gênero (entre população total maceioense).
Gráfico 7: Pessoas responsáveis pelo domicílio por raça (entre população total maceioense).
Gráfico 8: Mulheres responsáveis pelo domicílio por raça (entre total de mulheres maceioenses).
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE (2022).

Conforme Mayara Paula (2019, p. 62), a análise da infraestrutura básica na cidade de Maceió evidencia que os bairros Benedito Bentes, Santa Lúcia, Jacintinho, Riacho Doce e Clima Bom apresentam as piores condições, caracterizando-se por elevados níveis de precarização (Figura 7). Esses locais apresentam alta concentração de setores censitários com infraestrutura deficiente, predominância de população negra e elevado número de mulheres responsáveis pelo domicílio, sendo Benedito Bentes o mais impactado (Figura 8). Essa situação sobrecarrega essas mulheres, que acumulam múltiplas jornadas e enfrentam dificuldades decorrentes da precariedade estrutural. Reforçando esse apontamento, Dayanna Barbosa (2022) destaca que a precariedade da infraestrutura urbana é denunciada por mulheres que enfrentam dificuldades em seus deslocamentos cotidianos, especialmente quando estão acompanhadas de crianças ou pessoas idosas.

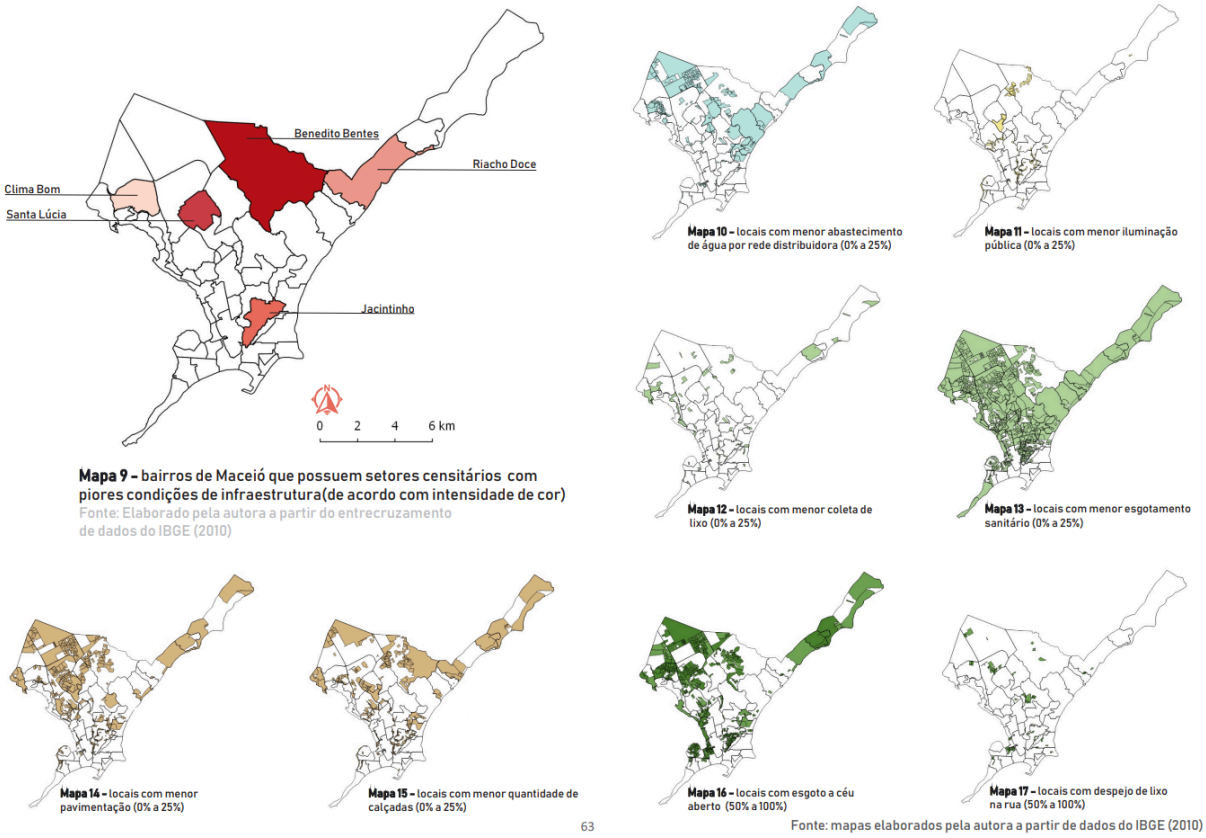


Figura 7: Mapas de análise das piores condições de infraestrutura de Maceió–AL.
Fonte: IBGE, 2010 *apud*. Paula, 2019.

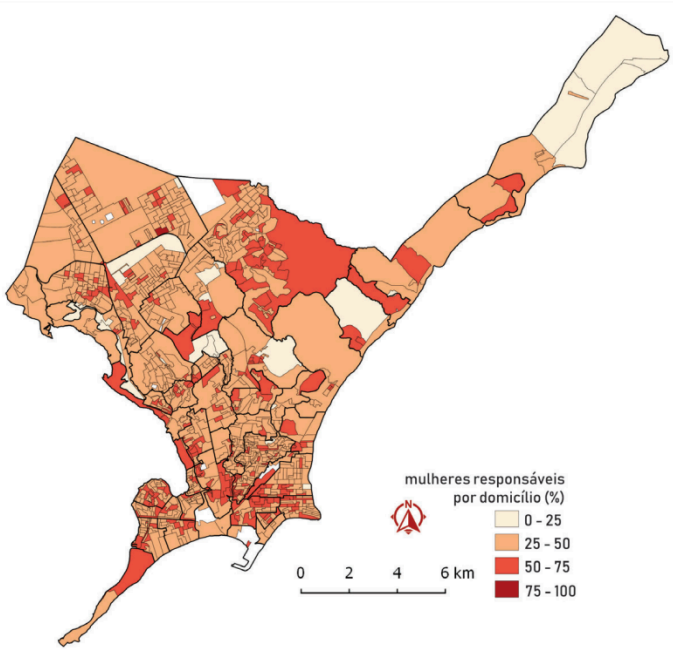


Figura 8: Mapa de distribuição percentual de mulheres responsáveis por domicílio por bairros de Maceió–AL.
Fonte: IBGE, 2010 *apud*. Paula, 2019.

Ainda segundo Paula (2019, p. 72-73), a análise dos trajetos a pé evidencia a relevância das calçadas e da arborização na mobilidade urbana da cidade. A falta de pavimentação é expressiva nos bairros de Benedito Bentes, Santa Lúcia e Riacho Doce, comprometendo a segurança e a eficiência dos deslocamentos, especialmente para mães com crianças. Observa-se que a maior presença de calçadas está associada a áreas de maior poder aquisitivo, refletindo desigualdades no acesso à infraestrutura. Quanto à arborização, verifica-se que os menores índices ocorrem em áreas densamente edificadas, o que não contribui significativamente para a melhoria dos trajetos pedestres (Figura 9).

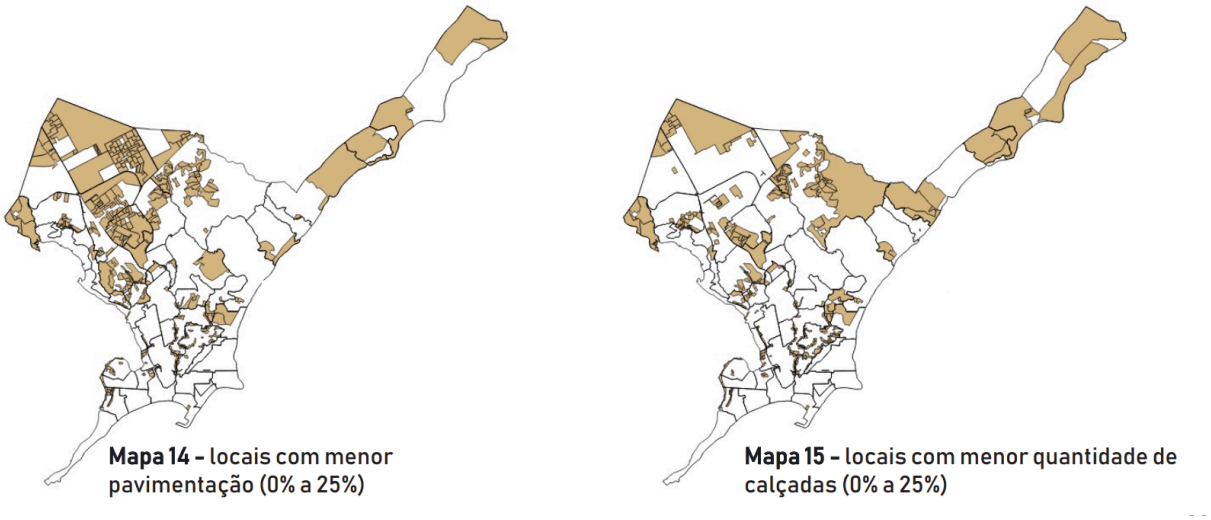


Figura 9: Mapas de distribuição percentual de locais com menor pavimentação e menor quantidade de calçadas por bairros de Maceió–AL.
Fonte: IBGE, 2010 *apud*. Paula, 2019.

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho também é um dos principais desafios enfrentados em Maceió. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2022, as trabalhadoras do sexo feminino eram de 122,101 empregados (43%) com uma remuneração média de R$ 3153,77, enquanto a parte masculina era de 161,669 (57%) com uma remuneração média por pessoa de R$ 3556,49 (Data MPE Brasil, 2024). Ou seja, há uma diferença na empregabilidade entre homens e mulheres, sendo os homens mais numerosos no mercado de trabalho em praticamente todas as categorias e recebendo mais do que as mulheres. Essa diferença é ainda mais expressiva para mulheres pardas e pretas, que enfrentam maiores barreiras de acesso e progressão profissional (Gráfico 9).

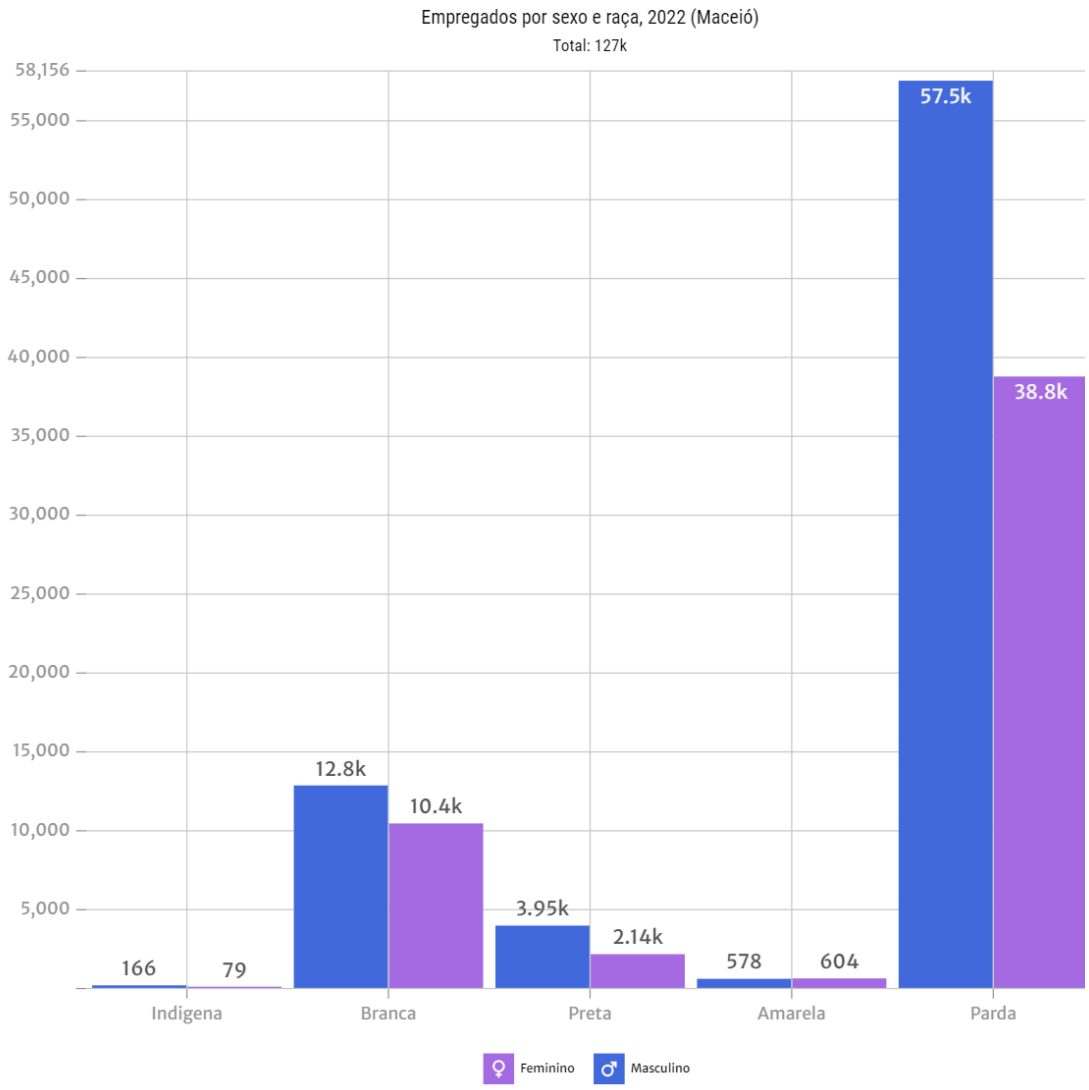


Gráfico 9: Empregados em Maceió/AL por gênero e raça.
Fonte: Data MPE Brasil, 2022.

E as disparidades educacionais não se limitam apenas ao gênero, mas também atravessam recortes raciais. O gráfico 10 apresenta a taxa de frequência escolar, em porcentagem, de homens e mulheres em Maceió, discriminada por raça/cor. De modo geral, homens apresentam taxas superiores às mulheres em quase todos os grupos raciais, com exceção da população preta, onde as mulheres têm ligeira vantagem. A maior disparidade ocorre entre indígenas, em que a frequência escolar das mulheres é significativamente inferior à dos homens.

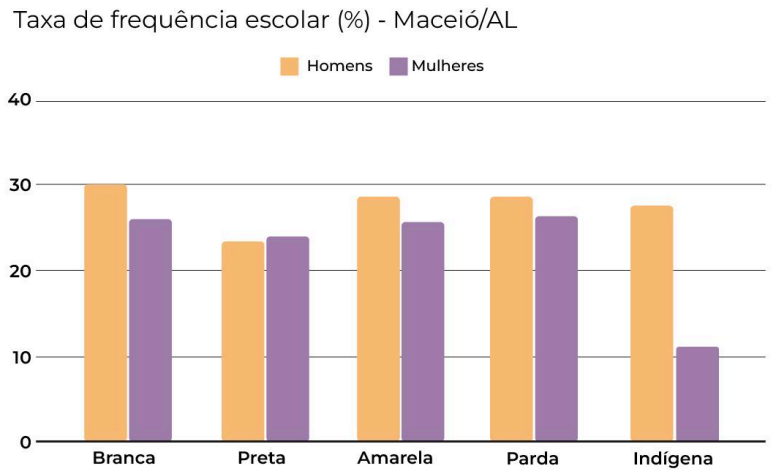


Gráfico 10: Taxa de frequência escolar (%) - Maceió/AL.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE (2022).

A violência contra a mulher é um problema alarmante, no ano de 2023, segundo o Mapa da Violência contra a mulher em Alagoas (Alagoas, 2023), foram registrados 12.280 casos de violência doméstica no estado, um aumento significativo de 73% em relação a 2022. O município com a maior incidência desse tipo de violência foi Maceió, que concentrou 38% do total de ocorrências. Além disso, foram contabilizados 1.191 casos de estupro no estado durante o mesmo período, sendo Maceió o município com o maior número de registros, totalizando 402 ocorrências, correspondendo a 33% dos casos no estado. No mesmo ano, Alagoas também registrou 35 casos de feminicídio, com Maceió apresentando o registro de 3 casos[20]. Adicionalmente, segundo a ONU-Habitat (2021), Alagoas ocupou em 2016 a 5ª posição no ranking de taxas de mulheres negras assassinadas (7,0 mulheres por 100 mil/hab.). Por fim, Alagoas também é considerado o estado mais perigoso e letal para a população LGBTQIA+ no Brasil, com um índice de 6,02 mortes, significativamente maior que a média nacional de 2,01 (Tribuna, 2018 *apud*. Borges; Araújo, 2022).

Além disso, ao acompanhar os dados de notificação de casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres em Maceió/AL (Sinan, 2024), entre 2020 e 2024 (Gráfico 11), é percebido que mulheres não brancas em Maceió sofreram muito mais casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência do que mulheres brancas. A diferença é expressiva em todos os anos, com um pico em 2023. Os dados reforçam a vulnerabilidade racializada da violência de gênero na cidade.

[20] É importante destacar a possibilidade de subnotificação, uma vez que, em algumas situações, o crime de feminicídio pode ser erroneamente classificado como homicídio.

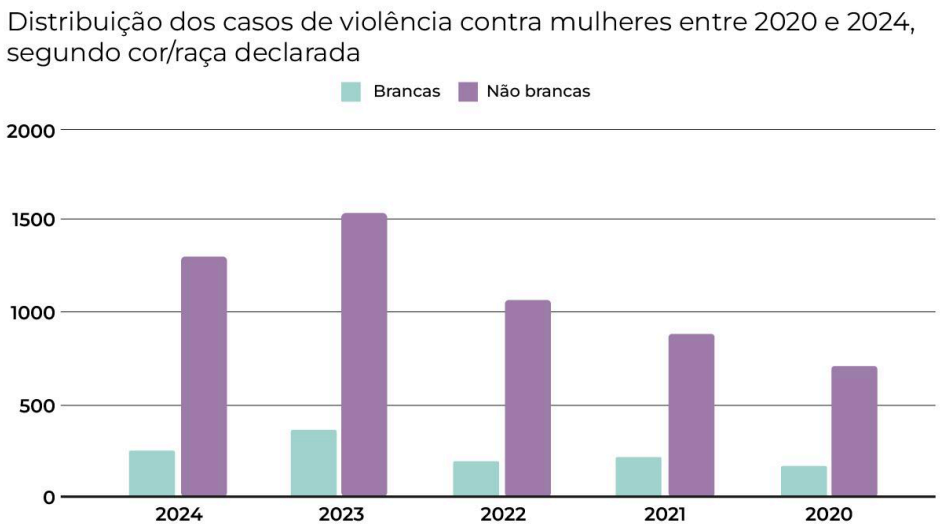


Gráfico 11: Distribuição dos casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres em Maceió/AL, entre 2020 e 2024, segundo a cor/raça declarada.
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, 2024.

Dessa maneira, esses dados evidenciam a gravidade da situação de violência enfrentada pelas mulheres, especialmente negras e LGBTQIA+, na capital alagoana. Ainda assim, é importante destacar que tais números provavelmente não refletem a totalidade dos casos, considerando a persistente subnotificação motivada por fatores como medo, falta de confiança nas instituições e barreiras de acesso aos serviços de apoio. Essa realidade reforça a urgência da implementação de políticas públicas eficazes voltadas para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

Além disso, a participação feminina em cargos de liderança no primeiro escalão das esferas governamentais ainda é significativamente baixa. Com 13,89%, Maceió apresenta a menor taxa de participação feminina entre todas as capitais do país (Alagoas, 2024). O gráfico 12 demonstra a expressiva desigualdade de gênero na composição da Câmara de Vereadores de Maceió para os quadriênios 2020-2024 e 2025-2028. Em ambos os períodos, observa-se uma ampla predominância de homens eleitos em relação às mulheres. Embora tenha ocorrido um pequeno aumento no número de vereadoras entre os dois quadriênios, a representatividade feminina continua bastante limitada frente ao número de homens. Esse cenário evidencia a persistente sub-representação das mulheres na política municipal. Essa disparidade evidencia a dificuldade de ascensão das mulheres a posições de tomada de decisão, refletindo barreiras institucionais e estruturais que limitam a equidade de gênero no âmbito político e administrativo.

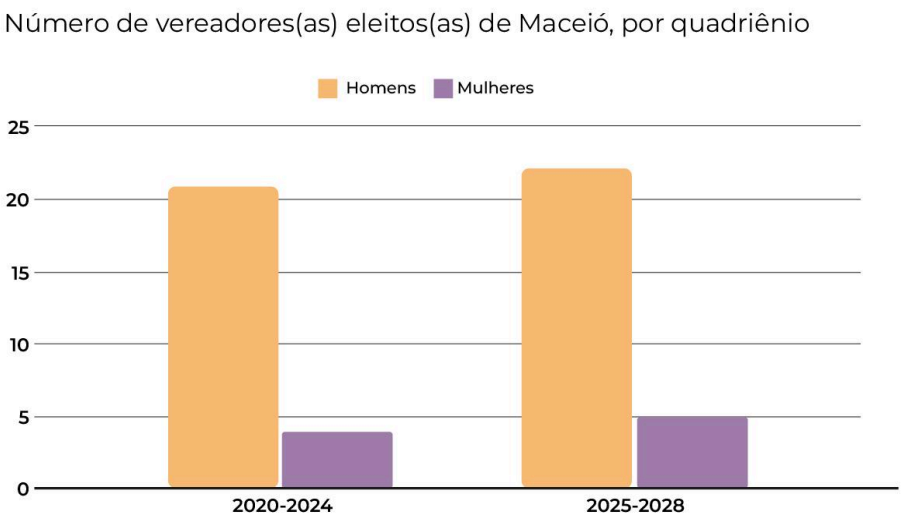


Gráfico 12: Número de vereadores(as) eleitos(as) de Maceió, por quadriênio
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados da Prefeitura de Maceió (2025).

Diante desse cenário, as mulheres reivindicam maior participação nos processos decisórios relacionados à cidade, criticando a sub-representação feminina nos órgãos de planejamento urbano municipal[21] (Magalhães et. al., 2020). Essa ausência contribui para a invisibilização de suas experiências e necessidades no desenho urbano (Paula et. al, 2019; Araújo et. al., 2023). Defende-se, portanto, a incorporação de uma abordagem interseccional de gênero no planejamento territorial, capaz de reconhecer e valorizar as especificidades das trajetórias femininas, sobretudo aquelas marcadas por vulnerabilidades acumuladas.

Assim, a carência de ações e políticas públicas voltadas à equidade de gênero em Maceió reflete-se diretamente nas condições de vida das mulheres na capital alagoana. Conforme levantamento realizado pela organização Tewá 225 (2024), Maceió figura como a quinta pior capital brasileira para ser mulher. O estudo em questão avaliou diversos indicadores relacionados à desigualdade de gênero, incluindo taxas de feminicídio, representação feminina na Câmara Municipal, empregabilidade, acesso à educação e a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres. Os resultados evidenciam que ainda há um percurso significativo a ser trilhado para garantir condições dignas que possibilitem às mulheres uma vida segura, equitativa e plena.

[21] Nesse contexto, é importante ressaltar a recente revisão do Plano Diretor de Maceió, realizada em 2024 coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Iplan), que tem significativa presença feminina em sua equipe técnica, como a representação de um marco no fortalecimento do planejamento urbano participativo no município. O processo teve como foco central a discussão sobre mudanças climáticas, direito à cidade e reestruturação da paisagem urbana em oficinas participativas para encontrar os potenciais, problemas e soluções. Ademais, o Caderno de Leitura Comunitária (Maceió, 2024) aponta essa revisão como uma oportunidade para incorporar a abordagem interseccional de modo a garantir de forma mais efetiva o direito à cidade.

Destaca-se, ainda, a dificuldade em obter dados abrangentes e precisos não apenas no que se refere à questão de gênero, mas também em relação à raça e à população LGBTQIA+. Uma das principais limitações decorre da ausência de levantamentos sistemáticos por parte de órgãos oficiais, como IBGE. Em suma, a escassez de informações confiáveis sobre a população feminina, negra e LGBTQIA+ constitui um obstáculo significativo para a formulação de políticas públicas.

4.2. Aplicação das ferramentas participativas

> (...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1947).

A oficina “Maceió das Mulheres” fundamenta-se na metodologia participativa, exemplificada no capítulo anterior, desenvolvida pelo Col.lectiu Punt 6. Como já visto, essa metodologia foi concebida com o propósito de ser replicável e adaptável às especificidades de diferentes territórios, partindo do pressuposto de que as principais especialistas no território são as próprias usuárias dos espaços analisados.

4.2.1. Metodologia

Fundamentada nas diretrizes metodológicas apresentadas nos guias elaborados pelo Col.lectiu Punt 6, a oficina foi desenvolvida como parte deste trabalho, tendo como principal objetivo testar a adaptação e a utilização dessas metodologias no contexto local.

Para a adaptação foram usadas referências de metodologias semelhantes aplicadas à realidade brasileira, são elas:

1. A “Oficina Mulher”, uma iniciativa promovida pela ONU-Habitat Brasil em diversas cidades do país, fundamentada na metodologia denominada “Auditorias de Segurança das Mulheres” (*Women’s Safety Audits*). Originalmente desenvolvida no Canadá em 1989, essa abordagem foi posteriormente adaptada pelo ONU-Habitat no âmbito do Programa Global Cidades Mais Seguras. Com um enfoque baseado na perspectiva de gênero,tem como objetivo analisar os fatores ambientais e urbanos que contribuem para a sensação de insegurança vivenciada pelas mulheres, além de evidenciar e mitigar a marginalização das percepções femininas no planejamento e na gestão dos espaços urbanos (ONU Habitat, 2023).

2. O projeto "Tecnologias para outras forma de construir: experiências por mulheres de movimentos populares" (Helene; Nunes, 2021), composta por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional de pesquisadoras[22]. A proposta consistia na implementação de metodologias de design participativo, por meio de cartografias afetivas individuais e coletivas, com o intuito de questionar e transformar as barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho.

A escolha, adaptação e costura dessas ferramentas pautaram-se no objetivo de promover uma oficina de fácil compreensão, de caráter simples, que pudesse ser realizada em apenas um turno e que priorizasse a participação coletiva.

Para a **perfilação,** utiliza-se um questionário estruturado (ver Apêndice A, p. 105) com perguntas que permitiram traçar um panorama das condições de vida, do acesso a serviços e da composição familiar das participantes. Embora essa etapa esteja intrinsecamente incorporada no processo participativo proposto pelo Col.lectiu Punt 6, foi elaborado um questionário mais detalhado, baseado na perfilação adotada pela iniciativa Oficina Mulher, da ONU-Habitat, a fim de aprofundar a compreensão sobre o contexto das participantes e qualificar os dados coletados. Para estapa, foi escolhido o preenchimento do questionário de forma *online*, por meio do Google Formulários, funcionando também como forma de inscrição na oficina.

O **mapa mental individual** consiste na elaboração individual de mapas que representam a percepção espacial da cidade, bem como a interação entre os espaços públicos e privados no cotidiano das mulheres. Foi realizada a adaptação e junção da ficha cotidiana com o mapa perceptivo do Col.lectiu Punt 6, além da utilização de parte da metodologia da Oficina de Cartografia (Helene; Nunes, 2021), fortalecendo a expressão de suas vivências espaciais de maneira mais direta e intuitiva. A atividade tem como principal objetivo identificar os deslocamentos necessários para a realização das tarefas diárias, considerando a relação das participantes com o território urbano e as barreiras ou facilidades encontradas nesses percursos. Para orientar a construção dos mapas, são utilizadas perguntas norteadoras, tais como: "Onde eu moro?", "Qual o nome do local onde resido?", "Quais são os meus trajetos cotidianos?".

[22] Porto de Pedras, AL: Gedilza Holanda da Silva Mendonça (Preta) e Jovina Ferreira Lopes. Quilombo Santa Rosa dos Pretos, MA: Josiclea (Zica) Pires da Silva e Josiane Pires da Silva. Serra da Misericórdia, RJ: Sandra Regina da Silva, Vanessa Geraldino Gomes e Ana Paula Santos. FAU/Ufal: Diana Helene, Eva Rolim Miranda, Flávia Araújo, Bruna Oliveira e Mayara Silva. Batuque (Empresa Júnior de Design da FAU/Ufal): Alanna Barros, Beatriz Ramos, Fernanda Rodrigues, Luiza Amorim, Victor Lobo. CTEC/Ufal: Jéssica Lima. NIDES/UFRJ: Aman Azevedo. UFABC: Bruna Vasconcellos. FAU/USP: Kaya Lazarini.

Para a **identificação dos elementos favoráveis e desfavoráveis**, são empregadas perguntas norteadoras que estimularam a reflexão sobre a relação das participantes com o espaço urbano. Essa etapa, no método original do Col.lectiu Punto 6 é geralmente realizada na fase de análise da ficha cotidiana, sendo desenvolvida inicialmente de forma individual, posteriormente em pequenos grupos e, por fim, levada a um debate coletivo. No entanto, para facilitar o processo optou-se por realizar a listagem dos elementos favoráveis e desfavoráveis em duplas, seguida pela apresentação e discussão coletiva dos resultados.

Por fim, **a cidade para mulheres** foi desenvolvida para estimular o diálogo coletivo sobre a construção de um ambiente urbano mais seguro e com qualidade de vida para as mulheres, além de fomentar a proposição de ações que contribuam para a melhoria da vida cotidiana no bairro e na cidade. Essa etapa configura-se como uma transformação do exercício de mapa perceptivo aliado à discussão de propostas propostos pelo Col.lectiu Punt 6, evoluindo para a construção de um "mapa de desejos", demonstrado na Oficina Mulher (ONU Habitat, 2023). A metodologia adotada manteve o estímulo ao debate coletivo, mas optou-se por preservar a linguagem gráfica do desenho como ferramenta principal, valorizando a expressão visual das propostas das participantes. A metodologia consiste na aplicação de perguntas norteadoras, que incentivaram as participantes a projetar um modelo ideal de cidade ou bairro, considerando elementos estruturais e funcionais essenciais para a promoção de um ambiente mais acessível e seguro.

Em síntese, a concepção da oficina tem como objetivo possibilitar que as participantes representem seu cotidiano, reflitam sobre os elementos que facilitam ou dificultam suas experiências diárias e, por fim, projetem a cidade que desejam. Definiu-se que a oficina teria uma duração total de duas horas, organizada em seis etapas, incluindo uma fase preparatória anterior à sua realização (ver este planejamento no Apêndice B, p. 107).

Inicialmente, entrou-se em contato com o coletivo “Marcha Mundial das Mulheres – Núcleo UFAL” a fim de realizar a oficina voltada para as integrantes do coletivo, o objetivo era que o tipo de participante fossem mulheres com participação no movimento feminista na cidade de Maceió. Dessa forma, foi realizada uma reunião online com duas integrantes do coletivo a fim de apresentar a intenção da oficina e a metodologia prévia. Ao longo das interações, decidiu-se que a oficina seria integrada a programação de um evento organizado pelo coletivo, no entanto, devido ao cancelamento do evento, optou-se por manter a realização da oficina na mesma data, garantindo sua continuidade. Além disso, decidiu-se ampliar o acesso ao público, com divulgação por meio de plataformas *online*.



Figura 10: Banner de divulgação da Oficina Maceió das Mulheres.
Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa de **perfilação**, foram realizadas 10 inscrições. A Figura 11 apresenta o resumo do perfil sociodemográfico contemplado, destacando aspectos como moradia, identidade, composição familiar, acesso a serviços e condições de trabalho.

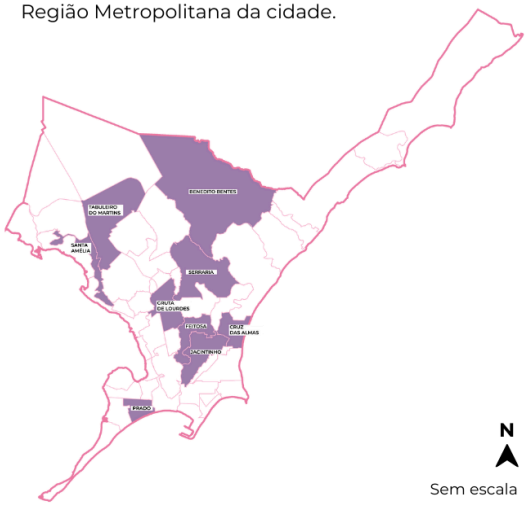
OFICINA MACEIÓ DAS MULHERES

Este resumo apresenta os dados coletados na etapa de perfilamento da Oficina Maceió das Mulheres.
O questionário foi disponibilizado online no momento da inscrição, totalizando dez participantes inscritas.

BAIRRO DE RESIDÊNCIA

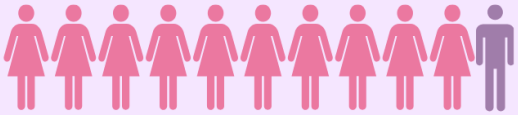
Quanto ao local de moradia, localizam-se majoritariamente em bairros diversos de Maceió, como Gruta de Lourdes, Prado, Jacintinho, Benedito Bentes, entre outros.

Além disso, uma das inscrições está localizada na Região Metropolitana da cidade.

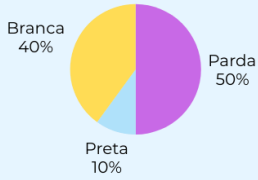


IDENTIDADE DE GÊNERO*

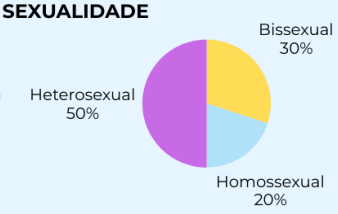
No que diz respeito à identidade de gênero, 90% se identificaram como mulheres cisgênero e 10% como homem cisgênero.



RAÇA



SEXUALIDADE



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

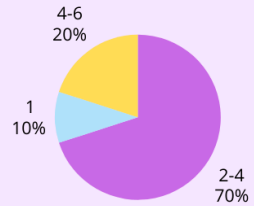
A maioria das inscritas indicaram que participam de algum projeto, coletivo ou organização



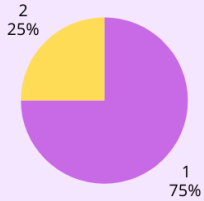
COMPOSIÇÃO FAMILIAR E CONDIÇÕES DA MORADIA

A maioria das participantes (70%) vive em domicílios com duas a quatro pessoas; 10% moram sozinhas, e 20% residem com quatro a seis pessoas. Em relação ao número de banheiros por residência, 60% informaram ter apenas um banheiro, enquanto 40% possuem dois.

PESSOAS QUE MORAM NA CASA



QUANTIDADE DE BANHEIROS



MATERNIDADE

Quanto à maternidade, 20% das participantes declararam ser mães. Ambas afirmaram ter com quem deixar os filhos quando saem para trabalhar



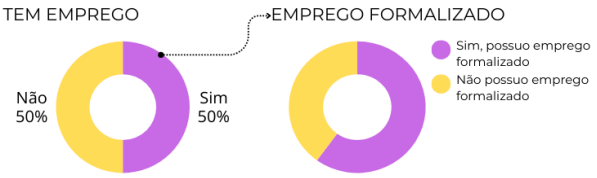
ACESSO A SERVIÇOS E ESTRUTURA FAMILIAR

60% afirmaram ter acesso a unidade de saúde da família, enquanto 40% não. Apenas 10% das inscrições se consideram "chefes de família". Nenhuma das entrevistadas declarou residir com crianças de 0 a 14 anos.

*A identidade de gênero se refere à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero. Pessoas cisgênero se identificam com o sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. Pessoas transgênero possuem uma identidade de gênero que é diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. (Fonte: "Nota informativa: Pessoas Transgênero" da Campanha Livres e Iguais da ONU).

TRABALHO

Metade das inscrições declarou estar empregada. Dentre essas, três relataram possuir emprego formalizado.



70% das participantes relataram que apenas uma pessoa trabalha em seu domicílio, enquanto 30% indicaram de duas a quatro pessoas. No que se refere ao recebimento de auxílio governamental para complementação de renda, 20% das participantes afirmaram receber esse tipo de benefício.

Figura 11: Resumo das inscrições da Oficina Maceió das Mulheres.
Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos dados apresentados, é possível concluir que o perfil sociodemográfico das participantes da Oficina Maceió das Mulheres revela um grupo diverso, porém marcado por características estruturais comuns que indicam condições de vulnerabilidade social. A predominância de mulheres não brancas, a informalidade nas relações de trabalho, as limitações no acesso a serviços públicos e as condições limitadas na moradia apontam para desigualdades persistentes que afetam a vida das mulheres no contexto urbano de Maceió. Ao mesmo tempo, observa-se um significativo engajamento comunitário entre as participantes, o que pode representar uma potencial rede de fortalecimento e apoio mútuo. A oficina, portanto, configura-se como uma iniciativa relevante não apenas no sentido formativo, mas também como estratégia de promoção do empoderamento feminino e da construção de vínculos solidários entre mulheres que compartilham desafios semelhantes.

4.2.2. Realização

A atividade foi realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió, no dia 28 de março, no período das 15h às 17h. Apesar de dez inscrições realizadas, apenas quatro mulheres compareceram.

No início da oficina, foi solicitado que todas as participantes assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em seguida pediu-se que elas se reunissem em torno de uma única mesa, com o objetivo de promover maior aproximação e facilitar o diálogo entre elas. A princípio, observou-se certa timidez por parte das participantes; no entanto, ao longo do desenvolvimento da oficina e das trocas estabelecidas, construiu-se um ambiente confortável, produtivo e de apoio mútuo. As participantes compartilharam relatos de situações de desconforto e insegurança vivenciadas ou presenciadas no espaço urbano, encontrando pontos de identificação entre suas experiências. Além disso, foram trocadas estratégias cotidianas utilizadas para aumentar a sensação de segurança.

Na atividade de construção dos **mapas mentais individuais**, o ponto de partida foi a representação das residências das participantes. A partir desse marco, elas ilustraram os locais que frequentam no cotidiano, tais como a faculdade, hospitais, supermercados, praias, entre outros, além dos trajetos realizados entre esses pontos.

A mediação da atividade ocorreu de maneira tranquila. No primeiro momento, além das perguntas norteadoras, foi necessário o uso de exemplos para auxiliar as participantes a compreenderem como representar seus deslocamentos nos mapas. Assim, o ponto de partida foi a

representação das suas residências e a partir desse marco elas ilustraram os locais que frequentam no cotidiano, tais como a faculdade, hospitais, supermercados, praias, entre outros, além dos trajetos realizados entre esses pontos (Fotografias 1, 2, e 3). Durante o momento de compartilhamento coletivo dos mapas, o diálogo entre as participantes se intensificou espontaneamente, o que resultou na transição natural para a segunda etapa da oficina. Diante disso, optou-se por não interromper o fluxo da conversa: em vez de solicitar a identificação dos **elementos favoráveis e desfavoráveis** em duplas, como inicialmente previsto, procedeu-se com a escuta ativa e o registro dos apontamentos feitos pelas participantes em um quadro (Fotografias 4 e 5).

Para a elaboração do mapa da etapa **a cidade para mulheres**, também foi necessário o uso de perguntas disparadoras para estimular a reflexão. As participantes manifestaram dúvidas sobre a forma de expressão — se deveriam apenas desenhar ou também poderiam escrever — e foi-lhes assegurada liberdade para escolher o modo de representação que melhor expressasse seus desejos para a cidade (Fotografias 6, 7 e 8).



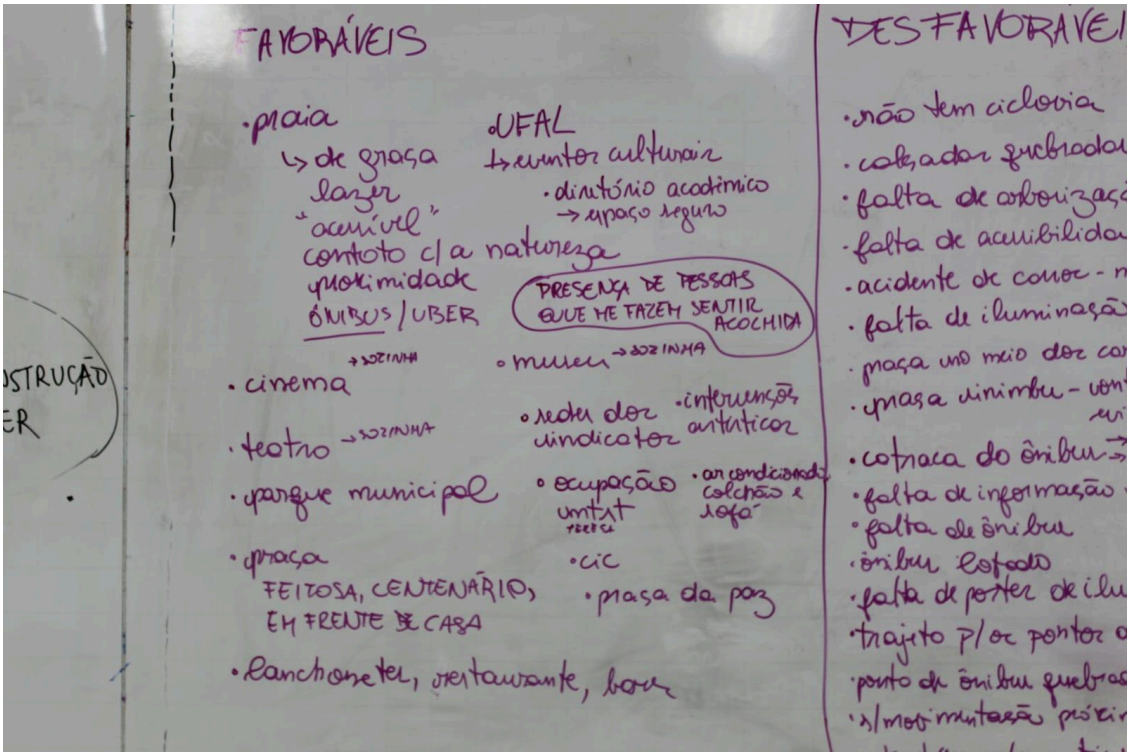
Fotografia 1: Momento do desenho do Mapa Mental.
Fonte: Autoral (2025).



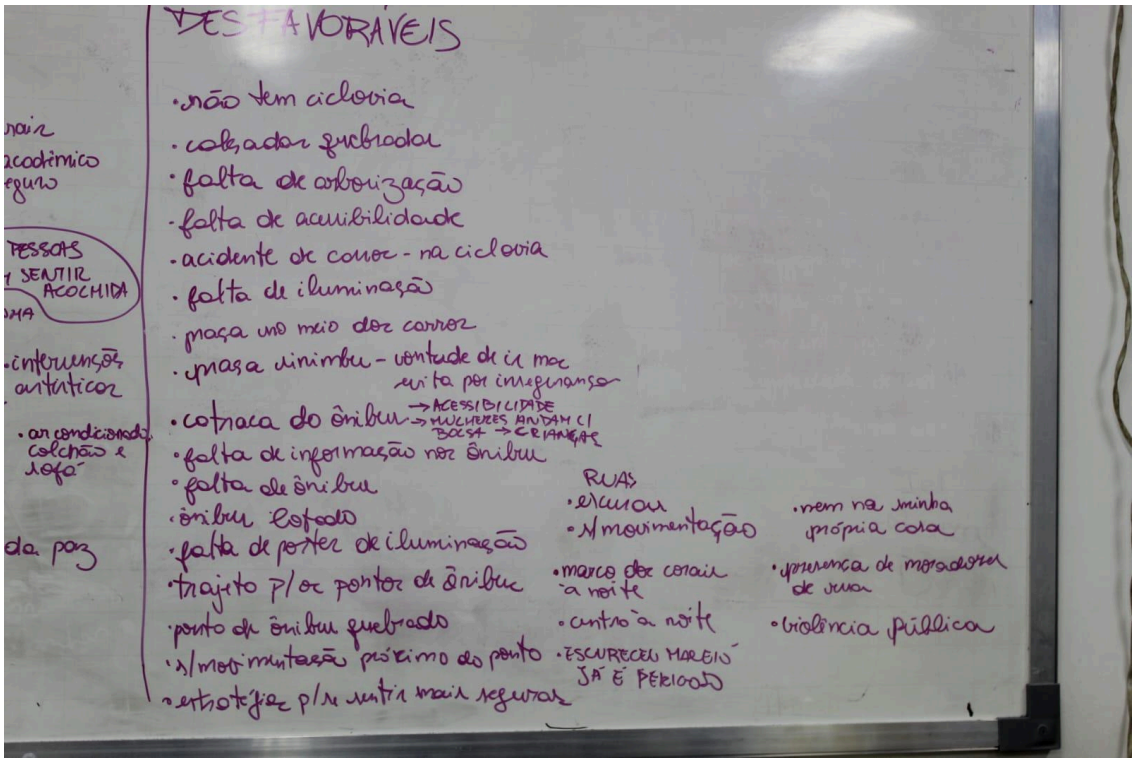
Fotografia 2: Momento do desenho do Mapa Mental.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 3: Momento do desenho do Mapa Mental.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 4: Quadro de elementos favoráveis ao cotidiano das participantes.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 5: Quadro de elementos desfavoráveis ao cotidiano das participantes.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 6: Elaboração coletiva da “Maceió para mulheres”.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 7: Elaboração coletiva da “Maceió para mulheres”.
Fonte: Autoral (2025).



Fotografia 8: Elaboração coletiva da “Maceió para mulheres”.
Fonte: Autoral (2025).

4.3. Análise e sistematização dos dados da oficina

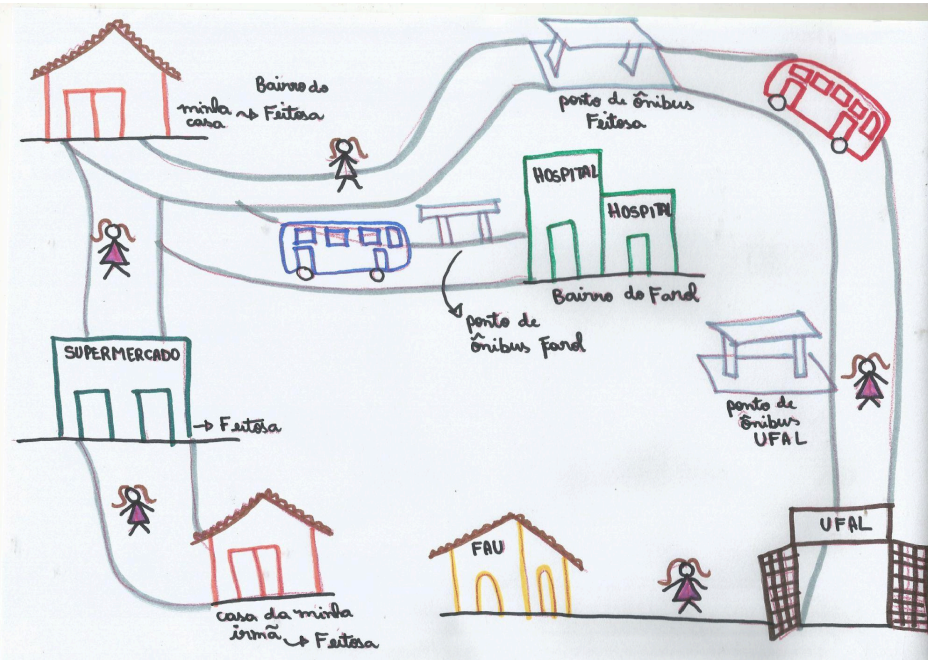
Apenas após a realização da oficina, foi possível perceber que os materiais metodológicos do Col.lectiu Punt 6, embora detalhem cuidadosamente a aplicação das ferramentas participativas, não apresentam orientações específicas sobre os procedimentos de análise das informações obtidas. Essa ausência de diretrizes analíticas demandou a elaboração de uma metodologia própria, construída a partir de um esforço interpretativo e metodológico adicional. Essa constatação reforça a importância da etapa empírica como um elemento central não apenas para o aprofundamento da reflexão teórica, mas também como espaço de experimentação, permitindo uma avaliação mais detalhada das referências metodológicas sistematizadas da cooperativa espanhola.

Para tanto, a análise foi conduzida com uma abordagem qualitativa, voltada à identificação de padrões, percepções e narrativas emergentes das atividades, dessa maneira, os dados foram organizados em eixos temáticos e tabulações. Além disso, de modo a criar um diálogo ampliado e agregar mais informações, sobretudo pela baixa adesão de participantes na oficina, foi realizada uma revisão sistemática de pesquisas com a temática de gênero em Maceió com o objetivo de complexificar a compreensão das demandas das mulheres na cidade (ver Apêndice C, p. 109).

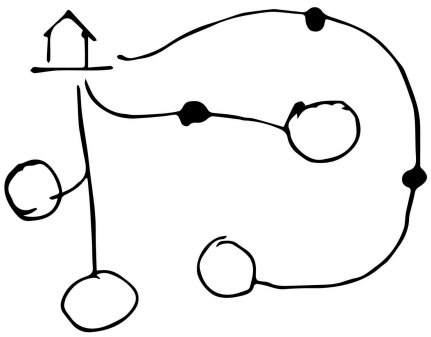
4.3.1. Análise do Mapa mental individual

A interpretação dos desenhos produzidos teve como metodologia analisar a forma que as participantes representaram os espaços urbanos, considerando aspectos como distâncias, hierarquias, presenças humanas e materiais, além de elementos arquitetônicos. Para cada mapa foi realizado um diagrama esquemático para facilitar a análise e evidenciar a maneira como certos aspectos são simbolicamente ampliados ou minimizados, e como refletem as experiências espaciais subjetivas. Assim, os mapas individuais foram analisados a partir dos percursos e conexões traçados, interpretando os significados atribuídos aos espaços (ver o detalhamento da metodologia de análise no Apêndice D, p. 113).

- Mapa 1



Fotografia 9: Mapa 1.
Fonte: Autoral (2025).

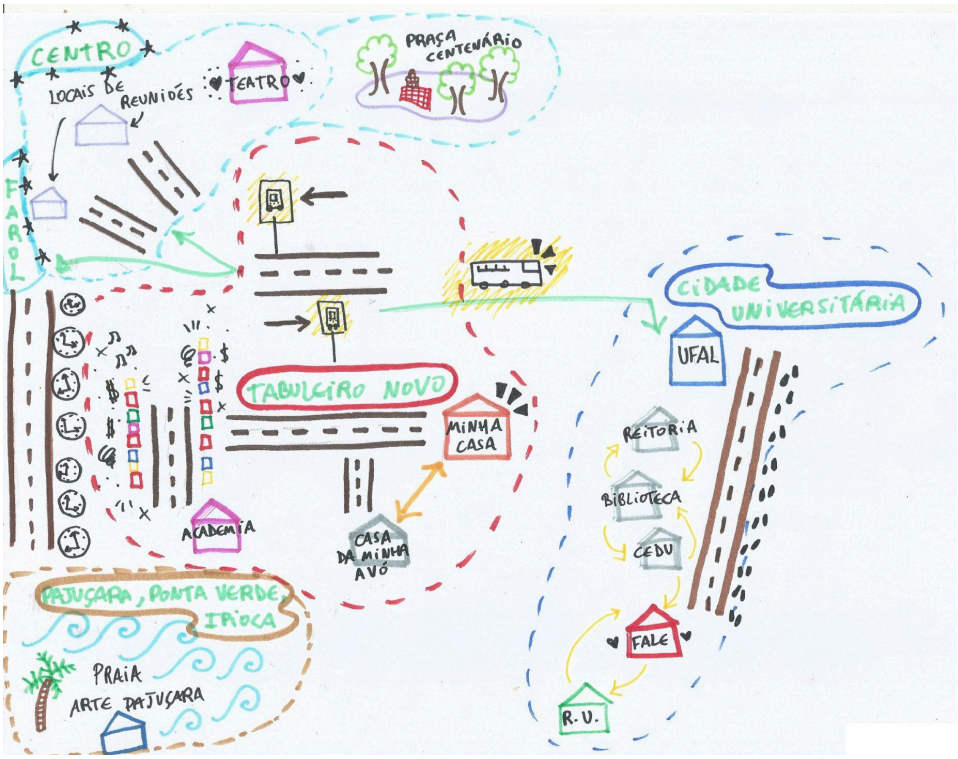


A participante, mulher branca, cisgênero, heterossexual, de 28 anos, apresenta uma rede urbana centrada em espaços de uso cotidiano e funcional, como casa, hospital, supermercado e faculdade. Os trajetos desenhados evidenciam a importância da mobilidade em seu dia a dia, com destaque para deslocamentos a pé e por

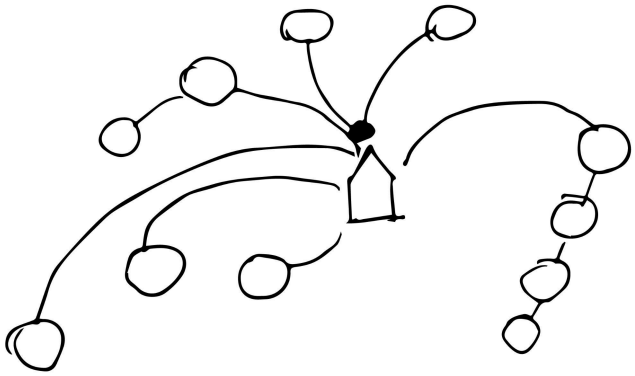
transporte público. Os elementos mais amplificados — casa, hospital e supermercado — possuem o mesmo tamanho, sugerindo uma equivalência simbólica entre o espaço doméstico, o cuidado com a saúde e o abastecimento alimentar. Essa configuração indica que tais locais são centrais em sua experiência urbana.

A faculdade é representada como uma casa, o que pode sinalizar familiaridade ou intimidade com esse espaço, ou ainda uma naturalização de sua presença no cotidiano. Os pontos de ônibus são representados apenas como coberturas, o que revela uma percepção funcional, desprovida de conforto ou identidade — possivelmente refletindo a precariedade desses espaços. A figura da participante andando sozinha indica uma vivência urbana individualizada. Os trajetos revelam uma rede de conexões essencialmente prática, que a liga a serviços essenciais e vínculos familiares, como a casa da irmã. Sua condição de mulher cisgênero pode influenciar essa forma de experienciar a cidade — de maneira solitária, com trajetos planejados e foco em segurança e funcionalidade. A representação predominantemente funcional e a ausência de referências simbólicas ou afetivas mais elaboradas sugerem uma vivência urbana moldada por papéis sociais de gênero e responsabilidades cotidianas, como o cuidado, o abastecimento e a saúde.

- Mapa 2



Fotografia 10: Mapa 2.
Fonte: Autoral (2025).

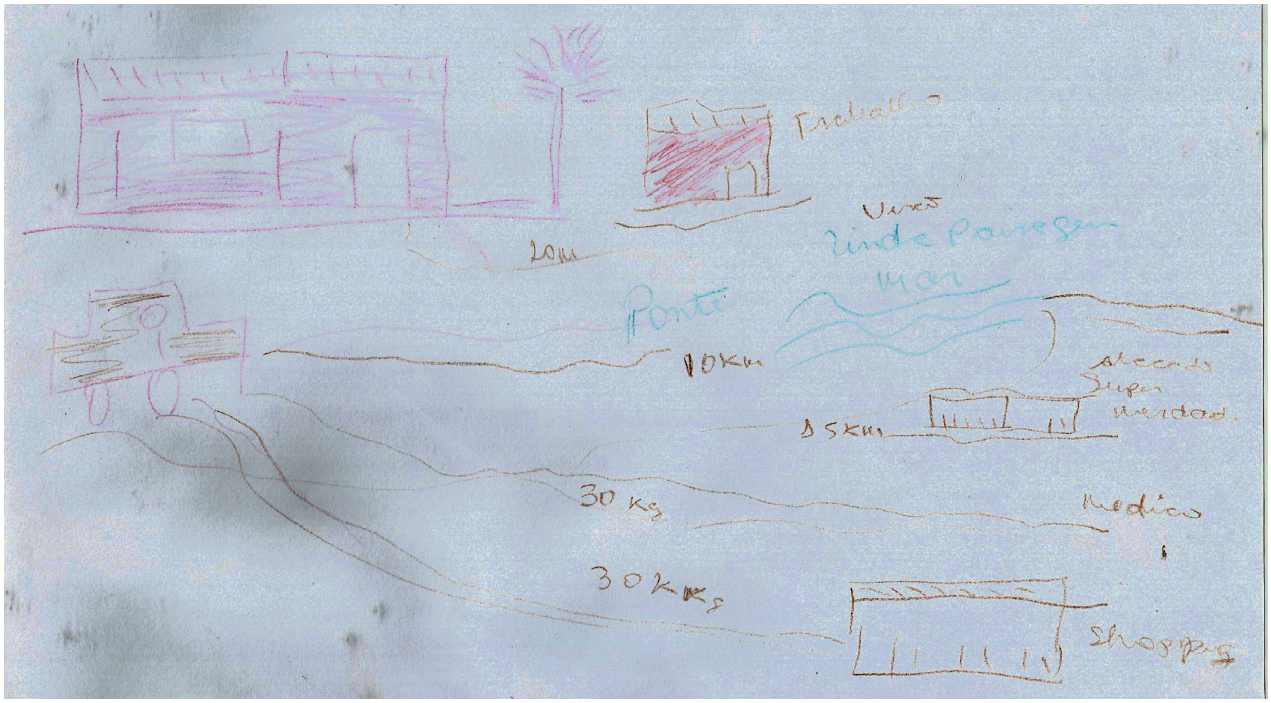


A participante, mulher branca, cisgênero, heterossexual, de 23 anos, representa uma vivência urbana mais diversificada e afetiva em comparação ao desenho anterior, incluindo elementos ligados à cultura, lazer e vínculos familiares. Há uma valorização explícita de espaços que transcendem a funcionalidade, evidenciada tanto nos trajetos quanto na simbolização gráfica — como o uso de corações, o destaque para bairros e referências temporais, como relógios.

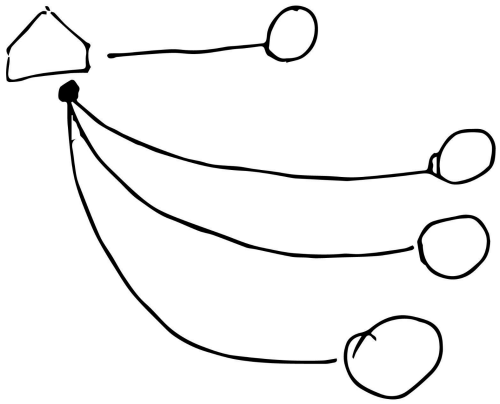
Casa, UFAL e teatro são os maiores elementos, sugerindo que o espaço doméstico, o universo acadêmico e a vida cultural têm igual relevância na sua construção afetiva da cidade. A faculdade de Letras e o teatro, adornados com corações, representam vínculos afetivos explícitos, indicando que são fontes de pertencimento, prazer ou identidade. A descrição dos trajetos revela uma relação atenta com o espaço urbano: a academia está situada em uma “rua com muitas informações”, expressão que pode indicar desconforto ou insegurança; o trajeto até a praia, longo e demorado, é marcado por desenhos de relógios, sugerindo o tempo como barreira de acesso.

Os deslocamentos misturam ônibus e caminhada, revelando certa autonomia de circulação, mas também os limites impostos pela infraestrutura urbana. Os pontos de ônibus aparecem apenas como placas, indicando uma visão funcional e mínima, possivelmente associada ao descaso ou à precariedade desses espaços. O uso de símbolos afetivos e a presença de espaços de lazer como praia e praça constroem uma cartografia emocional rica, marcada por vínculos com cultura, conhecimento e sociabilidade. A organização espacial do desenho revela uma vivência descentralizada, abrangendo diversas zonas da cidade. Como mulher cisgênero, a menção a ruas caóticas e deslocamentos extensos pode indicar desafios relacionados à segurança e à acessibilidade, mesmo que não tematizados explicitamente como riscos.

- Mapa 3



Fotografia 11: Mapa 3.
Fonte: Autoral (2025).

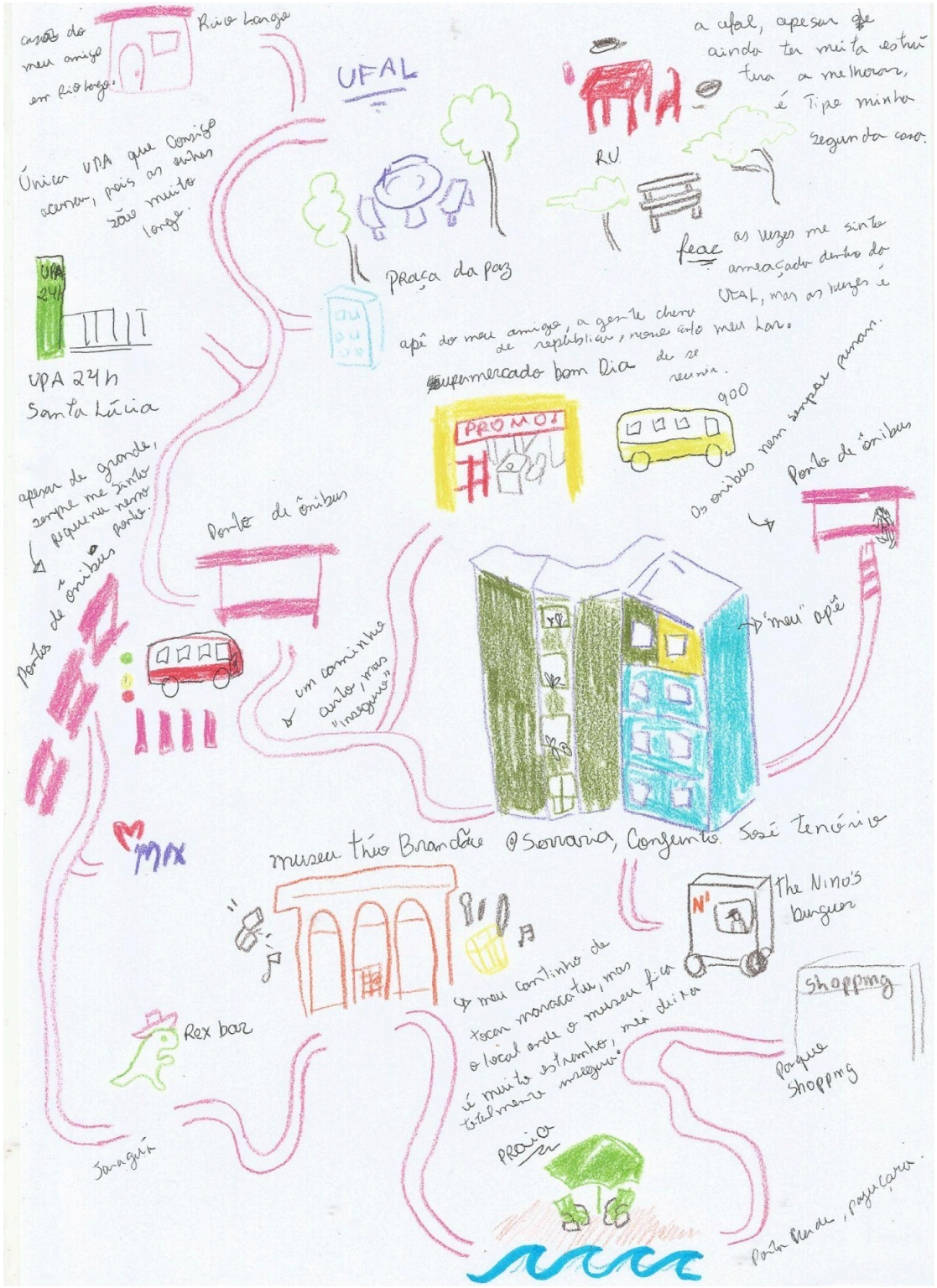


A participante, mulher parda, cisgênero, heterossexual, de 43 anos, apresenta uma vivência urbana fortemente estruturada pela mobilidade motorizada, sendo a única a representar todos os trajetos realizados de carro e a marcar distâncias em quilômetros.

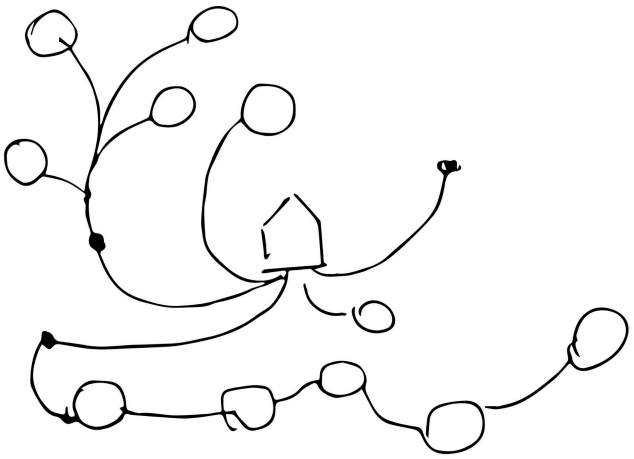
A casa é o maior elemento do desenho, reafirmando sua centralidade, possivelmente relacionada ao cuidado, à estabilidade ou ao tempo de permanência. O carro, segundo maior elemento, transcende a função de transporte, assumindo um valor simbólico de autonomia, independência e, talvez, proteção. Esse aspecto diferencia sua experiência das demais participantes, que dependem do transporte público ou de caminhadas. O shopping, embora distante (30 km), é desenhado com tamanho semelhante ao do trabalho, sugerindo relevância emocional ou simbólica — talvez como espaço de lazer, consumo ou socialização. Já o médico, também a 30 km, não recebe destaque gráfico, o que indica sua menor carga simbólica, apesar da necessidade funcional.

A linearidade dos trajetos e a precisão das distâncias demonstram uma visão objetiva e controlada da mobilidade, apontando para uma relação prática com a cidade, mediada pela eficiência dos deslocamentos. A presença do mar, ainda que não componha trajetos, pode indicar um valor simbólico ou estético, como memória ou desejo, ou mesmo do imaginário de uma paisagem importante da cidade. A ausência de espaços culturais, praças ou vínculos afetivos explícitos sugere uma vivência urbana mais restrita e instrumental. Ainda assim, o destaque dado ao shopping pode sinalizar que esse espaço cumpre um papel de lazer ou escape simbólico. Como mulher parda e mais velha, a escolha pelo carro pode ser uma estratégia de autoproteção e controle, possivelmente em resposta a experiências anteriores de vulnerabilidade no transporte público — conforme relatado pela participante ao apresentar seu mapa. Sua trajetória expressa uma maior autonomia de deslocamento, mas uma vivência menos afetiva da cidade, possivelmente marcada por condições de classe e idade.

- Mapa 4



Fotografia 12: Mapa 4.
Fonte: Autoral (2025).



A participante, mulher parda, cisgênero, bissexual, de 19 anos, apresenta um mapa que revela uma cartografia afetiva e crítica da cidade. A participante inclui elementos de sua rotina cotidiana (casa, mercadinho, pontos de ônibus), da vida universitária (UFAL) e de cultura, lazer e identidade (museu com maracatu, balada). Há uma atenção especial aos sentimentos de segurança e ameaça, que se entrelaçam com os trajetos, a infraestrutura urbana e os espaços de socialização.

A casa, representada como um prédio/apartamento, é o maior elemento, sugerindo centralidade e sensação de proteção. A UFAL aparece em segundo lugar, assumindo uma posição ambivalente: é descrita como “segunda casa”, mas também como um espaço de ameaça. O museu, terceiro maior elemento, tem forte valor simbólico — é o “cantinho de tocar maracatu” — e representa um espaço de expressão cultural e pertencimento identitário, embora esteja localizado em uma área percebida como insegura. Isso revela o conflito entre pertencimento simbólico e segregação territorial. Os pontos de ônibus, apesar de pequenos graficamente, carregam intensa carga simbólica, sendo descritos como lugares de vulnerabilidade (“apesar de grande, me sinto pequena”) no uso do transporte público.

Os deslocamentos a pé são curtos e restritos ao entorno imediato (foodtruck, mercadinho, pontos de ônibus), indicando mobilidade limitada por questões de segurança e acesso. Já os trajetos longos, dependentes de ônibus — somados à queixa de que “os ônibus nem sempre passam” — reforçam a precariedade da estrutura urbana. A cidade é representada como um espaço fragmentado, no qual lugares de afeto (UFAL, museu, casa de amigos) coexistem com barreiras físicas e simbólicas (insegurança, distância, infraestrutura deficiente). A inclusão de elementos urbanos como semáforos, faixas de pedestre e bancos revela uma percepção atenta às microdinâmicas da paisagem cotidiana.

A UPA é o único serviço de saúde representado como acessível, indicando um acesso limitado e desigual ao direito à saúde. Este é o desenho com maior densidade emocional explícita, com relatos diretos sobre os sentimentos que cada espaço desperta. A cidade aparece como um

território de resistência, construção de identidade e constante ameaça, refletindo sua condição interseccional (gênero, raça, sexualidade, idade).

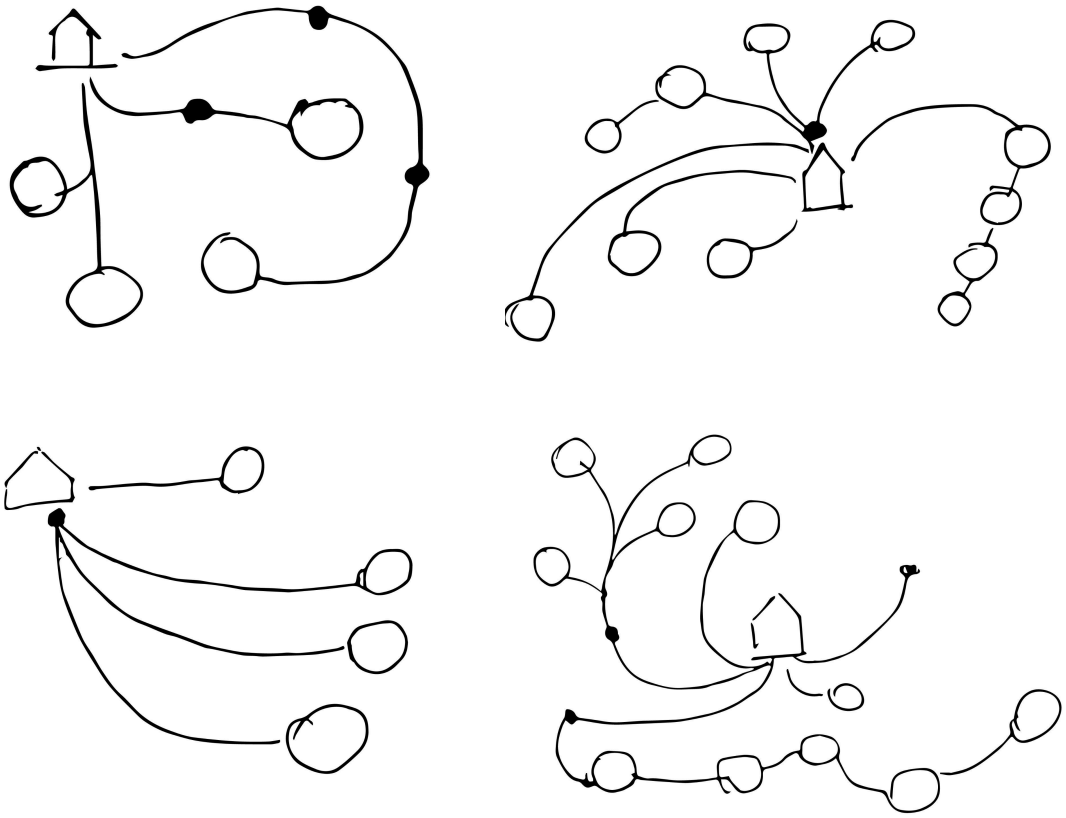


Figura 12: Diagramas de análise dos quatro mapas.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise conjunta dos quatro mapas revela tanto convergências quanto contrastes marcantes na forma como as participantes experienciam e representam o espaço urbano. Para efeitos comparativos, foram elaborados cinco eixos analíticos com base em uma abordagem qualitativa e interpretativa, alinhada aos objetivos da oficina e à metodologia proposta para a análise dos mapas individuais. Esses eixos emergem da articulação entre as dimensões espaciais representadas nos desenhos e os marcadores sociais das participantes, são eles: **dimensão afetiva, mobilidade urbana, percepção urbana, simbolismo espacial e marcadores sociais**. A formação desses eixos não foi arbitrária, mas guiada pela escuta atenta dos desenhos e das narrativas produzidas pelas participantes. Cada eixo se articula com os outros e contribui para uma leitura **interseccional, territorializada e afetiva da cidade**, a partir do olhar dessas mulheres com diferentes experiências e trajetórias.

O quadro 6 apresenta a análise comparativa dos quatro mapas:

Eixo Analítico	Mapa 1 Mulher, 28, branca, cis, hétero	Mapa 2 Mulher, 23, branca, cis, hétero	Mapa 3 Mulher, 43, parda, cis, hétero	Mapa 4 Mulher, 19, parda, cis, bissexual
1. Dimensão Afetiva	Neutra. Espaços representados de forma funcional, sem símbolos afetivos.	Presença de corações em locais afetivos (faculdade, teatro). Praça e praia representadas com afeto.	Pragmática. Sem símbolos afetivos. Espaços são funcionais.	Fortemente afetiva. Relatos diretos de carinho, insegurança, ambivalência. Museu, UFAL e casa carregam sentimentos complexos.
2. Mobilidade Urbana	Transporte público (ônibus + caminhada). Trajetos práticos.	Ônibus + caminhada. Muitos deslocamentos, inclusive para lazer e cultura.	Todos os trajetos de carro. Marca distâncias em km. Mobilidade autônoma.	Trajetos mistos. Caminhadas curtas, maioria dos percursos longos de ônibus. Ressalta falhas no sistema (ônibus que não passam).
3. Percepção Urbana	Representações proporcionais. Pontos de ônibus simplificados. Cidade percebida como funcional.	Bairros destacados. Espaços culturais têm importância. Sensibilidade para detalhes (tempo, trânsito).	Cidade medida em km, organizada. Ausência de bairros nomeados. Prática e centrada em necessidades.	Cidade percebida como fragmentada e desigual. Relação com o urbano é afetiva, crítica e ambivalente.
4. Simbolismo Espacial	Hospital, casa e supermercado com mesmo tamanho. Faculdade como casa. Pouca hierarquia simbólica.	UFAL, casa e teatro são os maiores. Teatro e mar ganham destaque simbólico.	Casa e carro são os maiores. Carro como símbolo de autonomia e proteção. Shopping tem destaque incomum.	Casa, UFAL e museu são os maiores. Museu como espaço de identidade. UFAL como espaço ambíguo (lar e ameaça). Pontos de ônibus e segurança muito simbolizados.
5. Marcadores Sociais	Mulher branca, classe média. Cidade é navegável, sem tensões. Pouca expressão de subjetividade.	Mulher branca, jovem, com acesso cultural. Maior diversidade de experiências urbanas.	Mulher parda, mais velha. Mobilidade própria via carro. Representação da cidade é prática, mas sem vínculos afetivos.	Mulher parda, jovem, bissexual. Cidade hostil, com experiências interseccionais visíveis. Espaços de pertencimento coexistem com insegurança.

Quadro 6: Análise comparativa dos quatro mapas.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Um primeiro ponto comum entre os desenhos é a centralidade da **casa** como ponto de partida ou referência principal, sendo o maior ou um dos maiores elementos representados por todas as participantes. Isso sugere a persistência do espaço doméstico como núcleo da vida cotidiana, especialmente para mulheres, indicando tanto segurança quanto, em alguns casos, um certo confinamento territorial.

A **mobilidade urbana** também se apresenta como eixo estruturante das experiências, mas com diferenças significativas. As participantes brancas (Desenhos 1 e 2) transitam majoritariamente a pé ou de ônibus, enquanto a única mulher que representa seus trajetos de forma autônoma, por carro, é uma mulher parda (Desenho 3), mais velha. Essa autonomia pode ser vista como um privilégio de classe conquistado, mas também como uma estratégia de proteção diante das possíveis vulnerabilidades vividas na cidade por conta de seu marcador racial e de gênero. Já a participante do Desenho 4, também parda, jovem e bissexual, depende do transporte público e expressa com mais ênfase as precariedades do sistema — ônibus que não passam, trajetos longos e situações de insegurança. Essa diferença revela que, embora o acesso ao automóvel não seja diretamente racializado, sua ausência ou presença se articula com desigualdades estruturais e interseccionais que afetam a forma como se vive e sente a cidade.

No que diz respeito à **dimensão afetiva**, as experiências se diferenciam drasticamente. O Desenho 2 apresenta um olhar mais sensível e positivo, com símbolos afetivos como corações e elementos de lazer e cultura destacados — um reflexo, talvez, da segurança e do acesso a múltiplos espaços urbanos. Em contraponto, o Desenho 4 traz uma carga emocional mais complexa e conflituosa: é o único que expressa abertamente **ambivalência afetiva**, narrando sentimentos de ameaça, pertencimento parcial, e insegurança em espaços que deveriam ser acolhedores (como a UFAL ou o museu). Esses relatos revelam como marcadores de raça, gênero e sexualidade atuam de forma entrelaçada na produção de uma experiência urbana que oscila entre o pertencimento e a segregação. A presença do maracatu, por exemplo, simboliza uma afirmação identitária e cultural potente, mas que é colocada em um lugar "estranho e inseguro", o que reforça a exclusão simbólica dos corpos dissidentes, mesmo nos espaços de expressão cultural.

Os **símbolos urbanos e arquitetônicos** também variam conforme a forma de relação com a cidade. No Desenho 3, por exemplo, a cidade é reduzida a funções práticas: shopping, médico, supermercado — todos representados com base em sua utilidade. Não há menção a espaços culturais ou de lazer coletivo, o que pode indicar tanto uma vivência urbana restrita quanto uma possível desconexão simbólica com a cidade. Já os Desenhos 2 e 4 mostram um repertório urbano

mais diverso, incluindo teatros, praças, museus, universidades e praias, o que denota um desejo de fruição e apropriação dos espaços públicos, ainda que isso não garanta segurança ou acolhimento.

Por fim, um ponto de convergência importante é a representação dos **pontos de ônibus**. Nos quatro desenhos, esses espaços aparecem de forma simplificada (como placas ou cobertas), mas são carregados de significados. No Desenho 4, em especial, o ponto de ônibus é um lugar de intensa vulnerabilidade simbólica — "apesar de grande, me sinto pequena" — evidenciando como os espaços de espera, especialmente para mulheres racializadas e LGBTQIA+, podem ser vividos como **territórios de ameaça constante,** mesmo quando fazem parte da rotina diária.

Em síntese, os mapas revelam que, embora todas sejam mulheres e compartilhem certa vivência da cidade a partir da mobilidade e do cotidiano, suas representações espaciais são profundamente marcadas pelas **diferenças interseccionais**. Enquanto algumas experimentam a cidade como espaço de circulação funcional ou de afeto cultural, outras a vivem como território de tensão, insegurança e resistência. Assim, os mapas afetivos analisados vão além da espacialidade urbana: eles tornam visíveis os **espaços da desigualdade, do afeto e da exclusão**, que operam nos corpos, nas subjetividades e nas trajetórias dessas mulheres.

4.3.2. Identificação dos elementos favoráveis e desfavoráveis

O quadro 7 apresenta a lista dividida dos elementos favoráveis e elementos desfavoráveis relacionados à vivência das participantes na cidade de Maceió.

ELEMENTOS FAVORÁVEIS	ELEMENTOS DESFAVORÁVEIS
Praia - de graça - lazer - acessível - contato com a natureza - proximidade - acesso de ônibus ou uber	Não tem ciclovia
	Calçadas quebradas
	Falta de arborização
	Falta de acessibilidade
	Acidente de carros na ciclovia
	Falta de iluminação
	Praça no meio dos carros
UFAL - eventos culturais - diretórico acadêmico (espaço seguro) - CIC - praça da paz	Praça sinimbu - vontade de ir mas evita por insegurança
Presença de pessoas que me fazem sentir acolhida	Catraca do ônibus - acessibilidade - mulheres andam com bolsa - crianças
Cinema (possível ir sozinha)	Falta de informação nos ônibus
Teatro (possível ir sozinha)	Falta de ônibus
Museu (possível ir sozinha)	Ônibus lotado
Parque municipal	Falta de postes de iluminação
Praças - Feitosa - Centenário - Em frente de casa	Trajeto para os pontos de ônibus
	Ponto de ônibus quebrado
Lanchonetes, restaurantes, bares	Sem movimentação próximo do ponto
Sedes dos sindicatos	Necessário estratégias para se sentir mais seguras
Intervenções artísticas	Ruas escuras e sem movimentação
Ocupação Tereza Benguela (MTST)	Marco dos Corais à noite
Ar condicionado, colchão e sofá	Centro à noite
	"Escureceu Maceió já é perigoso"
	"Nem na minha própria casa"
	Presença de moradores de rua
	Violência pública

Quadro 7: Listagem dos elementos favoráveis e desfavoráveis.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A lista de elementos favoráveis da cidade revelada pelas participantes aponta para uma valorização clara dos **espaços públicos acessíveis, culturais e coletivos**, bem como de locais que oferecem **conforto, segurança simbólica e afetiva**, especialmente para mulheres. Essa seleção de lugares evidencia tanto o **desejo de pertencimento e ocupação do espaço urbano**, quanto a **necessidade de proteção e acolhimento** em uma cidade frequentemente marcada por desigualdades estruturais.

Os elementos positivos elencados apontam para uma cidade que, em alguns recortes, oferece acolhimento, pertencimento, lazer e liberdade — mas isso ocorre pontualmente, em locais muito específicos, e frequentemente ligados a instituições públicas, culturais ou coletivas. A cidade voltada para as mulheres não é aquela da infraestrutura pesada ou do consumo, mas sim aquela que permite circular com segurança, estar só sem medo, conviver, resistir e descansar. A presença de espaços de mobilização (MTST, sindicatos, CIC) e de espaços culturais acessíveis também revela uma valorização da cidade como lugar de formação política e expressão.

A listagem dos **elementos desfavoráveis da cidade** revela um cenário urbano marcado por **fragilidade estrutural, negligência estatal e insegurança cotidiana**, sobretudo a partir do olhar interseccional de mulheres que vivem e circulam por esses territórios. A análise desses itens evidencia como a experiência urbana é permeada por **invisibilizações sistemáticas** que afetam diretamente a mobilidade, o conforto e, sobretudo, o **direito à cidade**.

Se, por um lado, a listagem de elementos favoráveis revela ilhas de acolhimento e pertencimento, essa segunda lista escancara o quanto esses espaços são exceções em um tecido urbano marcado pela precariedade e pelo medo. A cidade que emerge desse relato coletivo é fragmentada e desigual, marcada por uma tensão constante entre o desejo de estar no espaço público e o receio de seus riscos estruturais.

Mais do que apontar falhas pontuais, essas mulheres denunciam a falta de um projeto de cidade que considere suas existências e necessidades. A invisibilidade de suas demandas — por iluminação, transporte digno, calçadas seguras, espaços de lazer e segurança cotidiana — é também a invisibilidade de seus corpos no planejamento urbano. Isso se agrava quando cruzamos os marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade.

Portanto, essa listagem desfavorável não é apenas uma crítica à infraestrutura, mas sim uma denúncia da ausência de uma política urbana interseccional, que reconheça os múltiplos modos de viver e circular pela cidade. Ela exige o direito não apenas de estar na cidade, mas de estar com dignidade, segurança e liberdade.

4.3.3. A cidade para mulheres

O mapa da cidade ideal foi analisado com uma perspectiva interseccional, buscando identificar os elementos considerados essenciais para a qualidade de vida urbana. A interpretação dos elementos e características levantados para a cidade ideal, a partir do mapa coletivo (Fotografia 13) produzido pelas quatro mulheres participantes da oficina, evidencia um projeto urbano profundamente humanizado, democrático e sensível às desigualdades de gênero, classe e raça. Essa cidade ideal não se limita à funcionalidade ou ao crescimento econômico; ao contrário, propõe uma infraestrutura do cuidado e do afeto, pautada pela justiça espacial e pelo direito à cidade para todas e todos.



Fotografia 13: "Maceió para mulheres" elaborada pelas participantes.
Fonte: Autoral (2025).

Os elementos identificados podem ser agrupados em 5 eixos:

1. **Centralidade do cuidado e da vida cotidiana**

Os elementos mais recorrentes — casa com horta, escolas, hospitais, farmácias, restaurantes, hortas comunitárias, feiras agroecológicas, cozinhas solidárias — evidenciam uma cidade pensada a partir da reprodução da vida e não da lógica produtivista. Esses espaços são

voltados à sustentação da vida cotidiana, ao acesso básico à alimentação, saúde, moradia e convivência — direitos que, muitas vezes, são negados nas periferias urbanas.

Há também uma forte valorização do ambiente doméstico como espaço de bem-estar, mas conectado à coletividade por meio de mobiliário urbano, áreas verdes, hortas e brinquedos públicos, que aproximam os cuidados individuais do espaço comum. Isso propõe um território que reconhece o trabalho do cuidado, historicamente atribuído às mulheres, como prioridade urbana.

2. **Mobilidade e acessibilidade com empatia e segurança**

A presença de ônibus de qualidade, pontos de ônibus com cobertura, bancos, iluminação e botão de pânico, calçadas com piso tátil e ciclovias arborizadas revela uma demanda por mobilidade urbana humanizada, segura e inclusiva. Esses elementos indicam que a cidade ideal precisa ser acessível para quem caminha, pedala, depende do transporte coletivo e tem mobilidade reduzida. Trata-se de uma crítica à cidade hegemônica, moldada pelo transporte individual motorizado e pela lógica masculina do deslocamento produtivo. A mobilidade é pensada a partir da diversidade de corpos, rotinas e necessidades.

Conforme Barbosa (2022) há também demandas que incluem a melhoria da qualidade do transporte coletivo, a ampliação dos itinerários e horários, bem como o desenvolvimento de alternativas de mobilidade que contemplem as múltiplas jornadas de trabalho femininas.

3. **Cultura, arte e lazer como direito universal**

Centros culturais, teatros e cinemas populares, museus, danças culturais, praças e ambientes artísticos aparecem como eixos estruturantes da cidade ideal. Isso indica que essas mulheres reconhecem a cultura como instrumento de pertencimento, expressão e transformação. Espaços culturais acessíveis, descentralizados e integrados à vida do bairro permitem socialização, formação política e lazer de qualidade, fugindo da lógica de exclusão e elitização desses espaços. A valorização de festas populares, danças, ocupações artísticas e encontros reforça a importância de uma cultura viva, diversa e inclusiva, que representa e celebra a pluralidade dos territórios e corpos urbanos.

Somado a essa perspectiva, a revisão sistemática revela que o acesso pleno e seguro aos espaços de lazer é uma reivindicação central, com ênfase na apropriação coletiva de áreas públicas como praias e praças. A subutilização desses espaços por mulheres, especialmente meninas, evidencia as restrições de gênero impostas à mobilidade e ao lazer (Simões, 2020). Nesse sentido, a ocupação ativa desses locais por coletivos femininos é entendida como estratégia de resistência e reconfiguração do espaço urbano (Magalhães et. al., 2020).

4. **Relação com a natureza no centro do planejamento**

A cidade ideal está marcada pela presença de árvores, hortas, áreas verdes, calçadas com sombra e ruas frutíferas, além de coleta seletiva, reciclagem e limpeza urbana. Esses aspectos mostram a busca por um território mais sustentável e saudável, onde a natureza não é mero enfeite, mas parte fundamental da qualidade de vida. A crítica à poluição da praia e a reivindicação de espaços limpos e arborizados evidenciam o desejo de uma ecologia urbana popular.

5. **Espaços seguros, inclusivos e com diversidade**

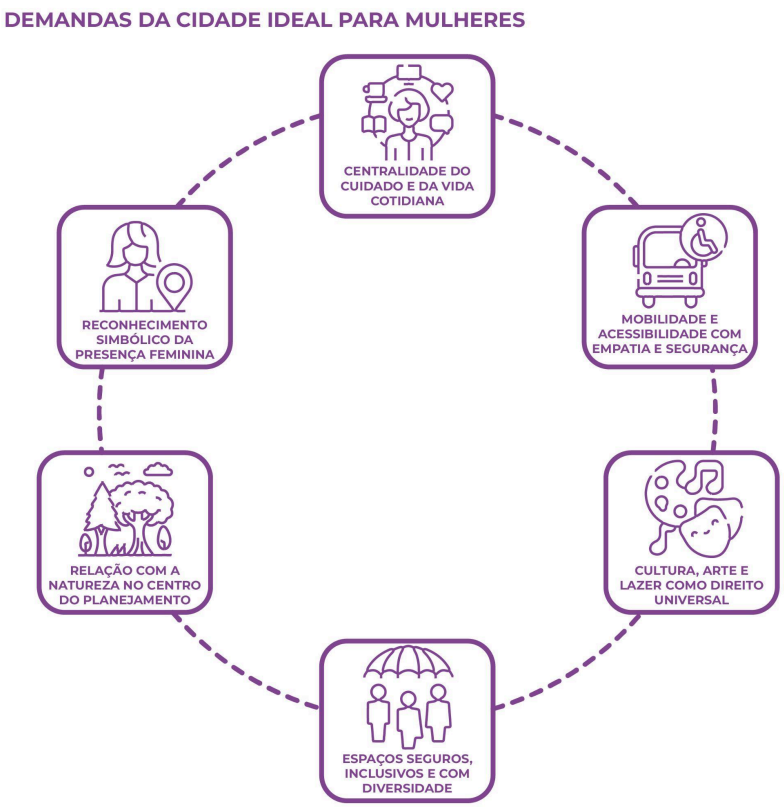
A cidade para mulheres não é apenas segura no sentido físico, mas também no sentido simbólico e subjetivo. A presença de bares seguros, centros de acolhimento, delegacias preparadas, iluminação pública eficiente e espaços de convivência respeitosos aponta para uma ruptura com a lógica da violência urbana e da insegurança de gênero. Além disso, a presença de palavras como inclusiva, acolhedora, para todos, diversidade, brincar e socializar mostra que essas mulheres desejam uma cidade que respeite a pluralidade dos corpos, desejos, faixas etárias e modos de vida. Essa cidade é para crianças, idosos, pessoas com deficiência, LGBTs, mães, estudantes, trabalhadoras — ou seja, uma cidade para todos e todas.

Essa visão é reforçada por evidências encontradas na revisão sistemática, que destaca a segurança urbana como uma das principais pautas das mulheres. Elas reivindicam o direito de circular e ocupar os espaços públicos sem o temor de assédio, violência sexual ou feminicídio (Barbosa; Araújo, 2021; Barbosa, 2022). Entre as propostas para mitigar esse cenário, destacam-se o fortalecimento da presença feminina nos espaços públicos, a ativação de fachadas comerciais, além de melhorias na iluminação e na arborização urbana (Barbosa, 2022).

6. **Reconhecimento simbólico da presença feminina na cidade[23]:**

Há um apelo pelo reconhecimento simbólico e material da presença e das contribuições das mulheres no espaço urbano. A escassa nomeação de ruas e logradouros com nomes femininos revela um apagamento histórico (Magalhães et. al., 2020). Como resposta, práticas de artivismo urbano — como grafites e intervenções com mensagens feministas — surgem como formas de inscrever a presença feminina na paisagem urbana e dar visibilidade às suas pautas (Rocha et. al., 2020; Araújo et. al, 2023; Borges et. al., 2024).

[23] Esse eixo específico não foi identificado no mapa coletivo construído pelas participantes, mas emergiu como um dado relevante na revisão sistemática.



Esquema 5: Eixos da cidade para mulheres.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Assim, o mapa coletivo da cidade ideal proposto pelas participantes revela uma visão urbanística comprometida com a vida, com o bem-estar coletivo e com a justiça social. É uma proposta que desafia os paradigmas atuais de desenvolvimento urbano violento e segregador, e aposta em um território que cuida e acolhe.

Além disso, as demandas femininas em Maceió revelam uma leitura crítica das dinâmicas urbanas, pautada na experiência concreta e nas múltiplas dimensões das desigualdades de gênero, raça, classe e território. A partir das vivências, constroem-se demandas que vão além da mera inclusão, propondo a transformação do espaço urbano em um ambiente mais seguro, acessível, justo e simbólico e materialmente representativo. A luta pela segurança, pela melhoria da infraestrutura, pela participação efetiva no planejamento urbano, pelo acesso equitativo aos serviços públicos, pelo direito ao lazer e pelo reconhecimento simbólico evidencia que a cidade precisa ser repensada de forma a acolher a diversidade de trajetórias femininas. Assim, incorporar a perspectiva interseccional de gênero nas políticas urbanas é fundamental para a construção de uma Maceió voltada para mulheres.

conclusões



5. CONCLUSÕES

Com base no referencial teórico adotado, tornou-se evidente que a produção histórica das cidades, sustentada por um urbanismo androcêntrico e patriarcal, perpetua desigualdades de gênero. Essa abordagem prioriza a lógica produtiva capitalista em detrimento da esfera reprodutiva, invisibilizando o trabalho feminino e segregando a presença das mulheres no espaço urbano. A dicotomia público-privado impacta diretamente o cotidiano feminino, especialmente das mulheres em vulnerabilidade social.

Em contraposição, o urbanismo feminista emerge como uma crítica transformadora. Ele propõe valorizar as experiências cotidianas das mulheres, dar visibilidade ao trabalho de cuidado, superar a artificial separação entre as esferas da vida e redesenhar as cidades a partir das necessidades reais de seus habitantes. Ao reconhecer a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe, essa abordagem busca uma configuração urbana com qualidade de vida, acessível e segura para todas as pessoas em sua diversidade.

Repensar a cidade sob uma perspectiva feminista transcende uma mera demanda social: é uma necessidade de, por meio de materialidade urbana, possibilitar a construção da emancipação política, economica e social de mulheres e outras pessoas vulnerabilizadas. Nesse futuro, a reprodução da vida ocupa o centro do planejamento urbano, rompendo com sua histórica invisibilidade.

O Col.lectiu Punt 6 exemplifica essa ruptura com os modelos urbanos tradicionais. Por meio de metodologias participativas, interseccionais e focadas no cuidado, propõe uma nova lógica de olhar a cidade. Suas ações demonstram que a construção da justiça social nos de territórios depende intrinsecamente da escuta ativa, da valorização dos saberes populares e da inclusão das vozes historicamente marginalizadas nos processos decisórios. Assim, o trabalho desse coletivo espanhol não apenas aprofunda a compreensão sobre o papel do gênero no urbanismo, mas também oferece ferramentas concretas para reimaginar e reconstruir cidades que respeitem e acolham diversas formas de vida, reafirmando o planejamento urbano como um instrumento de transformação social.

A etapa empírica deste estudo, ao adaptar e implementar os instrumentos de análise do coletivo no contexto urbano maceioense, evidenciou a relevância e a aplicabilidade da metodologia para identificar e qualificar as experiências das mulheres na cidade. Essa prática permitiu avaliar a adequação e a eficácia das ferramentas metodológicas em um novo cenário geográfico e cultural,

revelando tanto seu potencial quanto a necessidade de refinamentos para uma compreensão integral da realidade local. É importante destacar que, durante a análise das informações obtidas por meio da aplicação das ferramentas, verifiquei que, apesar de descreverem minuciosamente o uso das ferramentas participativas em seus guias, o Col·lectiu Punt 6 não fornece diretrizes específicas sobre como analisar as informações coletadas. Diante disso, foi necessário desenvolver uma abordagem analítica própria, que seguisse a linha de raciocínio proposta pela cooperativa e preservasse a perspectiva interseccional que orienta seus trabalhos.

Nessa etapa, constatou-se que a situação das mulheres em Maceió é marcada por profundas desigualdades estruturais e interseccionais. A transformação urgente da cidade reside na necessidade de romper as barreiras que limitam o acesso feminino à educação, ao trabalho digno, à segurança e à participação política. Tanto a oficina “Maceió das mulheres” quanto os trabalhos acadêmicos estudados ressaltam o desejo por uma cidade que acolha as mulheres em sua diversidade, oferecendo infraestrutura adequada, transporte eficiente e espaços seguros. Dessa forma, a construção de uma nova Maceió passa, inequivocamente, pelo reconhecimento e pela priorização das demandas e experiências de suas mulheres.

Em suma, a análise da produção urbana sob a perspectiva do urbanismo feminista, enriquecida pela adaptação da metodologia do Col.lectiu Punt 6 ao contexto de Maceió, não apenas expôs as persistentes desigualdades de gênero e suas intersecções na cidade, mas também salientou o poder transformador de ouvir as vozes femininas. Contudo, reconhece-se que este é um percurso contínuo, que ainda exige complementações e estudos mais específicos para que as metodologias europeias possam ser adequadas ao contexto brasileiro. Por fim, o principal aprendizado deste trabalho consiste na compreensão de que, a partir de ferramentas participativas feministas, a cidade pode ser pensada a partir da proximidade e da experiência feminina, com atenção e cuidado por cada detalhe e por cada pessoa, o que aponta para a necessidade de abordagens urbanas mais sensíveis e comprometidas com a vivência cotidiana.

referências

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas. **2023 - MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ALAGOAS 2021**: Cenário geral da violência contra a mulher em Alagoas, 2023. Disponível em: http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/mapa-da-viol%C3%AAncia-contra-a-mulher-em-Alagoas-2023.pdf. Acesso em 31 mar. 2025.

ALAGOAS. Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Governo Digital. **ELAS NO GOVERNO**: Participação feminina em cargos de liderança no primeiro escalão nas esferas governamentais no Brasil. Maceió, 2024. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/f5542e11-a70f-42dd-9e8e-45411f5be3ce/resource/e8205591-ca6c-49df-8df0-e89ee4bd7502/download/elas-no-governo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

AKOTIRENE, Carla. RIBEIRO, Djamila. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro Pólen, 2019. Print.

ARAÚJO, Flávia; BARBOSA, Dayanna; MAGALHÃES, Amanda; NOVAES, Clarissa; PESSOA, Eloísa. **As grafias delas nas ruas da cidade do séc. XXI: relatos sobre arte urbana feminista e formas de (re)existir em Maceió (AL).** In: OLIVEIRA, Roseline; CASSELLA, Tamires; OLIVEIRA, Poliana (org.). Antes que se esqueça. Curitiba: CRV, 2023. p. 81–98. (Coleção Dinâmicas do Espaço Habitado, v. 6). DOI: 10.24824/978652514302.6.

BARBOSA, Dayanna Klécia da Silva. **Se essa rua fosse feminina: o espaço público pela ótica feminina no bairro da Serraria, Maceió - AL**. 2023. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11383. Acesso em: 24 abr. 2025.

BARBOSA, Dayanna Klécia da Silva; ARAÚJO, Flavia de Sousa. As desigualdades de gênero na ocupação dos espaços livres públicos de lazer em Maceió: o caso da Planície Litorânea Central da cidade. In: FAZENDO GÊNERO 12, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Banner de Iniciação Científica.

BORGES, Hilda Marinho Amaral; DE SOUZA ARAÚJO, Flávia. Maceió para todEs: Modos dissidentes de ocupar e construir a cidade. **Revista Ímpeto**, Maceió, n. 12, 2022. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/14055/10349. Acesso em: 31 mar. 2025.

BORGES, Hilda Marinho Amaral; ARAÚJO, Flavia de Sousa; FERTON, Sefora Emiliano. Por uma cidade lesboafetiva: a(r)tivismos e futuros desejáveis para todas em Maceió-Alagoas. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 13**, 2024, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2024. Acesso em: 31 mar 2025.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. **El trabajo de cuidados**: historia, teoría y políticas. Madrid: Catarata, 2011. 95 p. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/5172/6044. Acesso em: 03 jun. 2024.

CIOCOLETTO, Adriana. **Urbanismo para la vida cotidiana**: herrramientas de análisis y evaluación urbana a escala de barrio desde la perspectiva de género. 2014. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestió I Valoració Urbana I Arquitectònica, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10803/275979. Acesso em: 03 jun. 2024.

CIOCOLETTO, ADRIANA; COL.LECTIU PUNT 6. **Espacios para la vida cotidiana**: Auditoría de calidad urbana con perspectiva de género. Barcelona: Col.lectiu Punt 6 - Editorial Comanegra, 2014. Disponível em: https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Espacios-para-la-vida-cotidiana_ES.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

CIOCOLETTO, Adriana; VALDIVIA, Blanca. **Estudios urbanos, género y feminismo**: Teorias y experiencias. Barcelona: Col· lectiu Punt, 2012. Disponível em:https://issuu.com/punt6/docs/publicaciondefinitivaestudiosurbano#google_vignette. Acesso em: 15 jul. 2024.

COL.LECTIU PUNT 6. **Entornos Habitables**: Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno. Barcelona: Col.lectiu Punt 6, 2017a. Disponível em: https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Entornos-habitables_ES.pdf.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

_____. **Mujeres Trabajando**: Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Barcelona: Comanegra, 2014. Disponível em: https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Mujeres-trabajando_ES.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

_____. **Nocturnas:** La vida cotidiana de las mujeres que trabajan de noche en el Área Metropolitana de Barcelona. Barcelona: Col.lectiu Punt 6, 2017b. Disponível em: https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Nocturnas_ES.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

_____. Site Oficial Col lectiu Punt 6. [Barcelona, Espanha], 2005. Online. Disponível em: http://www.punt6.org/en/. Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. **Urbanismo feminista**: Por uma tranformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editora, 2019. Disponível em: https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Urbanismo-feminista_ES.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

COTA, Daniela Abritta. GÊNERO, COTIDIANO E DIREITO À CIDADE: UMA REFLEXÃO PRÁTICA. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 26, n. 39, p. 17-68, 31 jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/Arquiteturaeurbanismo/article/view/22689/16898. Acesso em: 24 mar. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. **A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2014.

CZYTAJLO, Natalia; SIQUEIRA, Elisa; SILVA; Kamila. Contribuições para pensar a cidade a partir de uma perspectiva de gênero. **Observatório das Metrópoles**, 10 mar. 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/contribuicoes-para-pensar-a-cidade-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em: 28 jun. 2022.

DATA MPE BRASIL. Disponível em: https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/maceio?selector245id=geo2704302&selector243id=indicatorsOption_5&selector59id=raceOption&selector833id=porte. Acesso em: 22 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça**. Introdução. Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Brasil: Editora Elefante, 2017

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. Brasil, 2021. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/102. Acesso em: 03 jun. 2024

GREED, Clara. Gênero y Planificación del territorio: ¿Un mismo tema?. **El Fórum internacional de planificación del territorio desde una perpectiva de género**, Fundació Aurèlia Campany, v. 17, 1997.

HARKOT, Mariana. **Bicicleta, mulheres e desigualdades de gênero**: a mobilidade ativa como fator de promoção da equidade. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://observatoriodabicicleta.org.br/uploads/2020/01/Bicicleta-mulheres-genero-desigualdade-M.-Harkot.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

HELENE, Diana; LEITE, Eduarda; SILVA, Vanessa. A cidade como extensão da casa: espaços livres e vida cotidiana em habitações de interesse social de Maceió. In : Lote e quadra, cidade e território: espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem, 3, 2021, Rio de Janeiro. **Caderno de resumos**. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021. p. 61.

HELENE, Diana; TAVARES, Rossana. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. **Archdaily**, 11 out. 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria. Acesso em: 22 mar. 2025.

HELENE, Diana; NUNES, A. A.. PROJECT FINAL REPORT Technologies for another form of construction: experiences by women from popular movements, 2022. (Relatório de pesquisa)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial. Acesso em: 22 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Catálogo de Políticas Públicas. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/. Acesso em: 03 jun. 2024.

LAURINO, Daniela. Repensar y actuar sobre los espacios públicos, comunitarios y domésticos desde los feminismos: Cuatro publicaciones del Col·lectiu Punt 6. **URBS: Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 195-199, 2019. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7325935. Acesso em: 08 ago. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução (translated): Donald N. Smith. United States of America: Blackwell Publishing, 1991.

LYRA, Júlia de Freitas Correia. **A mobilidade urbana de trabalhadoras domésticas remuneradas em Maceió-AL, Brasil**. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023. Acesso em: 24 abr. 2025.

MACEIÓ já registrou 348 casos de violência contra a mulher em 2025. AL1, Maceió, 18 mar. 2025. Disponível em: https://al1.com.br/informacao/noticias/144675/maceio-ja-registrou-348-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2025. Acesso em: 22 mar. 2025.

MACEIÓ. **Caderno de Leitura Comunitária**. Maceió: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: https://planodiretor.maceio.al.gov.br/pages/links.html. Acesso em abr. 2024.

MAGALHÃES, Amanda; BARBOSA, Dayanna; NOVAES, Clarissa; ARAÚJO, Flávia. Maceió pelas mulheres: apropriação feminina dos espaços públicos da capital alagoana no século XXI. In: **XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020.** Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/336560/10221-11583-1-SM.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 abr. 2025.

MASSOLO, Alejandra. Género y Seguridad Ciudadana: el papel y reto de los gobiernos locales. **Seminario Permanente sobre Violencia**, El Salvador, p.1-35, jun. 2005. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/ef40bd_101e48ef3e0e4b8da7fd2d2a70356969.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista**. Editora Olhares, 2021.

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018. ISBN 978-84-947523-6-0.

OLIVEIRA, Katia. Cidades Cuidadoras: A participação das mulheres e a construção de um urbanismo contra hegemônico. **Revista Vivienda y Ciudade**, Argentina, v. 8, p. 4-19, dez. 2021. Disponível em: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ReViyCi/article/view/34433/36383. Acesso em: 20 jun. 2024.

ONU-HABITAT. **Caderno Metodológico**: Oficina Mulher. Recife, 2023. Disponível em: https://publicacionesonuhabitat.org/brasil/Cuaderno_Metodologico_CdMujer.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

_____. **Segurança nos espaços públicos de Maceió**. Maceió, 2021. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/4ca62527-ecb1-4854-8785-1b3af1cc5540/resource/3b6c9a61-20da-4d2e-adbb-04a5baf3f311/download/apresentacao_diagnosticoestrategiasseguranca.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. 4. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 329 p. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Subversi%C3%B3n%20feminista%20de%20la%20econom%C3%ADa_Traficantes%20de%20Sue%C3%B1os.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

PAULA, Mayara. **Análise interseccional da vida urbana: reflexões acerca da condição das mulheres negras na cidade de Maceió–AL**. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal de Alagoas, jun. 2019. Acesso em: 28 jun. 2024

PAULA, Mayara; ARAÚJO, Flavia. Maceió de cores e contrastes: análise interseccional e o [não] direito à cidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES – CONINTER, 8., 2019, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: ANINTER/SH, 2019. Disponível em: https://static.even3.com/processos/453d8b04815f42babca2.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

ROCHA, Líris Sousa; MAGALHÃES, Amanda Borges Castelo Branco de; ARAÚJO, Flavia de Sousa. **MCZDELAS: zine de mulheres a(r)tivistas em Maceió**. Maceió: FAU/UFAL, 2020.

SANTOS, Shirley Terra Lara. VIABILIZAR OU INVISIBILIZAR: Uma crítica feminista à cidade. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 1, n. 2, 26 set. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/11694/7675. Acesso em: 03 jun. 2024.

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56–96, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p56. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.

SIMÕES, Beatriz Palmeira Melo. **Marcas urbanas das mulheres residentes nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social Prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "transitar na cidade é um direito nosso!"**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 jun. 2024.

TEWÁ 225. **Piores cidades para ser mulher: edição 2024**. São Paulo: Tewá 225, out. 2024. 87 p. Disponível em: https://www.tewa225.com. Acesso em: 31 mar. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Segunda edição. São Paulo: Cortez editora, 1947.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcentrico a la ciudad cuidadora. **Habitat y Sociedad**, Barcelona, n.º 11, p. 65-84, nov. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.12795/HabitatySociedad.2018.i11.05. Acesso em: 03 jun. 2024.

apêndices

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E QUESTIONÁRIO PARA PERFILAÇÃO

Inscrição - Oficina Maceió das Mulheres

A oficina "Maceió das Mulheres" ocorrerá no dia 28 de março (sexta-feira), às 14h30, na FAUD/Ufal. A oficina faz parte da pesquisa do Trabalho Final de Graduação "MACEIÓ DAS MULHERES: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES URBANAS A PARTIR DO URBANISMO FEMINISTA INTERSECCIONAL", proposta pela aluna Eduarda Leite e orientada pela Prof.ª Dr.ª Diana Helene. O objetivo é analisar a perspectiva de gênero no cotidiano urbano, discutindo a inclusão das experiências femininas no planejamento das cidades.

Este será um espaço de troca e aprendizado, onde coletivamente faremos um diagnóstico dos lugares e trajetos utilizados no nosso dia a dia, utilizando desenhos e mapas coletivos. Além disso, vamos debater e propor uma cidade que atenda melhor às necessidades da vida cotidiana da comunidade.

Sua presença é fundamental! Vagas limitadas.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *
2. Nome e sobrenome *
3. Idade *
4. Que bairro você mora? *
5. Participa de algum projeto, coletivo ou organização? Se sim, especifique *
6. Autodeclaração étnica/racial (IGBE) *

- ☐ Preta
- ☐ Indígena
- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Outro:

7. Como você se identifica em relação ao seu gênero? *

A identidade de gênero se refere à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero. Pessoas cisgênero se identificam com o sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. Pessoas transgênero possuem uma identidade de gênero que é diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. (Fonte: "Nota informativa: Pessoas Transgênero" da Campanha Livres e Iguais da ONU).

- ☐ Mulher Cisgênero
- ☐ Mulher Transgênero
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro:

8. Sexualidade *

- ☐ Heterossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro:

Seção 2

As perguntas a seguir tem como objetivo ajudar a traçar um perfil das participantes da oficina. Importante frisar que as informações fornecidas serão tratadas em caráter anônimo, não sendo vinculados aos nomes de quem respondeu aos dados coletados. Os dados irão compor gráficos e tabelas do relatório final.

9. Quantas pessoas moram na sua casa? *

- ☐ 1
- ☐ 2-4

☐ 4-6
☐ 6 ou mais
10. Sua casa tem banheiros? Se sim, quantos? *
☐ Não possui
☐ 1
☐ 2
☐ 3 ou mais
11. Você é mãe? *
☐ Sim
☐ Não
12. Você tem com quem deixar seus filhos quando sair para trabalhar? *
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sou mãe
13. Se não, tem acesso à creche? *
☐ Tenho com quem deixar meus filhos quando saio para trabalhar
☐ Sim, tenho acesso à creche
☐ Não tenho acesso à creche
☐ Não sou mãe
14. Você tem acesso à unidade de saúde da família? *
☐ Sim
☐ Não
15. Você se considera "chefe de família?" *
☐ Sim
☐ Não
16. Na sua casa moram crianças (0 a 14 anos)? *
☐ Sim
☐ Não
17. Você possui emprego no momento? *
☐ Sim
☐ Não
18. Se sim, você tem emprego formalizado por contrato ou CLT? *
☐ Não possuo emprego no momento
☐ Sim, tenho emprego formalizado
☐ Não tenho emprego formalizado
☐ Não tenho emprego

19.Quantas pessoas na sua casa trabalham? *
☐ 1
☐ 2-4
☐ 4-6
☐ 6 ou mais
20.Você depende de algum auxílio do governo para complementar sua renda mensal?*
☐ Sim
☐ Não

APÊNDICE B - ESTRUTURAÇÃO DA OFICINA “MACEIÓ DAS MULHERES”

técnicas/ ferramentas utilizadas	objetivos	perguntas orientadoras	material necessário
perfilação	Acessar algumas características socioeconômicas e identificar que grupos podem estar representados pelos dados e informações coletadas na Oficina	Nome completo | Idade | Onde mora? | Participa de algum projeto, coletivo ou organização? Autodeclaração étnica | Gênero | Possui algum tipo de deficiência ou necessidade especial? Quantas pessoas moram na sua casa? | Sua casa tem banheiros? Se sim, quantos? Você é mãe? Você tem com quem deixar seus filhos quando sair para trabalhar? Se não, tem acesso à creche? Você tem acesso à unidade de saúde da família? Você se considera "chefe de família?" | Na sua casa moram crianças (0 a 14 anos)? Você possui emprego no momento? Se sim, você tem emprego formalizado por contrato ou CLT? Quantas pessoas na sua casa trabalham? Você depende de algum auxílio do governo para complementar sua renda mensal?	FORMULÁRIO ONLINE
apresentação da oficina	Introduzir a metodologia da oficina e seu objetivo, descrever brevemente dinâmicas a serem desenvolvidas.	--	apresentação pptx (opcional)
dinâmica "segue o fio"	Iniciar a imersão das participantes, fortalecer vínculos e a criar a sensação de construção de uma rede.	Qual seu nome? Qual sua idade?	fio de crochê ou lã
mapa mental	Mapear individualmente a rede da vida cotidiana de cada participante, analisar a percepção da cidade, a interação entre os espaços público e privado no cotidiano das mulheres e compreender os deslocamentos necessários para a realização das tarefas cotidianas	Onde eu moro? Qual o nome do local que eu moro? Quais são os meus trajetos cotidianos? (de casa para escola, de casa para o transporte público, de casa para o trabalho, de casa para o lazer)	papel sulfite, canetas, hidrocores, lápis de cor, etc

identificação dos elementos favoráveis e desfavoráveis	Analisar elementos urbanos que impactam positiva ou negativamente o cotidiano e diferenciar as características dos espaços onde ocorrem as atividades diárias.	lugares, características e trajetos do dia a dia em que me sinto bem e/ou segura Onde eu tenho meu lazer? Onde as crianças têm o seu lazer? Existem espaços culturais, espaços de mobilização comunitária, espaços de encontro que você costuma frequentar? Onde eu me sinto segura? Onde eu me sinto acolhida? Existem espaços ou projetos de acolhimento? Existem espaços para se locomover de diversas formas (transporte coletivo, bicicleta, calçadas para pedestre)? Vocês se sentem mais seguras em qual forma? --- lugares, características e trajetos do dia a dia em que tenho dificuldades e/ou me sinto insegura? Onde é difícil se locomover por questões de infraestrutura (buracos, falta de saneamento, falta de sinalização, ruas só para carros)? Onde eu me sinto insegura? Onde eu evito andar sozinha? Onde eu sou impedida de entrar? Onde eu me sinto em risco, mas preciso transitar?	papéis coloridos (vermelho / verde ou rosa / verde), canetas, hidrocores, etc
a cidade para mulheres	Incentivar o diálogo sobre melhorias para um bairro/cidade mais seguro e inclusivo, e buscar a proposição de ações para melhorar a vida cotidiana das mulheres.	Como seria a cidade/o bairro ideal para mulheres? Quais são os espaços que precisamos no dia a dia? Qual a melhor forma de locomoção? Como as ruas e quadras deveriam ser? Qual espaço poderia ser mais bem aproveitado pela comunidade se fosse transformado? O que eu gostaria que fosse modificado? O que meu território precisa?	papel kraft, canetas, hidrocores, lápis de cor, etc

APÊNDICE C - REVISÃO SISTEMÁTICA

O quadro a seguir apresenta as algumas produções acadêmicas sobre gênero, cidade e território em Maceió – AL, selecionadas para essa revisão sistemática, entre os anos 2019 e 2024.

Título	Autora(s)	Ano	Formato
ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIDA URBANA: REFLEXÕES ACERCA DA CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE MACEIÓ - AL	Mayara de Paula	2019	Trabalho Final de Graduação
MACEIÓ DE CORES E CONTRASTES: ANÁLISE INTERSECCIONAL E O [NÃO] DIREITO À CIDADE	Mayara de Paula; Flávia Araújo	2019	Artigo publicado em Anais
MACEIÓ PELAS MULHERES: Apropriação feminina dos espaços públicos da capital alagoana no século XXI	Amanda Magalhães; Dayanna Barbosa; Clarissa Novaes; Flávia S. Araújo.	2020	Artigo publicado em Anais
MCZ Delas	Líris Rocha; Amanda Magalhães; Flávia Araújo	2020	Fanzine
Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "Transitar na cidade é um direito nosso!"	Beatriz Simões	2020	Dissertação de mestrado
As desigualdades de gênero na ocupação dos espaços livres públicos de lazer em Maceió.pdf,	Dayanna Barbosa; Flávia Araújo.	2021	Banner em evento
QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE: O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ-AL SOB UMA PERSPECTIVA GENDERIZADA E RACIALIZADA	Amanda Magalhães;	2022	Trabalho Final de Graduação
Se essa rua fosse feminina - o espaço público pela ótica feminina no bairro da Serraria, Maceió - AL	Dayanna Barbosa.	2022	Trabalho Final de Graduação
ARTIVISMO E DISTOPIA PELAS RUAS E REDES: cartografando manifestações contra-hegemônicas em Maceió na pandemia	Flávia de Sousa Araújo; Séfora Emiliano Ferton; Hilda Marinho Amaral Borges; Lara Amorim Dantas	2022	Artigo publicado em Anais
Maceió para Todes: modos dissidentes de ocupar e construir a cidade	Hilda Marinho Amaral Borges; Flávia de Sousa Araújo.	2022	Artigo publicado em periódico
AS GRAFIAS DELAS NAS RUAS DA CIDADE DO SÉC. XXI: relatos sobre arte urbana feminista e formas de (re)existir em Maceió (AL)	Flávia Araújo; Dayanna Barbosa; Amanda Magalhães; Clarissa Novaes; Eloísa Pessoa.	2023	Capítulo de ebook
A mobilidade urbana de trabalhadoras domésticas remuneradas em Maceió-AL, Brasil	Júlia Lyra	2023	Dissertação de mestrado

POR UMA CIDADE LESBOAFETIVA: A(R)TIVISMOS E FUTUROS DESEJÁVEIS PARA TODAS EM MACEIÓ-ALAGOAS	Hilda Borges; Flávia Araújo; Séfora Ferton.	2024	Artigo publicado em Anais

Quadro: Informações das referências voltadas à pesquisa sob a perspectiva de gênero utilizadas.
Fonte: Elaborado pela autora.

As referências apresentadas utilizam diversas metodologias para analisar o espaço urbano, com foco nas experiências de gênero e outros marcadores sociais. O quadro a seguir destaca as principais metodologias identificadas.

Metodologia	Utilização	Trabalho(s)
Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU)[24]	Composto por seis procedimentos metodológicos: 1. análise dos contextos; 2. observação do lugar; 3. lista do itinerário do cotidiano; 4.mapa perceptivo 5. caminhada exploratória 6. grupos de discussão/conversas temáticas	Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "Transitar na cidade é um direito nosso!"
Análise de documentos e levantamento de dados oficiais	Utilizado para analisar contextos históricos, espaciais e socioeconômicos	Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "Transitar na cidade é um direito nosso!"; POR UMA CIDADE LESBOAFETIVA: A(R)TIVISMOS E FUTUROS DESEJÁVEIS PARA TODAS EM MACEIÓ-ALAGOAS; MACEIÓ PELAS MULHERES: Apropriação feminina dos espaços públicos da capital alagoana no século XXI; ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIDA URBANA: REFLEXÕES ACERCA DA CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE MACEIÓ - AL.
Entrevistas	Utilizadas para coletar narrativas sobre as vivências e percepções dos usuários do espaço urbano	Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "Transitar na cidade é um direito nosso!"; A mobilidade urbana de trabalhadoras domésticas remuneradas em Maceió-AL, Brasil;

[24] A dissertação que deu origem ao MOMU realizou um levantamento dos métodos utilizados por sete organizações para observar como as mulheres se apropriam dos espaços livres públicos, destacando os desenvolvidos pela METRAC e pelo Col·lectiu Punt 6 como referências centrais. Apesar de sua relevância, a análise evidenciou limitações nesses métodos para captar as "Marcas Urbanas" deixadas ou impressas nos corpos femininos, o que levou à constatação da necessidade de elaborar um método próprio com esse foco específico.

		ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIDA URBANA: REFLEXÕES ACERCA DA CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE MACEIÓ - AL; QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE: O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ-AL SOB UMA PERSPECTIVA GENDERIZADA E RACIALIZADA.
Cartografia	A inspiração cartográfica é utilizada como um modo de pesquisar próximo da experiência sensível, lidando com intensidades mudas, invisibilidades, vestígios e marcas. A cartografia também é empregada para mapear ocupações e manifestações femininas no cenário urbano e para a contracartografia, que visa compreender diferentes problemáticas e dinâmicas sociais na interseção arte-política	Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés, no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL: "Transitar na cidade é um direito nosso!"; MACEIÓ PELAS MULHERES: Apropriação feminina dos espaços públicos da capital alagoana no século XXI; ARTIVISMO E DISTOPIA PELAS RUAS E REDES: cartografando manifestações contra-hegemônicas em Maceió na pandemia.
Questionários online (formulários)	Utilizados para alcançar um número significativo de respostas sobre a utilização do espaço público e questões relacionadas à infraestrutura e segurança, especialmente durante a pandemia	Se essa rua fosse feminina - o espaço público pela ótica feminina no bairro da Serraria, Maceió - AL
Uso de plataformas digitais (instagram)	Criado um perfil como espaço virtual de debate e escuta sobre o espaço público sob a ótica feminina, utilizando recursos visuais para atração do público;	Se essa rua fosse feminina - o espaço público pela ótica feminina no bairro da Serraria, Maceió - AL
Narrativas autobiográficas	Coletadas por meio de diversas expressões (textos, imagens, áudios) para compreender a experiência de cidade de grupos desviantes da cisheteronormatividade	Maceió para Todes: modos dissidentes de ocupar e construir a cidade POR UMA CIDADE LESBOAFETIVA: A(R)TIVISMOS E FUTUROS DESEJÁVEIS PARA TODAS EM MACEIÓ-ALAGOAS ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIDA URBANA: REFLEXÕES ACERCA DA CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE MACEIÓ - AL QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE: O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ-AL SOB UMA PERSPECTIVA GENDERIZADA E RACIALIZADA

Quadro: Principais procedimentos metodológicos utilizados pelas referências.
Fonte: Elaborado pela autora.

Essas pesquisas evidenciam uma diversidade de abordagens metodológicas, frequentemente combinadas entre si, voltadas para o aprofundamento da compreensão das

dinâmicas urbanas em Maceió. Observa-se uma atenção particular às questões de gênero, às desigualdades sociais e às formas de resistência e apropriação do espaço urbano por mulheres e demais grupos socialmente marginalizados. Destaca-se a adoção de uma abordagem qualitativa ancorada em uma perspectiva feminista, na qual a interseccionalidade é mobilizada como ferramenta analítica fundamental. Essa perspectiva permite compreender de que maneira os marcadores sociais da diferença — notadamente gênero, classe e raça — operam de forma interdependente nas configurações urbanas, afetando de modo específico as experiências das mulheres, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como as mulheres negras e pobres.

A partir da análise das demandas das mulheres identificadas nos trabalhos, um conjunto amplo e articulado de reivindicações voltadas à construção da cidade a partir de suas experiências e necessidades concretas. As demandas, recorrentes nas referências analisadas, reforçam àquelas apontadas na oficina participativa, evidenciando uma leitura crítica do espaço urbano sob a ótica de gênero e interseccionalidade.

APÊNDICE D - METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS MAPAS INDIVIDUAIS

Analisar em cada um:

- Padrões, percepções e narrativas;
- Representação dos espaços urbanos;
- Distâncias, hierarquias, presenças humanas e materiais;
- Como elementos são ampliados ou reduzidos;
- Caminhos e conexões;
- Cores, símbolos e posições.

Eixos análiticos do quadro comparativo dos desenhos:

1. Dimensão Afetiva

Critérios considerados:

- Uso de símbolos afetivos (como corações, anotações emocionais, frases)
- Menção a locais de pertencimento ou conforto (ex.: “meu lar”, “me sinto bem aqui”)
- Rejeição de lugares por experiências negativas

Objetivo analítico: Compreender como as mulheres constroem laços emocionais com os espaços urbanos e como esses afetos moldam sua relação com a cidade.

2. Mobilidade Urbana

Critérios considerados:

- Modal utilizado (a pé, ônibus, carro)
- Duração e distância dos trajetos
- Dificuldades no caminho (ex.: ruas escuras, pontos de ônibus quebrados, falta de ônibus)
- Sensações associadas ao deslocamento (ex.: insegurança, cansaço)

Objetivo analítico: Analisar como a infraestrutura urbana impacta a liberdade de circulação das mulheres e quais barreiras físicas e simbólicas se impõem à sua mobilidade.

3. Percepção Urbana

Critérios considerados:

- Indicação de problemas estruturais (falta de iluminação, calçadas quebradas, ausência de ciclovia)
- Menções à sensação de insegurança ou abandono
- Reconhecimento de lugares bem-cuidados ou acolhedores

Objetivo analítico: Investigar como as mulheres percebem a cidade de forma crítica, identificando tanto os elementos que funcionam quanto aqueles que dificultam sua vivência urbana.

4. Simbolismo Espacial

Critérios considerados:

- Tamanho relativo dos elementos no desenho
- Centralidade ou marginalidade de certos espaços
- Representação de espaços institucionais como casas (ex.: universidade desenhada como lar)
- Ausência ou diminuição simbólica de locais temidos ou indiferentes

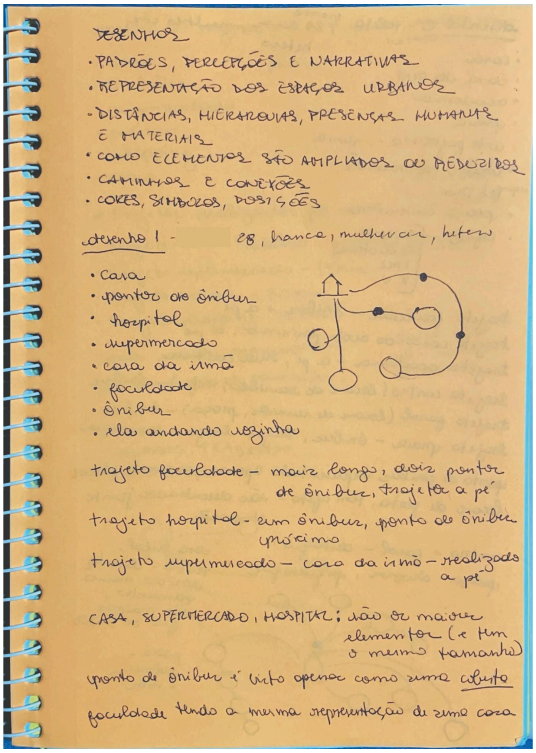
Objetivo analítico: Compreender como a representação visual traduz valores simbólicos e afetivos, revelando quais espaços são amplificados ou minimizados na experiência urbana das participantes.

5. Marcadores Sociais

Critérios considerados:

- Diferenças entre as representações e vivências das participantes segundo seus marcadores identitários
- Desigualdade no acesso aos espaços (por exemplo, hospital longe demais, necessidade de estratégias para sentir segurança)
- Sobreposição de vulnerabilidades (ex.: mulher, negra, periférica, LGBTQIA+)

Objetivo analítico: Evidenciar como a cidade é vivida de maneira desigual, e como as condições sociais específicas influenciam as formas de circular, habitar e sentir o território urbano.



Fotografia: Exemplo de análise de um mapa.
Fonte: Autoral (2025